

PUCRS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL  
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

LUANA CHINAZZO MÜLLER

**CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA EM 1968: O REAL E O IMAGINÁRIO NA  
NARRATIVA JORNALÍSTICA DE O GLOBO**

Porto Alegre  
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL  
NÍVEL MESTRADO

LUANA CHINAZZO MÜLLER

**CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA EM 1968: O REAL E O IMAGINÁRIO NA  
NARRATIVA JORNALÍSTICA DE O GLOBO**

Porto Alegre

2019

Luana Chinazzo Müller

**CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA EM 1968: O REAL E O IMAGINÁRIO NA  
NARRATIVA JORNALÍSTICA DE O GLOBO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Orientador: Prof. Dr. Juremir Machado da Silva

Porto Alegre

2019

Luana Chinazzo Müller

**CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA EM 1968: O REAL E O IMAGINÁRIO NA  
NARRATIVA JORNALÍSTICA DE O GLOBO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva – PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana Tonin – PUCRS

---

Prof. Dr. Álvaro Nunes Lorangeira – UTP

Aos que sofreram com o terrorismo de Estado ontem  
e aos que sofrem hoje.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao PPGCom da PUCRS, seus professores e funcionários, pela acolhida, ensinamentos e suporte.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento Dell & Tecna, que, pelas bolsas de estudo concedidas, viabilizaram esta jornada.

Agradeço ao meu orientador, Juremir Machado da Silva, por me guiar nesta trajetória, por me receber em seu grupo de pesquisa e por todo conhecimento dividido.

Agradeço aos professores Álvaro Larangeira e Juliana Tonin pelas contribuições em minha banca de qualificação, que foram essenciais para o resultado final desta pesquisa.

Agradeço aos integrantes do Grupo de Pesquisa Tecnologias do Imaginário (GTI), da Rede de Pesquisas JIM – Jornalismo, Imaginário e Memória, do Grupo de Estudos do Imaginário (GIM) e do Grupo de Estudos Interdisciplinar em Comunicação (GEISC) pelas trocas.

Agradeço àqueles que dividiram comigo a última primavera pelo amor.

Agradeço aos discentes do PPGCOM, em especial à turma de mestrandos 2017, por tornarem este processo menos solitário. E, particularmente, agradeço à Bárbara Avrella por tantos momentos divididos e pelas contribuições a esta pesquisa.

Agradeço, também, à Maytê Ramos Pires por toda ajuda neste processo e ao Gabriel Dias pela arte da linha do tempo que ilustra o capítulo de análise.

Agradeço com todo meu coração ao Leonardo Serafini (e à Joinha) pelo maior e melhor apoio de todos.

Agradeço, por fim, à minha família pela compreensão e pelos incentivos.

“Tenho falado à minha garota, meu bem  
Difícil é saber o que acontecerá  
Mas eu agradeço ao tempo  
O inimigo eu já conheço  
Sei seu nome, sei seu rosto, residência e endereço  
A voz resiste, a fala insiste, você me ouvirá  
A voz resiste, a fala insiste, quem viver verá”

(BELCHIOR, 1976)

## RESUMO

No ano em que esta pesquisa foi desenvolvida, o Ato Institucional n. 5 (AI-5), que instaurou os anos de chumbo, marcados por repressão policial, censura, perseguição e tortura a opositores, completava 50 anos, e, ao longo desse tempo, os veículos de comunicação mudaram muito seu posicionamento, dinamizando o imaginário do período e o papel que tiveram. Posto isso, a presente pesquisa parte de duas questões: 1) *Como o jornal impresso O Globo narrou os principais acontecimentos políticos que antecederam o Ato Institucional n. 5 (AI-5) em 1968?* 2) *Quais camadas de real e de imaginário nos são possíveis des(en)cobrir na narrativa jornalística analisada?*

Por meio das narrativas do vivido, método proposto por Silva (2003), analisamos a narrativa jornalística, buscando desvelar o imaginário encoberto pelo jornal. A pesquisa se apoiou teoricamente em bibliografias sobre a ditadura militar no Brasil, a imprensa brasileira e a relação entre ambos, além de aprofundar noções como narrativa, acontecimento e imaginário. Como principal resultado, compreendemos a construção narrativa da conjuntura política de 1968, com seus episódios e personagens, nas páginas de *O Globo* e *des(en)cobrimos* as camadas de imaginário que perpassam o discurso.

**Palavras-chave:** Comunicação. Imaginário. Narrativa. *O Globo*. Ditadura militar.



## ABSTRACT

In the year that this research was developed, Institutional Act n. 5 (AI-5), which started difficult years, marked by police repression, censorship, persecution and torture of opponents, was 50 years old, and, throughout that time, the communication vehicles have changed their position a lot, changing the imaginary of the period and the role they played. The present research starts from two question questions: 1) *How the newspaper O Globo narrated the main political events that preceded the AI-5 in 1968?* 2) *What layers of real and imaginary are we able to uncover in the analyzed journalistic narrative?*

Through the narratives of the lived, method proposed by Silva (2003), we analyze the journalistic narrative, seeking to unveil the imaginary hidden in the newspaper. The research is theoretically supported by bibliographies of the military dictatorship in Brazil, the Brazilian press and the relationship between both. We also deepen notions such as narrative, event and imaginary. As main result, we could understand the narrative construction of the political conjuncture of 1968, with its episodes and characters, in the pages of *O Globo*, and we uncovered the imaginary layers that permeate the discourse.

**Keywords:** Communication. Imaginary. Narrative. *O Globo*. Military dictatorship.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo dos eventos que marcaram 1968 .....	83
Figura 2 - Edson morto sobre uma mesa na Assembleia Legislativa .....	86
Figura 3 - A órfã desaparecida .....	88
Figura 4 - Violência nas ruas do Rio de Janeiro em 1º de abril.....	94
Figura 5 - Policial baleado em 1º de abril .....	95
Figura 6 - Estudantes da UFRJ são rendidos pelas forças policiais.....	110
Figura 7 - Ilustração repetida diversas vezes na edição de 22 de junho .....	113
Figura 8 - Esposa grávida e filha de PM morto na sexta-feira sangrenta.....	115
Figura 9 - Narrativa da Marcha dos Cem Mil é centralizada em Vladmir Palmeira .	118
Figura 10 - O <i>Globo</i> denuncia "sexo, vandalismo e roubos" na UnB .....	129

## LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ADEP	Ação Democrática Popular
AI	Ato Institucional
ALN	Aliança Libertadora Nacional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CIA	Central Intelligence Agency
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCT	Partido Comunista Tchecoslovaco
PM	Polícia Militar
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RJ	Rio de Janeiro
SNI	Serviço Nacional de Informações
UDN	União Democrática Nacional
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo
IVC	Instituto de Verificação de Circulação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

DOI-Codi Ordem dos Advogados do Brasil - Centro de Operações de Defesa  
Interna

PT Partido dos Trabalhadores

PSL Partido Social Liberal

PSOL Partido Socialismo e Liberdade

AI Ato Institucional

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 DITADURA CIVIL-MILITAR E AI-5.....</b>	<b>19</b>
2.1 O DIA QUE DUROU 21 ANOS.....	19
2.2 PRIMEIROS ANOS .....	24
2.3 ATOS INSTITUCIONAIS.....	25
2.4 O ANO DAS PRIMAVERAS.....	26
<b>2.4.1 O ano que terminou mal .....</b>	<b>32</b>
2.4.1.1 Um longo inverno .....	40
<b>3 A IMPRENSA BRASILEIRA COMO NARRADORA DO VIVIDO .....</b>	<b>45</b>
3.1 IMPRENSA BRASILEIRA E REGIME MILITAR .....	49
<b>3.1.2 Golpe midiático-civil-militar: IPES e IBAD .....</b>	<b>55</b>
3.2 JORNAL O GLOBO.....	57
<b>3.2.1 O Globo e a ditadura militar .....</b>	<b>59</b>
<b>4 NARRATIVAS DO VIVIDO E DO IMAGINÁRIO NA IMPRENSA.....</b>	<b>63</b>
4.1 NARRATIVA.....	64
4.2 O REAL E O IMAGINÁRIO.....	71
4.3 NARRATIVAS DO VIVIDO E DO IMAGINÁRIO.....	76
<b>5 O VIVIDO E O IMAGINÁRIO NA NARRATIVA DE O GLOBO .....</b>	<b>81</b>
5.1 ENTRANHAMENTO EM O GLOBO.....	82
<b>5.1.1 “É inadmissível e inexplicável, além de inconcebível” .....</b>	<b>84</b>
<b>5.1.2 “À custa de qualquer sacrifício” .....</b>	<b>89</b>
<b>5.1.3 "Pare, em nome de Deus" .....</b>	<b>93</b>
<b>5.1.4 "Nunca dentro daquela agremiação espúria" .....</b>	<b>98</b>
<b>5.1.5 "Estão fazendo o jogo de quem deseja conturbar a vida do país" .....</b>	<b>100</b>
<b>5.1.6 ”Só a esquerda, obedecendo a orientação estrangeira, pode organizar tais atentados” .....</b>	<b>104</b>
<b>5.1.7 “O povo organizado derruba a ditadura” .....</b>	<b>107</b>
<b>5.1.8 "Abaixo a ditadura" .....</b>	<b>116</b>

5.1.9 “Presidente assegura a estudantes liberdade de palavra e reunião”.....	120
5.1.10 ”Simultaneamente ofereceu aos baderneiros de todo país um excelente pretexto” .....	124
5.1.11 “Os alunos da Filosofia tinham uma fonte inesgotável de ‘munição’” .	130
5.1.12 “Foi a Revolução que evitou a liquidação da Câmara e do Senado” ....	132
5.1.13 “A revolução jamais será popular à custa de sorrisos e pancadinhas nas costas” .....	137
5.1.14 “Somos fortes e nossa reação também será sempre forte” .....	140
5.1.15 “Ato Institucional visa a preservar a Revolução e a defender o regime” 147	
5.2 DESENTRANHAMENTO .....	149
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	152
REFERÊNCIAS.....	158
ANEXO – EDIÇÕES CITADAS.....	168

## 1 INTRODUÇÃO

*Edson Luís de Lima Souto, presente!*<sup>1</sup>

Em 13 de dezembro de 2018, a capa do jornal impresso *O Globo* apresentou a seguinte chamada: “50 anos do AI-5: Lembranças do dia em que a ditadura recrudesciu”. Era aniversário do Ato Institucional n. 5 (AI-5), o golpe dentro do golpe. O AI-5 foi o quinto de 17 atos institucionais editados entre 1964 e 1969, e ficou em vigor por dez anos e 18 dias. A medida de exceção promulgada pelo governo do general Artur Costa e Silva, segundo presidente militar a assumir após o golpe midiático-civil-militar (SILVA, 2014) de 1964, suspendeu o *habeas corpus* em crimes políticos, estabeleceu a censura prévia e cassou direitos políticos e cargos públicos (BRASIL, 1968a). Acompanhava o decreto, o Ato Complementar n. 38 (BRASIL, 1968b), que determinava o recesso do Congresso Nacional, oficializando a ditadura militar brasileira. Era o início dos chamados “anos de chumbo”, período mais duro do regime.

A efeméride de *O Globo*, cinco décadas depois de um dos episódios mais sombrios de nossa história recente, se espreme em um terço das páginas 8 e 9 da edição n. 31.174. O restante do espaço é dedicado a um anúncio do livro *Como fazer os juros serem mais baixos no Brasil*, da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) – deixando subentendidas as prioridades editoriais. A matéria de título “Há meio século, um país nas trevas” reúne pequenos relatos dos jornalistas Ancelmo Gois, Fernando Gabeira, Míriam Leitão e Zuenir Ventura, todos envolvidos, em algum momento, com os movimentos de oposição ao regime militar e que viveram intensamente os anos seguintes ao ato. Apesar de não aprofundadas, as narrativas contribuem para dinamizar o imaginário do período.

Na lembrança de Fernando Gabeira, nota-se uma pista do imaginário de 1968: “As pessoas, nas ruas, não se mostravam interessadas. Havia uma reação de certa frieza” (*O GLOBO*, 13 dez. 2018, p. 8), conta o jornalista que participou de uma das maiores vitórias da esquerda, o sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, que foi liberado em troca de 13 presos políticos, exilados no México.

---

<sup>1</sup> Todos os capítulos desta dissertação rememoram vítimas da ditadura civil-militar brasileira. A lista completa de mortos e desaparecidos reconhecidos pelo Governo Federal entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988 está disponível no volume III do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (BRASIL, 2014b).

Talvez a indiferença da população fosse reflexo da falta de informações sobre o que realmente acontecia, já que a censura (imposta e corroborada) era realidade desde o golpe. Ou, então, fosse resultado da narrativa política construída pela imprensa ao longo de 1968, como a que esta pesquisa recupera, que exaltou eventos marcados por violência da parte de jovens manifestantes e das autoridades policiais, e contribuiu à preparação de uma conjuntura que possibilitou uma medida extrema como o AI-5. Naquele ano, o Brasil esteve mergulhado no caos. As capas de nosso objeto de pesquisa, *O Globo*, noticiavam diariamente protestos e repressão, desentendimentos entre os poderes Executivo e Legislativo, perda de controle do governo federal e a conseqüente baixa popularidade da “Revolução”.

Já o relato da Míriam Leitão indica que o AI-5 foi vivido intensamente por parte da população: “Não foi uma coisa abstrata, que aconteceu em Brasília e atingiu os governantes. Atingiu todo mundo que tentou ter algum tipo de participação, ter voz ativa, entender o que estava se passando, todo mundo foi atingido de uma forma ou outra” (*O GLOBO*, 13 dez. 2018, p. 9). As afirmações dos jornalistas soam, em um primeiro momento, contraditórias, todavia uma delas recorda um olhar de 1968, enquanto a outra fala da posição de quem sabe o que aconteceu nos anos seguintes. O imaginário dinamizou-se. Ele recobriu a história com um “véu de apropriações particulares” (SILVA, 2017, p. 88).

Para Juremir Machado da Silva (2010; 2017), todo imaginário é histórico. É uma narrativa que se reinventa ao repetir-se. Nunca é estático. Por sua vez, a História é imaginária. É uma construção narrativa transpassada pelo espírito do presente. Nenhum dos dois mente, mas também não contam uma verdade única. Mas, então, o que é real e o que é imaginário? Podemos dizer que tudo é real e tudo é imaginário. Nas palavras de Silva: “Todo imaginário é real. Todo real é imaginário” (2010, p. 7). Entretanto, as noções são coisas diferentes, um opõe-se ao outro e ambos se completam. O imaginário é o excedente do real, ele não faz parte do real, mas acrescenta a este uma camada de sentido, uma aura (SILVA, 2017). Há um real incontornável, mas ao qual não podemos retornar totalmente. Um vivido que foi interditado, contudo que é reconstruído a partir do imaginário de cada época. “Os fatos só existem como narrativas, entre as quais a jornalística, como reconstruções” (SILVA, 2010, p. 25). A questão é tentar compreender os fenômenos, de maneira a desvelá-los, tirando as camadas de véu que os encobrem.



Começamos, há pouco tempo, a olhar para a nossa história recente, a reconstruir esse passado. Nas duas últimas décadas, estudos sobre as ditaduras militares no Brasil e demais países do Cone Sul difundiram-se em diversos campos. A Comunicação dedicou-se a investigar o papel do jornalismo e da publicidade no golpe de 1964 e nos anos seguintes. Junto à academia, a sociedade também teve que encarar o vivido. Em 2011, o governo federal criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída no ano seguinte, que investigou as violações de direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988. Um relatório final, dividido em três volumes, foi entregue à presidenta Dilma Rousseff em dezembro de 2014. Dilma, primeira mulher eleita ao mais alto posto nacional, foi militante de esquerda, perseguida, presa e torturada pela ditadura. Em 2013, foi exumado o corpo do ex-presidente João Goulart, a fim de investigar as circunstâncias de sua morte. Apesar do atestado de óbito indicar infarto, há a suspeita de que ele teria sido envenenado pela Operação Condor<sup>2</sup>. O laudo pericial divulgado em 2014 foi inconclusivo. Também em 2013, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Resolução 4/2013, que anula a sessão de 1964 que declarou vaga a Presidência da República, medida que permitiu aos golpistas tomarem o poder.

À contramão, discursos celebrando o período autoritário também ganharam forças nos últimos anos. Manifestantes foram às ruas em diferentes momentos pedir a volta da ditadura militar. Em 2016, um deputado federal justificou seu voto a favor do *impeachment* da presidenta Dilma homenageando Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi)<sup>3</sup> de São Paulo no período de 1970 a 1974 e o primeiro militar a ser reconhecido pela Justiça como torturador durante a ditadura. Dois anos depois esse mesmo deputado, elegeu-se presidente da República, ele e seu vice são militares da reserva. Com a ascensão deles, o Exército Brasileiro recuperou a influência no cenário nacional e oficiais começaram a se posicionar sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais.

Nesse contexto de revisão do passado, os veículos de comunicação, ao rememorem o período, foram obrigados a enfrentar as posições assumidas na época. O jornal *O Globo*, que tem sua história de ascensão estreitamente ligada aos

---

<sup>2</sup> Organização das forças repressivas e de informação de países sob ditaduras na América Latina (BAUER, 2006).

<sup>3</sup> Órgão de repressão política com o objetivo de combater as organizações de esquerda criado em 1970 durante o governo de Emílio Médici (JOFFILY, [2019?]).

governos militares dos anos 1960 e 1970 (HERZ, 1991), assumiu a responsabilidade pelo apoio à tomada de poder no texto “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”, de 1º de setembro de 2013:

O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma (APOIO..., 2013, p. 15).

O Grupo Globo, ao qual o jornal integra, se insere no mercado comunicacional como o 17º maior conglomerado de mídia do mundo e o 1º da América Latina (ROSA, 2015). A partir disso, o texto de *mea culpa* tem grande peso na ressignificação do regime de segurança nacional brasileiro. O editorial reconhecendo o apoio foi lançado primeiramente no espaço de Memória Institucional no site de *O Globo*, e depois replicado nos demais canais das Organizações, inclusive no jornal impresso, nosso objeto estudo, e no Jornal Nacional, telejornal de maior audiência no país (APOIO EDITORIAL..., 2013a; 2013b).

Ao encontro dessa tendência social e epistemológica, nossa dissertação se coloca como um instrumento de apreensão desse vivido, buscando contribuir ao debate ao investigar a narrativa jornalística de um dos principais jornais brasileiros sobre os acontecimentos políticos de 1968, que culminaram no AI-5. Nossa motivação surge da vontade de compreender de maneira mais aprofundada a relação entre a imprensa brasileira e o regime autoritário instaurado no país a partir de 1964, caminho iniciado com nossa monografia de conclusão do curso de Jornalismo, na qual analisamos as efemérides do golpe midiático-civil-militar no jornal gaúcho *Zero Hora* entre 1965 e 1985.

Nosso problema de pesquisa configura-se em duas questões: 1) *Como o jornal impresso O Globo narrou os principais acontecimentos políticos que antecederam o Ato Institucional n. 5 (AI-5) em 1968?* 2) *Quais camadas de real e de imaginário nos são possíveis des(en)cobrir<sup>4</sup> na narrativa jornalística analisada?* Para respondê-las, nos apoiamos nas Narrativas do Vivido, metodologia de Silva (2003; 2010) que pressupõem uma abordagem compreensiva a partir de três passos:

---

<sup>4</sup> Adotamos o termo des(en)cobrir de Silva (2003) por parecer expressar com maior clareza o processo de passagem do coberto ao descoberto.

*estranhamento* do outro; *entranhamento* no outro; e *retorno* a si mesmo. O pesquisador, assumindo papel de narrador, deve deixar o social falar, captar a complexidade da vida, compreender o sujeito e o objeto. Esse processo objetiva, de maneira geral, recuperar a narrativa jornalística de *O Globo* sobre os principais acontecimentos que precederam o AI-5, para des(en)cobrir as camadas de imaginário estabelecidas e a conjuntura política de 1968. Nossos objetivos específicos são: reunir em uma mesma narrativa, com início meio e fim, as notícias políticas veiculadas em *O Globo* em 1968; atentar para o conteúdo latente, a construção da narrativa, os procedimentos argumentativos, as emoções, as contradições, os sentidos, as sombras, as imagens para perceber as camadas de real e imaginário na narrativa jornalística analisada; compreender a conjuntura política que possibilitou o golpe dentro do golpe; e contribuir para o debate sobre a ditadura militar e sua relação com a imprensa hegemônica.

Para tanto, a presente pesquisa é estruturada em seis capítulos, sendo o primeiro e o último, respectivamente, a introdução e as considerações finais. O segundo capítulo apresenta o resgate histórico feito por meio de pesquisa bibliográfica sobre o período que vai de 1961, data da renúncia de Jânio Quadros, a dezembro de 1968, com o decreto do AI-5. Abordamos o mandato de João Goulart, o golpe midiático-civil-militar de 1964, os primeiros anos da ditadura militar e os atos institucionais. Aprofundamos, também, os acontecimentos políticos e culturais que marcaram o mundo e o Brasil em 1968. São fontes para este capítulo historiadores e comunicólogos que estudam o período, entre eles: Padrós (2003); Ribeiro (2003); Ventura (2013) e Gaspari (2014).

O terceiro capítulo é destinado à imprensa. Nele, abordamos a história da imprensa no Brasil e as características do jornalismo dos anos 1960, por meio dos estudos de Barbosa (2007) e Sodré (2011). Aprofundamos a atuação da mídia no golpe midiático-civil-militar e a relação entre a imprensa e os governos militares durante o regime, com as contribuições de Kushnir (2004), Lorangeira (2014) e Silva (2014), dentre outros. Nesse capítulo, apresentamos também nosso objeto de pesquisa, o jornal *O Globo*, descrevendo sobre sua trajetória e sua proximidade com o governo militar. O impresso foi o primeiro produto jornalístico das Organizações Globo, permanecendo como o principal produto do Grupo até a década de 1970, quando a TV Globo tomou seu lugar (MATTOS, 2005; LINHA DO TEMPO, 2013). Ele chega à década de 1960 com tiragem de 218 mil exemplares. Nos últimos anos,

o jornal variou entre as três primeiras posições no *ranking* de maiores jornais do Brasil de circulação paga, segundo dados do Instituto de Verificação de Circulação (IVC)<sup>5</sup>.

O quarto capítulo apresenta o referencial teórico-metodológico da pesquisa. Trabalhamos com as noções de narrativa de Ricouer (1994) e Motta (2013); narrativa jornalística de Motta (2013); e acontecimento e notícia de Sodré (2009). Aprofundamos as noções de imaginário e real, pelas concepções de Maffesoli (2011) e Silva (2003; 2010; 2017) e de tecnologias do imaginário, definição cunhada por Silva (2003; 2010). Os procedimentos metodológicos, bem como o eixo de pesquisa, também são apresentados nesse capítulo. Utilizamos as *narrativas do vivido*, método proposto por Silva (2003; 2010), para analisar a atuação das tecnologias na produção de imaginários. Olhamos para a narrativa a fim de reconstituir os acontecimentos políticos de 1968 a partir da visão do veículo noticioso. Desvelamos a narrativa para encontrar o imaginário do período.

O quinto capítulo é dedicado à análise das edições de *O Globo*, que são organizadas cronologicamente em 15 subseções, cada uma com foco em determinado acontecimentos-chave que marcou o ano. Para garantir o entendimento aprofundado de 1968, não olhamos apenas as datas desses episódios, mas o ano inteiro. Todas as capas de *O Globo* publicadas em 1968 foram analisadas, totalizando 307 edições, as que indicavam matérias relevantes no contexto político direcionaram ao exame do exemplar completo. São citadas em nossa pesquisa 96 edições de *O Globo* (ANEXO). A partir do entranhamento em nosso objeto, percebemos que os eventos políticos tiveram grande destaque, tanto no espaço noticioso quanto nos editoriais do veículo, e podemos notar a construção da narrativa, a qual marginaliza os movimentos sociais, nega o protagonismo aos jovens, bem como sua autonomia. Essa construção é feita aos poucos, dia após dia, primeiro é insinuado em uma fala secundária, depois aparece em discurso oficial, até ser frequente nas manchetes e editoriais. Estes são correntemente relacionados às matérias, corroborando no sentido que é atribuído a elas. Em nosso exame, foi possível desvelar esse sentido, apreender o imaginário presente nos textos.

---

<sup>5</sup> Informação disponível nos sites Coletiva.net e Poder 360 (CIRCULAÇÃO, 2018; TIRAGEM, 2018).

## 2 DITADURA CIVIL-MILITAR E AI-5

*Honestino Monteiro Guimarães, presente!*

O Ato Institucional n. 5, acontecimento basilar da narrativa jornalística a qual esta pesquisa intenta recuperar, foi possível pois diversos outros acontecimentos do ano de 1968 construíram um cenário que justificasse a necessidade do decreto. Entretanto, para que possamos compreender o momento em que este estudo se debruça é preciso retornar alguns anos na História do Brasil. É necessário entender a conjuntura política dos anos 1960 como um todo, percebendo que um movimento precede o outro, que os eventos não estão isolados, mas se conectam, estruturando vagorosamente um quadro político complexo.

Para isso, este capítulo recompõe alguns dos principais episódios daquela década, desde a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961, com a campanha da Legalidade que assegurou a posse do vice-presidente João Goulart, chegando ao golpe militar de 1964, considerando os movimentos de oposição ao então presidente Jango, como Goulart era chamado. A partir daí, já nos primeiros anos de ditadura militar, diversas ocorrências demonstravam que a intervenção militar viera para durar – e durou, não menos que 21 anos<sup>6</sup>.

Por sua vez, o ano de 1968 reuniu acontecimentos entrelaçados tão complexamente que o tornam difícil de assimilar e relatar. Esse foi um ano que marcou não só o Brasil, mas o mundo. Dedicamos parte deste capítulo também a aprofundar acontecimentos daquele ano, pois reconstruiremos os principais eventos políticos, considerados acontecimentos-chave em nossa análise, buscando pensar, neste momento a partir da historiografia, como refletiram social e politicamente e como se conectaram e contribuíram para a promulgação do Ato Institucional nº 5.

### 2.1 O DIA QUE DUROU 21 ANOS

Na noite de 1º de abril de 1964, o Presidente da República, João Goulart, deixava a cidade de Brasília, que abrigava parte do governo federal (naquela época,

---

<sup>6</sup> Muitos historiadores consideram o final da ditadura militar só em 1988, com a Constituição Federal.

muitos dos ministérios permaneciam no estado da Guanabara<sup>7</sup>, hoje território da cidade do Rio de Janeiro), e voava diretamente para o Rio Grande do Sul, seu estado de origem e onde esperava encontrar apoio para salvar seu governo. Antes disso, durante a manhã, Jango, como era conhecido, permanecera no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro (RJ). O golpe militar em andamento começou a ganhar contornos mais nítidos somente próximo ao meio-dia. Até a manhã do primeiro dia de abril, tudo indicava que a tentativa rebelde liderada por Olympio Mourão Filho, general da 4<sup>a</sup> Região Militar e da 4<sup>a</sup> Divisão de Infantaria, seria facilmente derrotada pelo dispositivo militar do governo (GASPARI, 2014; TAVARES, 2014).

Entretanto, o momento em que as tropas rebeldes chegaram ao Rio de Janeiro, vindas de Minas Gerais, e grande parte do Exército abandonou o lado governista, foi apenas o estopim de um plano que começou a ser desenhado anos antes, em 1961, após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, ou ainda mais cedo. Em 25 de agosto daquele ano, após sete meses de mandato, Quadros renunciou alegando que "forças terríveis" levantavam-se contra ele. O candidato pelo pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), que conquistou o apoio, dentre outros, da União Democrática Nacional (UDN), se elegeu defendendo o moralismo e a privatização. O símbolo de sua campanha foi a "vassourinha", Jânio prometia varrer a corrupção para fora do Brasil<sup>8</sup>. Naquela época, a legislação previa votos separados para presidente e vice-presidente, assim, para surpresa de muitos, João Goulart, candidato pela coligação entre os partidos Social Democrático (PSD) e Trabalhista Brasileiro (PTB), foi reeleito – Jango fora vice-presidente do governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961. A dupla Jan-Jan, como eram chamados, representava duas visões antagônicas, Jango personificava tudo que Quadros lutara contra durante sua campanha eleitoral, não pela corrupção, mas pela posição ideológica (LABAKI, 1986).

O vice-presidente Jango, que já não era bem-quisto por setores conservadores por sua origem política ligada aos movimentos trabalhistas, se

---

<sup>7</sup> Guanabara foi um estado do Brasil de 1960 a 1975, ocupando o território do atual município do Rio de Janeiro, onde centralizou-se a administração federal antes da construção de Brasília. Em 1968, apesar do Distrito Federal já funcionar em Brasília, parte do Governo Federal ficava em Guanabara.

<sup>8</sup> O *jingle* da campanha de Jânio Quadros dizia: "Varre, varre, varre, varre vassourinha! Varre, varre a bandalheira! Que o povo já 'tá cansado de sofrer dessa maneira. Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado! Jânio Quadros é a certeza de um Brasil moralizado! Alerta, meu irmão! Vassoura, conterrâneo! Vamos vencer com Jânio!" (REVIVENDO A HISTÓRIA, 2013).

encontrava na China, país comunista. O contexto global era de Guerra Fria, com o mundo dividido entre países que apoiavam os Estados Unidos e uma orientação capitalista e os que se identificavam com o ideal comunista defendido pela União Soviética. Na América Latina, a Revolução Cubana, de 1959, era um alerta constante da proximidade do “perigo comunista”. A principal potência ocidental voltava os olhos ao Brasil, e reservava forças diplomáticas e militares para intervir, se fosse necessário (ABREU, 2004; SILVA, 2014).

A desconfiança em relação a Goulart advinha de sua proximidade com Getúlio Vargas, do qual foi ministro do Trabalho por nove meses, entre 1953 e 1954, tempo suficiente para propor um aumento de 100% no salário mínimo, que foi mal recebido pelos militares, empresários e imprensa hegemônica, aumentando a crise do governo Vargas<sup>9</sup>. Sob a suspeita de ser comunista, sua sucessão a vice foi vetada por ministros militares, criando-se um grande impasse político. Em defesa dos preceitos constitucionais e da legalidade sucessória, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul na época, e cunhado de Jango (Brizola era casado com Neusa Goulart, uma das irmãs do presidente), liderou uma aliança com o intuito de garantir a posse de João Goulart. Por meio da *Rede Nacional da Legalidade*, criada em 27 de agosto, Brizola implantou uma cadeia de comunicação utilizando emissoras de rádio, o que serviu como resistência à tentativa de golpe à democracia. A coalizão, aderida por civis, outras lideranças políticas e intelectuais, garantiu a admissão do legatário pelos militares, mas não sem restrições. Foi criada uma emenda constitucional e instaurado um sistema parlamentarista, no qual Goulart assumia quase sem poderes (ABREU, 2004; SILVA, 2014).

Em 7 de setembro de 1961, a Campanha da Legalidade garantiu que Jango ocupasse a cadeira do mais alto posto nacional, mas só em 6 de janeiro de 1963 os poderes presidencialistas foram delegados a ele por meio de um plebiscito. O fim do parlamentarismo foi defendido por grande parte da população e de políticos e partidos que visavam às eleições de 1965. Mais de 9 milhões de votos, cerca de 75 por cento dos eleitores, garantiram a restituição dos poderes de Goulart, iniciando uma nova fase na conjuntura nacional e uma série de acontecimentos que levariam à sua deposição (LABAKI, 1986; SILVA, 2014).

---

<sup>9</sup> A proposta foi um dos pontos protestados pelo Manifesto dos Coronéis, documento assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis (LAMARÃO, [2019?]).

Se antes de ter os poderes completamente instituídos Jango já defendia as reformas de base<sup>10</sup>, após a vitória no plebiscito, essa passou a ser a principal bandeira de seu governo. Apesar da postura progressista do presidente, considerada por muitos como aspiração comunista, o governo de Jango foi marcado por manifestações sindicais e greves. "Enquanto nos anos de 1958 a 1960, sob o governo JK, tinham ocorrido cerca de 177 greves, nos três primeiros anos de Goulart, foram deflagradas mais de 430 paralisações", contabiliza Toledo (2004, p. 2). Jango governava um país cuja extrema desigualdade social apresentava números alarmantes: apenas 2,2% da população concentravam 58% das propriedades privadas; 40% da população eram analfabetos, enquanto 8,5% estavam matriculados no ensino primário, 1,2% no ensino médio e 0,13% no ensino superior. (SILVA, 2014). A inflação aumentara 25% de 1962 ao ano seguinte e a estimativa era fechar 1964 com uma taxa de 140% (GASPARI, 2014).

O presidente era pressionado por todos os lados: a esquerda lutava para que as reformas saíssem do discurso, enquanto a direita exigia que as reformas fossem esquecidas. Em março de 1964, Goulart resolveu descer do muro, optando pelo lado esquerdo. No dia 13 daquele mês, em um comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, ele anunciou que as reformas finalmente aconteceriam e, mais do que isso, que havia assinado dois decretos, um que desapropriava terras improdutivas nas margens de rodovias e açudes federais e outro que arrendava as refinarias de petróleo particulares (GASPARI, 2014).

Paralelamente, o discurso anticomunista crescia na classe média. Esta respondeu às iniciativas do governo com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que levaram milhares de pessoas às ruas em diferentes cidades brasileiras. Organizadas pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), movimento composto por mulheres da classe média que buscavam defender de forma reacionária valores como família, religião e propriedade, as manifestações seriam lembradas ao longo dos anos da ditadura militar para legitimar o regime (GASPARI, 2014).

---

<sup>10</sup> As Reformas de Base eram propostas que objetivavam alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas, de maneira a diminuir a desigualdade social. Entre elas destacam-se as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Além disso, defendiam o direito a voto de analfabetos e patentes subalternas das forças armadas, e uma política mais nacionalista, com maior ação do Estado na economia (FERREIRA, [2018?]).



A última controvérsia antes do golpe veio com a Revolta dos Marinheiros, um motim das baixas patentes da Marinha, em 25 de março. Em uma assembleia, liderada por um cabo chamado Anselmo, os manifestantes exigiram melhores condições para os militares. Após acordo com o governo e término da rebelião, os participantes foram presos por militares de patentes mais altas. Pouco depois, Goulart anistiou os marinheiros, passando por cima de um dos maiores princípios das Forças Armadas, a hierarquia, e, assim, intensificou a crise militar<sup>11</sup>. Apesar da repercussão negativa de sua posição em relação aos marinheiros e ignorando seus conselheiros, Jango discursou no aniversário da Polícia Militar, em 30 de março, na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro. Embora o discurso tivesse tom apaziguador, foi recebido como afronta por parte dos oficiais (GASPARI, 2014; TAVARES, 2014).

Mourão, "um oportunista e confuso" que "não merece fé nem confiança"<sup>12</sup>, aproveitou o momento de crise política e militar e, com muita sorte e pouca resistência da base governista e dos movimentos sociais, chegou ao palácio da capital fluminense vitorioso. Jango caiu em 1º de abril, exilando-se no Uruguai três dias depois; na semana seguinte, no dia 9, o primeiro Ato Institucional foi promulgado. Em nome da "Revolução vitoriosa", o AI-1 aumentava o poder do Executivo, ao mesmo tempo em que diminuía os poderes do Legislativo e Judiciário, e possibilitou ao presidente cassar mandatos, cargos e direitos políticos por sessenta dias.

Apesar de liderar o movimento golpista, Mourão foi preterido e os generais Arthur Costa e Silva e Humberto Alencar Castello Branco assumiram, respectivamente, o Ministério da Guerra e a Presidência da República (GASPARI, 2014). Castello assumiu com a promessa de convocar eleições diretas no ano seguinte, mas o AI-2, de outubro de 1965, substituiu o pleito democrático por votação indireta. Assim, de ato em ato, o governo militar permaneceu no poder até 1985, quando Tancredo Neves foi escolhido presidente por votos indiretos. Entretanto, Tancredo foi internado na véspera da posse com fortes dores

---

<sup>11</sup> Crise iniciada com a Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963, na qual sargentos, cabos e suboficiais se rebelaram com a decisão do Supremo Tribunal Federal em manter a inelegibilidade desses cargos. A constituição de 1946 determinava que representantes das baixas patentes das Forças Armadas não poderiam ser eleitos para os órgãos do Poder Legislativo, entretanto, nas eleições de 1962, muitos sargentos foram eleitos para a Câmara Federal e para as assembleias legislativas estaduais (ABREU, 2004).

<sup>12</sup> Como Mourão foi chamado em relatório da Central Intelligence Agency – Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) (TAVARES, 2014, p. 92).

abdominais, falecendo em 21 de abril daquele ano, e seu vice, José Sarney, assumiu, comandando o país até 1989, quando Fernando Collor foi eleito por meio das primeiras eleições diretas em 30 anos.

## 2.2 PRIMEIROS ANOS

Pode-se considerar que a tomada do poder pelos militares aconteceu sem grande reação da base governista – ao todo, sete vidas, todas de civis fora do combate, foram perdidas na transição. Logo após a intervenção, com a notícia de que Jango fugira ao Uruguai<sup>13</sup>, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência interina. Mesmo com a presença do civil, o poder já estava com os militares. Arthur Costa e Silva, que assumiria a presidência somente em 1967, tomou a frente para legitimar a "Revolução", autoproclamando-se ministro da Guerra (GASPARI, 2014).

Logo após o golpe, a repressão já foi posta em prática. Nos primeiros anos de regime militar, entre 1964 e 1966, foram, aproximadamente: 5 mil detidos; 2 mil funcionários públicos demitidos ou aposentados compulsoriamente; 386 pessoas com mandatos e/ou direitos políticos cassados; 421 oficiais militares punidos com passagem compulsória para a reserva. Opositores ou suspeitos de comunismo foram presos e torturados. Um caso marcante foi o de Gregório Bezerra, arrastado por um jipe nas ruas de Recife e, depois, surrado com uma barra de ferro (FERREIRA, 2011). O jornalista e deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>14</sup> Márcio Moreira Alves investigou e denunciou as torturas a presos políticos já nos primeiros anos de regime, lançando um livro sobre o tema em 1967, intitulado *Torturas e torturados* (ALVES, 1996). Apesar da perseguição do governo, a obra chegou a ser conhecida, como mostra uma declaração feita pelo deputado em 1968:

Em Maio de 1967 publiquei o livro *Torturas e torturados*. Nele reproduzi depoimentos que nos cárceres de todo o Brasil recolhera de prisioneiros torturados. A verdade dos crimes narrados não podia ser contestada. Restou aos torturadores e a seus aliados no seio do governo tentarem

---

<sup>13</sup> Segundo a Constituição, a Presidência seria declarada vaga se o mandatário deixasse o Brasil sem autorização do Congresso.

<sup>14</sup> Após o AI-2, que extinguiu os partidos políticos, apenas duas siglas partidárias eram permitidas: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), opositorista (BRASIL, 1965).

subtraí-la ao público. O ministro da Justiça ordenou a apreensão da edição, assim que do livro tomou conhecimento. O Tribunal Federal de Recursos considerou, em decisão unânime, ilegal o ato do ministro da Justiça e liberou o livro (ALVES, 1968 apud ALVES, 1993, 159-160).

Além da violência física, como as expostas no livro de Márcio Moreira Alves, violações políticas também fizeram parte do regime desde os primeiros dias. As eleições presidenciais foram extintas, interventores assumiram os cargos políticos, o Congresso Nacional chegou a ser fechado em 1966 e os partidos políticos foram proibidos, com exceção da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que representava o regime militar, e do MDB, uma oposição consentida (SILVA, 2014).

### 2.3 ATOS INSTITUCIONAIS

Para legitimar os seus poderes e assumirem oficialmente o governo, os militares, com o apoio do jurista Francisco Campos, autor da Constituição de 1937, que vigorou durante a ditadura Vargas, redigiram o primeiro de 17 Atos Institucionais, decretado em 9 de abril. Os golpistas nomearam-se "Comando Supremo da Revolução", apoiando-se na legalidade do poder revolucionário. Com onze artigos, o AI-1 expandiu os poderes do Executivo, limitando os do Legislativo e do Judiciário. O Ato indicava que um novo Presidente, escolhido pelo Conselho de Segurança Nacional, seria empossado e teria sessenta dias de poder para cassar mandatos e direitos políticos e seis meses para demitir funcionários públicos (BRASIL, 1964a; GASPARI, 2014).

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. [...] Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe (BRASIL, 1964a).

O AI-1 foi uma prévia do que viria nos próximos anos. O presidente escolhido pelo Conselho de Segurança Nacional, Humberto de Alencar Castello Branco, conseguiu prorrogar seu mandato até março de 1967, cancelando a eleição presidencial prevista para 1965. Os demais cargos que foram a pleito configuraram o primeiro teste da popularidade do novo governo. A situação perdeu nos dois principais estados nacionais, Minas Gerais e Guanabara, embora os eleitos não fizessem oposição ao regime, significou que os militares, provavelmente, não conseguiriam eleger seus candidatos à presidência em eleições diretas. A solução foi editar um novo ato, o AI-2, assegurando eleições presidenciais indiretas, extinguindo os partidos políticos, entre outras medidas antidemocráticas (BRASIL, 1965).

Na sequência, mais dois atos foram lançados. O AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, acabou, também, com as eleições diretas a governadores dos estados e determinou que os prefeitos das capitais fossem indicados pelos governadores (BRASIL, 1966a). Já o AI-4, de 7 de dezembro de 1966, convocava o Congresso a discutir, votar e promulgar uma nova Constituição Federal apresentada por Castello Branco, a Carta visava institucionalizar o regime militar, legitimando-o também na Constituição (BRASIL, 1966b).

## 2.4 O ANO DAS PRIMAVERAS

*"Il est interdit d'interdire"<sup>15</sup>*

Mil novecentos e sessenta e oito foi um ano emblemático, lembrado pelo mês de maio, pois reuniu lutas sociais de janeiro a dezembro ao redor do mundo. O período foi, sobretudo, marcado por uma revolução cultural antiautoritária. Questionou-se toda e qualquer forma de autoridade, nas escolas e universidades, na política e nos lares. Foram dias de rupturas, de inflexão, de efervescência. Foi tempo de contestar processos sociais e mexer em temas profundos, tentando arrancar as raízes do conservadorismo. Muitos dos temas seguem em pauta ainda hoje, como o feminismo e o racismo, outros foram tão assimilados que tendem a parecer que foi sempre assim, por exemplo, no caso da libertação sexual.

---

<sup>15</sup> "É proibido proibir" (tradução nossa), um dos *slogans* do Maio de 68 na França.

Segundo a historiadora Lucileide Costa Cardoso (2008), há três tendências interpretativas sobre 1968 em disputa. A primeira considera uma "continuidade mistificadora do real social" daquele ano, ou seja, personifica-se 1968, confere-lhe estatuto de sujeito histórico, que pode ser amado ou odiado, mas não pode ser negado. Para Cardoso, essa é a visão assumida por Zuenir Ventura em dois relevantes livros sobre o período: *1968: O ano que não terminou* (2013), lançado originalmente em 1988, e *1968: O que fizemos de nós*, de 2008. A segunda posição pensa 68 a partir de uma ideia de movimento derrotado politicamente pelo capitalismo. Ela cita como exemplo uma declaração do então presidente francês, Nicolas Sarkozy, afirmando que era hora de "enterrar definitivamente a herança de 1968". Já a terceira tendência, que se pretende analítica, compara o ano a outras revoluções históricas, diminuindo sua importância e destacando seu fracasso. Nesta pesquisa, optamos pela primeira delas, compartilhando o pensamento de Ventura (2008, p. 106):

Pode-se amar ou odiar aquele ano, embora esta não seja a melhor forma de entender os acontecimentos. O que não pode é expulsá-lo da história por idiosincrasia, mesmo porque ele se recusa a sair à força. Não se deve encarar 68 como uma construção idealizada onde se colocam sonhos que só foram realizados no plano dos nossos desejos. Mas também não adianta negar-lhe importância e desconhecer a sua teimosa disposição em permanecer.

Paris, Praga, Cidade do México, Tóquio, Los Angeles, Berlim, Rio de Janeiro e muitas outras cidades viveram movimentos protagonizados, em sua maioria, por jovens. Mais de 20 anos após a vitória dos Aliados, o mundo pós-Segunda Guerra Mundial não parecia muito melhor para os *babies boomers*. Ao contrário, a geração de nascidos a partir do fim da década de 1940 via retrocessos, como a volta das mulheres ao ambiente doméstico, lugar que muitas deixaram durante a Guerra para assumir vagas no mercado de trabalho. Os ideais democráticos, cernes da luta contra os regimes nazifascistas, caíam por terra em muitos dos países que, agora, enfrentavam poderes ditatoriais apoiados pela principal potência capitalista. A hegemonia dos Estados Unidos impunha seu modo de organização social e seus interesses econômicos, apesar dos problemas que o seu sistema apresentava, como o bem-estar material e a desigualdade social (PADRÓS, 2003; RIBEIRO, 2003).

No mundo, três importantes acontecimentos marcaram o imaginário do período: a Ofensiva do Tet, durante a Guerra do Vietnã; a Primavera de Praga; e o Maio Parisiense. A primeira delas, uma ofensiva dos guerrilheiros vietcongues junto ao exército do Vietnã do Norte sobre as tropas estadunidenses e do Vietnã do Sul, inaugurou o ano em janeiro, no dia do ano novo chinês, e representou a derrota política dos Estados Unidos. A Guerra, que naquele momento já contava com baixo apoio da opinião pública, a partir da emboscada, que demonstrou que o combate estava longe do fim, diferente do que o governo estadunidense afirmava, e que deixou muitos jovens militares mortos, passou a ser alvo de protestos frequentes no país invasor e fora dele (RIBEIRO, 2003; SANDER, 2018). No exterior dos Estados Unidos, a Ofensiva inspirou jovens de esquerda, era uma prova concreta da possibilidade de vencer as forças imperialistas.

Para o historiador Luiz Dario Teixeira Ribeiro (2003), a Guerra do Vietnã pode ser entendida como o elemento catalisador do que aconteceu mundo afora naquele ano. Os protestos que seguiram à Ofensiva do Tet foram duramente reprimidos, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, pelas autoridades governamentais, policiais e acadêmicas, gerando uma nova onda de manifestações, pacíficas de início, mas que foram intensificadas pela repressão policial. Com a violência sobre os jovens, outras camadas da sociedade passaram a se posicionar, como os trabalhadores, que se uniram aos estudantes em alguns países e lideraram movimentos em outros.

Em 68, houve uma conjunção entre trabalhadores jovens e estudantes, que superaram as diretrizes das direções das organizações partidárias e sindicais comunistas e social-democratas e unificaram as críticas oriundas dos estudantes e dos trabalhadores jovens [...] É por isso que não encontramos, em certos países, os estudantes na ponta de lança dos movimentos, mas encontramos outros grupos, principalmente os trabalhadores (RIBEIRO, 2003, p. 25).

Embora 1968 tenha sido marcado pelas críticas ao modelo de vida estadunidense e ao capitalismo, outras formas de poder também foram questionadas, como o comunismo vigente no leste europeu. O segundo dos acontecimentos perpetuados na memória sobre o período ficou conhecido como Primavera de Praga, e teve origem na insatisfação dos tchecoslovacos com as políticas econômicas e sociais impostas pela União Soviética. No fim dos anos 1960, a Tchecoslováquia estava em declínio econômico e sofria com a desigualdade

social, com a censura e com a repressão intensificadas pelo regime comunista do qual fazia parte. O descontentamento dividia civis e também o único partido legal, o Partido Comunista Tchecoslovaco (PCT). Da rixa no Partido, duas alas se destacavam, uma conservadora, liderada pelo presidente da República e secretário geral do PCT, Antonín Novotny, e outra mais modernizante, da qual ascendeu o jovem Aleksander Dubcek, que assumiu a liderança do grupo político em janeiro de 1968 (PONGE; ZEMOR, 2003).

Iniciadas por intelectuais e estudantes, as discussões ganharam reforço quando setores operários acrescentaram suas reivindicações. Em assembleias, nas ruas e em greves, a população pedia o fim do conservadorismo e almejava um socialismo mais humano. Mas o inverno naquele ano chegou precocemente em Praga apunhalando a Primavera. Na noite de 20 de agosto, tanques mandados pelos dirigentes do Pacto de Varsóvia – aliança militar entre os países socialistas do Leste Europeu com a União Soviética – ocuparam as ruas e praças da cidade, as tropas prenderam Dubcek e outros opositores políticos que, levados à Moscou, concordaram, sob pressão, a colaborar com a normalização da situação, aceitando os preceitos stalinistas. A resistência popular tentou persistir, sendo sempre duramente repreendida. Em janeiro do ano seguinte, mais um marco: um estudante ateou fogo ao próprio corpo em praça pública (PONGE; ZEMOR, 2003).

O ato de impotência terminal frente à realidade [...] desencadeou novas manifestações que, apesar de mostrar em vigor e conformidade, foram incapazes de reverter a progressão gradual e segura da "normalização" [...] Quanto à população da Tchecoslováquia, esta viveu, ainda, por cerca de duas décadas sobre as botas do PCT (PONGE; ZEMOR, 2003, p. 46).

Dos três eventos mencionados, dentre tantos outros que marcaram 1968, talvez o mais lembrado seja o Maio Francês. Sabe-se das primaveras que eclodiram em muitos países, mas é principalmente para Paris que o imaginário daquele ano é direcionado. Os icônicos *slogans* na língua francófona, as violentas barricadas no Quartier Latin e as charmosas presenças de intelectuais e artistas, como do cineasta Jean Luc-Godard, foram antecedidas por um movimento menos lembrado, mas que originou os acontecimentos no país naquele ano. Ainda em março, uma passeata de estudantes de Nanterre contra as prisões de colegas que haviam se manifestado contrários à Guerra do Vietnã foi duramente repreendida pelas autoridades,

iniciando uma série de novos protestos, que a cada violência policial atraía mais simpatizantes e cujo auge seria alcançado no mês cinco (PONGE; ZEMOR, 2003).

Desde 1958, Charles de Gaulle governava a França. Herói nacional durante a Segunda Guerra, o presidente representava muito do que os jovens não queriam mais: o passado, o autoritarismo, os líderes militares. Além disso, no final dos anos 1960, o país começava a sofrer com a estagnação econômica com o início do declínio dos chamados "Trinta Gloriosos", período de três décadas de grande crescimento econômico após o fim da Guerra. A insatisfação popular aumentava a cada momento, o gaullismo perdeu cadeiras legislativas nas eleições de 1967 e manifestações e greves se tornavam mais frequentes. Entretanto, foi a repressão comandada por De Gaulle à população que causou os eventos que marcaram 1968 (SILVA, 2018).

Inicialmente espontânea, a reação da massa estudantil foi alimentada pela própria brutalidade da repressão e se alicerçou na União Nacional dos Estudantes (UNEF). As manifestações cresceram e se sucederam diariamente [...] A ferocidade da ação policial contra os estudantes suscitou repúdio ao governo, solidariedade aos estudantes, ampliou as manifestações e pressionou as centrais sindicais a convocar, junto com a UNEF, uma grande paralisação nacional em 13 de Maio (PONGE; ZEMOR, 2003, p. 47).

A manifestação desse dia, que reuniu mais de 500 mil pessoas, deflagrou a maior e mais longa greve da história da França. Dez milhões de grevistas pararam o país por semanas. Apesar da adesão de forças organizadas da esquerda nas manifestações e na paralisação, a grande característica do Maio Francês foi a ausência de lideranças políticas que direcionassem os acontecimentos, não havia reivindicações uníssonas. Hoje, a memória desse período apresenta Daniel Cohn-Bendit, o "Dany le Rouge", um jovem estudante, francês de nascença e alemão de nacionalidade<sup>16</sup>, como protagonista, mas na época não se reconhecia qualquer comando (MATTOS, 1998; PONGE; ZEMOR, 2003). "O maio francês profetizava o 'fim das ideologias', de esquerda ou de direita; ao criticar todas as formas de autoritarismo e totalitarismo, indicando o que deveria lhes opor resistência: novas utopias, dissonantes com pensamento único" (MATTOS, 1998, p. 186-187).

---

<sup>16</sup> Cohn-Bendit nasceu na França, filho de judeus alemães que emigraram no início da ascensão do nazismo e permaneceram na clandestinidade durante a Segunda Guerra Mundial. Não foi registrado até os 14 anos, quando optou pela nacionalidade alemã para não precisar prestar o serviço militar. Após as manifestações de 1968 foi expulso para a Alemanha pelo governo francês, pois não tinha nacionalidade francesa na época. (TRUONG, 2014).



A esquerda tradicional francesa demonstrou a desarmonia, se mostrando apática diante do movimento iniciado pelos estudantes e apoiado pela população, enquanto alguns tentaram, sem sucesso, tomar a frente, outros esperaram para ver onde aquilo tudo levaria. As direções das centrais sindicais, por exemplo, foram negociar com o governo durante a greve, negando o âmago da paralisação, que era o não reconhecimento da legitimidade de De Gaulle. Apesar de grandes avanços trabalhistas, o acordo ficou muito longe do que os grevistas demandavam. A permanência da greve fez com que o governo convocasse novas eleições, que foram vencidas novamente pelo gaullismo. Todavia, com a legitimidade marcada, De Gaulle renunciou no ano seguinte (PONGE; ZEMOR, 2003).

O Maio Francês, com suas barricadas, lutas dos estudantes usando paralelepípedos e forte repressão policial, ficou marcado no imaginário das pessoas como um período violento. Apesar da grande dimensão do acontecimento como um todo, foi uma revolução sem mortos, uma vez que as perdas daquele mês ocorreram paralelamente às manifestações, configurando como acidentes (BROSSAT, 1998), foram 367 feridos, 468 presos e uma morte registrada – de um homem que caiu no rio Sena fugindo da polícia. Embora não tenha alcançado os resultados políticos desejados, o Maio de 68 na França deixou muitos legados, como a certeza de que é possível unir demandas e mobilizar o povo. No campo cultural, grande parte da liberdade com que vivemos hoje e da maneira como nos relacionamos são heranças de 1968: as hierarquias nas relações diluíram-se, no privado e no público, a configuração familiar tornou-se menos rígida, alcançamos a liberdade sexual e a possibilidade de assumir gêneros e sexualidades não normativos.

Já na América Latina, segundo a historiadora Cardoso (2008), o Maio iniciou um ano antes, em 1967, com o assassinato de Che Guevara na Bolívia. "A morte trágica do Che inspira várias tentativas de vinganças na América Latina e provoca novas ondas contestatórias ao mesmo tempo em que o imaginário da revolta e da revolução sofre um grande abalo" (CARDOSO, 2008, p. 9). Por sua vez, o também historiador Enrique Padrós (2003) afirma que o 1968 latino-americano permaneceu ao longo da década de 1960, terminando em 1973, com os golpes militares no Chile e no Uruguai.

Para Padrós (2003), no sul do continente americano, 1968 foi, assim como na França, marcado por conflitos entre gerações, mas, acima disso, pela luta de classes, com confrontos em diferentes contextos. Houve a luta contra as ditaduras já

vigentes naquele ano, como Brasil e Argentina, e também contra o avanço do autoritarismo em democracias como de Uruguai, Chile e México. Esse último, inclusive, foi marcado pelo mais sangrento episódio das revoltas de 1968, o massacre de Tlatelolco, em 2 de outubro, que resultou na morte de centenas de estudantes pela polícia (SOUZA, 2003). Outro cenário descrito por Padrós (2003) foi o das esperanças e utopias que a Revolução Cubana gerou em outros países latinos. A onda libertária inspirou a luta contra o imperialismo e novas formas de organização popular.

#### **2.4.1 O ano que terminou mal**

*"Abaixo a ditadura"<sup>17</sup>*

No Brasil, 1968 foi protagonizado por jovens que viam os valores se modernizarem ao redor do mundo, enquanto, no país, assistiam ao progressivo fechamento político. Viveu-se um conflito de gerações, como no restante do globo, mas respirou-se política. Para os estudantes, todo espaço era arena de debate e todo o assunto era questão de luta. Ser politizado era ser antiautoritário, denunciar permanentemente o governo e o imperialismo, se mobilizar incessantemente. Em um mundo polarizado pela Guerra Fria, também a esquerda se dividia, era-se uma coisa ou outra, e ficava-se marcado por suas posições. Mas uma coisa se tinha em comum: pediam o fim da ditadura.

Em 1968, Arthur Costa e Silva completava um ano de mandato, era o segundo presidente militar. O marechal, nascido em Taquari, no interior do Rio Grande do Sul, foi eleito com 294 votos pelo Congresso Nacional e dividia opiniões. Alguns o consideravam extremamente inteligente, outros faziam piadas de sua burrice, mas muitos o consideram o mais simpático entre os seis presidentes militares. Assim como sua personalidade, seu governo também foi marcado por dualidades. Tavares (2014) lembra que, embora ocupasse o mais alto posto do país, seu poder não emanava do povo, foram as Forças Armadas que o colocaram lá e delas dependia o seu mandato.

---

<sup>17</sup> Frase que simboliza os movimentos de esquerda de 1968 no Brasil, aparece em cartazes nas imagens das manifestações e dos muros pichados.

Em solo brasileiro, 1968 iniciou com o assassinato de Edson Luís de Lima Souto<sup>18</sup> por policiais militares durante um confronto entre as autoridades e os estudantes em um restaurante universitário no Rio de Janeiro. Apelidado de Calabouço, o restaurante servia comida popular a secundaristas e universitários que não tinham onde comer, geralmente vindos do interior. No dia 28 de março, um protesto de jovens que frequentavam o lugar pedindo melhores estruturas foi repreendido pelas forças policiais, que consideravam o prédio um ponto de encontro de agitadores e estudantes organizados. No enfrentamento, um aspirante da Polícia Militar (PM) revidou as pedras dos jovens com um tiro que acertou o peito de Edson Luís. O rapaz de 17 anos era secundarista, migrara do norte do país e frequentava o Calabouço por causa de sua pobreza, e não por posições políticas (VENTURA, 2013; GASPARI, 2014).

Os colegas levaram o ferido à Santa Casa de Misericórdia que ficava próxima dali, mas quando chegaram ao local Edson Luís já estava morto. Negaram-se, então, a deixar que a PM levasse o corpo ao Instituto Médico-Legal e foram, com o jovem morto, à Assembleia Legislativa, onde o colocaram em cima de uma mesa, ocupando o prédio. Em negociações mediadas por deputados do Grupo Renovador, vanguarda do MDB, foi garantida que a autópsia fosse feita na própria Assembleia, e que o cortejo até o cemitério no dia seguinte não seria repreendido pelos militares. Na longa noite que se seguiu, milhares de pessoas passaram pelo local do velório e tantas outras ocuparam a Cinelândia. Muitos discursaram, usou-se a camisa manchada de sangue como bandeira de luta. Às 16h15min do dia seguinte, quando os estudantes carregaram o caixão de Edson Luís para fora do órgão público, a Cinelândia estava lotada, com pessoas de todos os tipos, segurando cartazes e bradando palavras de ordem e a frase que mais seria replicada nos dias seguintes: "Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?" (VENTURA, 2013, p. 103). Cerca de 50 mil pessoas acompanharam o corpo do estudante ao Cemitério São João Batista (VENTURA, 2013; GASPARI, 2014).

Muitas homenagens a Edson Luís foram organizadas ao redor do país, mas as mais marcantes tiveram lugar nas missas de sétimo dia celebradas na Igreja da

---

<sup>18</sup> Optamos pela grafia "Luís" por ser a maneira utilizada na maior parte da bibliografia consultada e pelo nosso objeto de estudo, entretanto, no relatório *Mortos e Desaparecidos Políticos* (2014b) da Comissão Nacional da Verdade o nome aparece como "Luiz". Na conclusão da CNV sobre o caso de Edson, afirma-se "Recomenda-se a retificação do auto de exame cadavérico e da certidão de óbito para que conste seu nome correto, 'Edson Luiz Lima Souto'", dando a entender que este era o nome correto do jovem.

Candelária, no Rio de Janeiro, na quinta-feira seguinte, dia 4 de abril. No fim da manhã, a primeira delas, encomendada pela Assembleia Legislativa, foi duramente repreendida pelos soldados da PM. Quando deixavam a igreja, as centenas de pessoas presentes foram surpreendidas por cavalarianos que bloquearam todas as passagens e protagonizaram cenas de violência brutal. Na missa das 18 horas, cerca de 600 pessoas que lotavam o local temiam que o mesmo se repetisse; no fim da liturgia, fileiras de cavalarianos da PM, o Corpo de Fuzileiros Navais e agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>19</sup> se encontravam novamente aos pés da escadaria que leva ao templo. O vigário-geral responsável pela congregação, Dom Castro Pinto, e os demais padres presentes, de mãos dadas, fizeram dois cordões humanos, entre os quais mantiveram os estudantes, e partiram de encontro às forças armadas. O major responsável pela repressiva ordenou o dispersar do público, que em seguida foi caçado por outros cavalarianos perto da Cinelândia, a cerca de um quilômetro dali (VENTURA, 2013; GASPARI, 2014).

Para o jornalista Zuenir Ventura, entre a morte do estudante e o tributo a ele, o governo buscou motivos para um novo ato institucional, legitimado nove meses depois com o AI-5. No início de abril, boatos sobre um novo ato ou estado de sítio circulavam no Congresso e na imprensa. O *Jornal do Brasil*, no dia 3 de abril (p. 3), dava uma nota intitulada: "Militares admitem implantação de sítio". No mesmo veículo, o colunista Carlos Castello Branco, no dia anterior, já informava sobre a possibilidade de um novo ato. Também no dia 3 de abril, o jornal *O Globo* noticiava:

O Presidente da República manifestou a seus assessores a sua preocupação com os acontecimentos nas principais capitais do país e está convencido de que a Revolução e seu Governo chegaram a uma encruzilhada vital à sua sobrevivência. Tem repetido que não vacilará em tomar qualquer atitude para a defesa da Revolução, aventando inclusive a possibilidade de endurecimento do regime, com adoção de medidas de exceção (*O GLOBO*, 3 abr. 1968, p. 6).

No aniversário de quatro anos do regime, em 31 de março, o Rio de Janeiro foi palco de outro grande confronto entre estudantes e policiais militares. Ventura (2013) narra que os jovens depredaram lojas e bancos, viraram automóveis e até queimaram um carro Volkswagen. Houve tiroteio e luta corporal. Os jovens desenvolveram táticas para enganar e fugir da polícia. Cinco estudantes foram

---

<sup>19</sup> Os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) eram órgãos de informações e repressão vinculados às secretarias estaduais de segurança pública (BAUER, 2006). O primeiro DOPS foi instituído em São Paulo por meio da Lei n. 2.034, de 30 de dezembro de 1924 (SÃO PAULO, 1924).

baleados, sendo que um deles, Davi de Souza Neiva, morreu, e tantos outros foram feridos de outras formas. Do outro lado, trinta soldados ficaram feridos com cacos de vidro e pedras. O ministro da Justiça, Gama e Silva, enviou as tropas do exército para conter as manifestações. No restante do país, mais jovens se reuniram para lutar pelo fim da ditadura. Em São Paulo, onde a passeata foi autorizada, não houve violência de nenhum dos lados.

Para tentar conter as críticas da oposição e acalmar a situação do país, o governo baixou, em 5 de abril, a Portaria 177, proibindo atividade política da Frente Ampla em todo o Brasil e a apreensão de publicações que divulgassem material sobre a organização ou qualquer outro político cassado. A Frente Ampla foi uma iniciativa de Carlos Lacerda, político conservador, grande crítico de Jango e intenso defensor do Golpe de 1964. Lacerda, governador da Guanabara em 1964, queria o golpe militar para tirar Goulart do poder, mas esperava eleições em 1965 para que pudesse concorrer à presidência. Quando percebeu que os militares ficariam no comando, mudou de lado e passou a criticar o regime. A Frente se originou dessa ruptura com o governo e da aliança com improváveis políticos: Juscelino Kubitschek, outro possível candidato às eleições que nunca existiram, e o próprio João Goulart. O movimento não chegou a ter força nacional e, em 1968, era ofuscado pelas ações estudantis, a ala à extrema direita do governo militar buscava mais restrições sociais e políticas do que a Portaria oferecia (PERRONE, 1988; VENTURA, 2013).

Não só personalidades políticas e estudantes se movimentavam, aquele ano foi marcado também por duas grandes greves. A primeira delas aconteceu em 16 de abril, em Contagem, uma cidade industrial de Minas Gerais, e foi organizada de maneira espontânea, independente do movimento sindical. Cerca de 15 mil metalúrgicos pararam reivindicando aumento de 35%, o Ministério do Trabalho só permitia 17%. Para resolver a situação, o ministro Jarbas Passarinho ofereceu mais 10%, somando 27% de abono e encerrando a paralisação em 25 de abril. A segunda greve, em Osasco, região metropolitana de São Paulo, iniciou em 16 de julho e foi organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos, também contra a política salarial do governo. Este, que tinha estendido o aumento de Contagem aos demais trabalhadores, proibiu os empresários de negociarem. O fim da greve veio de forma violenta, com a invasão do exército à fábrica Cobrasma na madrugada de 17 de julho. Os grevistas resistiram durante a noite, mas tiveram que se entregar ao amanhecer. A greve durou mais duas semanas até que, mediados pela Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB) e pelo clero, governo, patrões e empregados concordaram em um aumento de 23% (ALVES, 1993).

Em junho, o governo militar continuava preocupado com as manifestações juvenis, e esse sentimento era realçado por tudo que ocorrera em maio na França. Autores como Perrone (1988), Ventura (2013) e Gaspari (2014) defendem que as autoridades brasileiras acreditavam em uma unidade entre os movimentos ao redor do mundo, "[...] um plano comunista de exportação das agitações estudantis" (VENTURA, 2013, p. 129). Mesmo que essas "agitações" também tivessem se levantado contra a União Soviética, no caso de Praga. Os dias 19, 20 e, principalmente, 21 mostraram que os jovens brasileiros não deviam nada aos franceses. Essas datas marcaram o 1968 brasileiro, foram dias em que parte da população uniu forças aos estudantes. O centro do Rio de Janeiro virou campo de batalha entre civis e policiais:

Durante quase dez horas, o povo lutou contra a polícia nas ruas, com paus e pedras, e do alto dos edifícios, jogando garrafas, cinzeiros, cadeiras, vasos de flores e até uma máquina de escrever. O balanço de alguns hospitais – nem todos divulgaram os totais – registrou: 23 pessoas baleadas, quatro mortas, inclusive o soldado da PM Nelson de Barros, atingido por um tijolo jogado de um edifício, 35 soldados feridos a pau e pedra, seis intoxicados e 15 espancados pela polícia (VENTURA, 2013, p. 130).

Foram três dias de violência a céu aberto, e o último deles, narrado acima, uma sexta-feira que ficou conhecida como "sexta-feira sangrenta". Ventura (2013) disserta que a motivação para a população tomar partido naquela ocasião foi um episódio da quinta-feira, no qual a PM acabou com uma assembleia de estudantes na Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Praia Vermelha, e levou cerca de quatrocentos estudantes para o campo do Botafogo. Lá, os jovens sofreram violências físicas e morais, sendo detalhadas nos jornais do dia seguinte.

O que ocorreu ali, no gramado [...] chocou a cidade – uma cidade que, desde a morte e as missas de sétimo dia de Edson Luís, achava que já tinha assistido a tudo em matéria de violência. Mais do que pela agressão física, as fotos "hediondas" indignavam como símbolos de ultraje. A descrição de soldados urinando sobre corpos indefesos ou passando o cassete entre as pernas das moças, junto às imagens de jovens de mãos na cabeça, ajoelhados ou deitado de bruços com rosto na grama, era uma alegoria da profanação (VENTURA, 2013, p. 134).

Com o aperto da repressão policial e o cerceamento, cada vez maior, de ações e ideias, as vidas dos jovens e demais civis foram atropeladas pela política nacional, e as manifestações no Brasil eram um reflexo dessa realidade. Os acontecimentos políticos e a violência da polícia levaram o país a se mobilizar como poucas outras vezes em sua história. Ainda em junho, na quarta-feira seguinte, milhares de pessoas se reuniram novamente no Rio de Janeiro, naquela que ficou conhecida como Marcha dos Cem Mil. Após os últimos acontecimentos, foi preciso negociar a realização da passeata com o governador da Guanabara, Negrão de Lima, e com autoridades federais. Apesar da dificuldade que os realizadores encontraram e da tensão em que a cidade vivia, o resultado foi um espetáculo memorável, que uniu diferentes gerações, classes e posições políticas com um mesmo objetivo: o fim o regime militar (VENTURA, 2013).

Após a Marcha, um grupo que representava os diferentes perfis de manifestantes foi convidado a conversar com o presidente Costa e Silva. Embora o encontro não tenha feito avançar as reivindicações do povo, mostrou que a organização social preocupava o governo. Os movimentos não pararam após a passeata e a reunião, muito menos a repressão. Ao contrário, no dia 5 de julho, 10 dias depois do evento, o ministro da Justiça, Gama e Silva, proibiu as manifestações de rua em todo o país. Já no final de agosto, outro evento marcou o ano de 1968. No dia 29, a Universidade de Brasília (UnB) foi invadida por policiais militares e agentes do DOPS, portando metralhadoras e bombas, que visavam prender Honestino Guimarães<sup>20</sup>, líder estudantil do Distrito Federal, e outros estudantes. Com a tentativa de resistência dos alunos que estavam no campus, os soldados protagonizaram mais cenas de violência. Como muitos dos filhos de deputados, senadores e outros membros da elite política estudavam na universidade, o caso ganhou grande repercussão, principalmente no Congresso (VENTURA, 2013).

Em 1968, o país estava mergulhado em violência de origem política, não somente por parte da repressão policial, mas de civis. Assim como parte da população apoiou os estudantes em momentos como a "sexta-feira sangrenta", outra parte comprava o discurso anticomunista e voltava-se contra eles. O conservadorismo não emanava apenas dos mais velhos, muitos jovens também

---

<sup>20</sup> Honestino, lembrado no início deste capítulo, viveu na clandestinidade a partir daí, sendo preso em 10 de outubro de 1973. Seu nome consta na relação de desaparecidos políticos reconhecidos pelo Governo Federal (BRASIL, 2014b).

apoiavam o regime instaurado. Essa divisão chegou a um patamar elevado no dia 2 de outubro, quando alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e os também universitários da vizinha Mackenzie se enfrentaram na Rua Maria Antônia, endereço dos campi (PERRONE, 1988; VENTURA, 2013).

Com armas de fogo, bombas de fabricação caseira e pedras, estudantes de esquerda e de direita se confrontaram por horas a céu aberto. Na Universidade Mackenzie, jovens da classe alta paulistana participavam de grupos de direita e extrema-direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Já a Faculdade de Filosofia tinha história na formação de líderes da esquerda. A rivalidade entre as duas escolas era antiga, mas naquele outubro alcançou proporções inimagináveis, resultando em um prédio queimado, o da Filosofia, muitos feridos e um morto a tiro – José Guimarães, de 20 anos, assassinado por um membro do CCC (PERRONE, 1988; VENTURA, 2013; GASPARI, 2014).

"Os membros do CCC eram rapazes bem treinados em artes marciais e recebiam ajuda da polícia. Sempre havia policiais no meio deles. Já o pessoal da Filosofia era despreparado, e a faculdade tinha um grande número de moças", recorda Perrone (1988, p. 126). José Dirceu, líder estudantil do período, em entrevista para Ventura (2013, p. 211), relata versão semelhante: "Eles tinham carabina e metralhadora", contaria Dirceu, "e nós tínhamos apenas foguetes, pedras e molotov". Para Ventura (2013), na "Guerra da Maria Antônia" (PERRONE, 1988, p. 128), a direita impôs sua postura ao movimento estudantil, até então marcado pelos ideais de esquerda. O confronto foi um ensaio da repressão que estava por vir.

Dez dias depois, estudantes de esquerda enfrentaram mais uma derrota. Em 12 de outubro, centenas de jovens se reuniram no sítio Murundu, em Ibiúna, no interior de São Paulo, para o mais famoso e malsucedido encontro que a União Nacional dos Estudantes (UNE) já organizou. Embora planejassem um evento clandestino, uma vez que a organização estudantil havia sido extinta oficialmente em 1964, a partir da Lei n. 4.464 (BRASIL, 1964b), de 9 de novembro<sup>21</sup>, a reunião de

---

<sup>21</sup> Conhecida como Lei Suplicy, em razão do ministro da Educação da gestão que a aprovou, Flávio Suplicy de Lacerda, a Lei nº 4.464 determinava que apenas os seguintes órgãos de representação dos estudantes de ensino superior eram legais: "a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior; d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal" e que os demais órgãos deveriam adaptar-se, "submetendo às autoridades previstas no art. 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias". Além disso, a Lei vedava às organizações "qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter



mais de mil pessoas, em uma pequena cidade, não passou despercebida. O XXX Congresso da UNE logo foi descoberto pela polícia, que invadiu o local, prendendo as principais lideranças estudantis (PERRONE, 1988; VENTURA, 2013).

Antes disso, alguns dias depois da invasão à UnB, em 2 de setembro, ainda sob a indignação com o episódio, o deputado federal pelo MDB Márcio Moreira Alves discursou na Câmara dos Deputados. Na tribuna, Marcito, como era chamado, denunciou a repressão e a tortura, lembrou o 7 de setembro próximo e propôs o boicote dos estudantes aos desfiles comemorativos da Independência. Porém, o deputado foi além, recomendando um boicote das moças aos integrantes do exército, negando danças e qualquer coisa a mais. Esse discurso foi tomado como estopim pelo governo que já buscava pretexto para um novo golpe (PERRONE, 1988; VENTURA, 2013; GASPARI, 2014).

Por mais desastrado que tenha sido o pronunciamento de Marcito, costuma-se insistir, à direita e à esquerda, na injustiça de considerá-lo a causa da edição do AI-5 – e não apenas um pretexto. Desde 68, armazenaram-se dezenas de indícios comprovando que naquela altura do ano as forças radicais, cada vez mais forte dentro do governo, não mais abririam mão das medidas de exceção (VENTURA, 2013, p. 186).

O governo estava dividido, parte buscava acalmar os ânimos para amenizar o caos em que o país se encontrava, enquanto outra queria medidas mais firmes e, para isso, levaria até as últimas consequências o contexto político nacional. A situação causada em decorrência do discurso de Marcito demonstrou que, apesar da dualidade, a ala mais extremista ganhara forças ao longo de 1968. Um conflito entre o Legislativo e o Executivo foi artificialmente criado para instaurar um clima de tensão e levar ao objetivo de figuras como Luís Antônio Gama e Silva, ministro da Justiça, que desejavam uma restrição ainda maior dos direitos civis. Em 9 de outubro, a Câmara dos Deputados recebeu uma solicitação do Governo Federal para que Moreira Alves fosse processado frente ao Supremo Tribunal Federal (VENTURA, 2013; GASPARI, 2014).

Não era o início de um processo, mas de uma guerra entre o Poder Executivo e o Legislativo – e, para ganhar, o governo iria abrir mão de qualquer pudor e usar todos os seus poderes de persuasão e, sobretudo, de pressão. O mínimo que fez, como que a anunciar a sua disposição, foi

substituir nove membros da comissão quando descobriu que eles voltariam contra a licença pedida (VENTURA, 2013, p. 248).

Sem o apoio da maioria dos deputados, inclusive dos governistas da Arena, o Governo teve o pedido negado no dia 12 de dezembro, o que tomou como afronta. A resposta do alto escalão militar veio no dia seguinte, uma sexta-feira, 13, quando, na 43ª reunião do Conselho de Segurança Nacional, 22 conselheiros aprovaram a edição do Ato Institucional n. 5. Somente o vice-presidente Pedro Aleixo foi contra, sugerindo o estado de sítio no lugar. Sem objeções, os presentes apoiaram o golpe dentro do golpe, o decreto que instaurou os anos de chumbo no Brasil, que acabou com o que restava de direitos políticos e que atingiu diretamente todos os civis (VENTURA, 2013; GASPARI, 2014).

#### 2.4.1.1 Um longo inverno

*"Às favas, senhor presidente, todos os escrúpulos de consciência"<sup>22</sup>*

O nosso Maio de 68 durou meses e foi brutalmente tolhido com o Ato Institucional n. 5 (AI-5), em dezembro do mesmo ano. O novo decreto suspendeu o *habeas corpus* em crimes políticos, implantou a censura prévia e cassou direitos políticos e cargos públicos. (BRASIL, 1968a). O Ato Complementar n. 38 (BRASIL, 1968b) completava a ordem ditatorial, decretando o recesso do Congresso Nacional, era a quinta vez que o Congresso era fechado sem previsão de normalização. O AI-5 pegou a população de surpresa, em vigência por 10 anos, acabou com o sonho de revolução de muitos jovens e obrigou outros a entrar para a clandestinidade, lutando como subversivos pelo que acreditavam.

Embora os acontecimentos que marcaram o ano de 1968 tenham criado uma conjuntura que possibilitou o golpe dentro do golpe, é possível que ele fosse instaurado de qualquer maneira. Elio Gaspari (2014), estudioso do regime militar, se debruçou em muitos documentos para escrever sua série de livros sobre o período e afirma que já em julho duas reuniões do Conselho de Segurança Nacional discutiram as possibilidades de fechar ainda mais o governo. Os ministros falavam

---

<sup>22</sup> Frase dita por Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho e Previdência Social, durante a 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional, no dia 13 de dezembro de 1968, reunião na qual o Ato Institucional de n. 5 foi aprovado (VENTURA, 2013).

em uma "contrarrevolução" que visava derrubar o regime e defendiam medidas de exceção, considerando a edição de um novo ato ou o estado de sítio.

Os militares perdiam o controle da situação, além das manifestações estudantis, enfrentavam greves operárias, descontentamentos da classe média, críticas da imprensa, atentados terroristas da esquerda e da extrema-direita. A anarquia não era só externa, dentro dos quartéis e delegacia haviam retornado às torturas, algumas vezes sem ordens de superiores. A ala mais radical armava situações para criar uma atmosfera de tensão visando iniciativas mais duras do presidente. Costa e Silva, por sua vez, governava sob pressão desses generais, os quais haviam garantido sua candidatura (GASPARI, 2014).

O caso que envolveu o deputado Marcio Moreira Alves foi uma última jogada dessas lideranças conservadoras. Em entrevista a Gaspari (2014), Delfim Netto, ministro da Fazenda em 1968, confessa o exagero sobre os acontecimentos com o objetivo de criar uma conjuntura favorável ao AI-5:

Naquela época do AI-5 havia muita tensão, mas no fundo era tudo teatro. Havia passeatas, havia descontentamento militar, mas havia sobretudo teatro. Era um teatro para levar ao Ato. Aquela reunião foi pura encenação. O Costa e Silva de bobo não tinha nada. Ele sabia a posição de Pedro Aleixo e sabia que ela era inócua. Ele era muito esperto. Toda vez que ia fazer uma coisa dura chamava o Pedro Aleixo para se aconselhar e, depois, fazia o que queria. O discurso do Marcito não teve importância nenhuma. O que se preparava era uma ditadura mesmo. Tudo era feito para levar àquilo (NETTO, 1986; 1988 apud GASPARI, 2014, p. 341).

Ainda no dia 13 de dezembro, o ministro da Justiça Gama e Silva, grande articulador do AI-5, leu os seis "considerandos"<sup>23</sup> e 12 artigos para as redes de televisão. O Ato n. 5 extirpava o que restava dos direitos da população, sendo o artigo 10 o que garantiria que a máquina da repressão e da tortura acelerasse nos dez anos seguintes. Dizia ele: "Art. 10 – Fica suspensa a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular" (BRASIL, 1968a).

Ao contrário dos atos anteriores, no entanto, o AI-5 não vinha com vigência de prazo. Era a ditadura sem disfarces. O Congresso é colocado em recesso, assim como seis assembleias legislativas estaduais e dezenas de

---

<sup>23</sup> "Considerando" é a expressão utilizada para apresentar os fundamentos que levaram a edição do ato, por exemplo: "CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la" (BRASIL, 1968a).

câmaras de vereadores em todo o país. Mais de 69 parlamentares são cassados, assim como o ex-governador carioca Carlos Lacerda, que fora um dos três principais articuladores civis do golpe militar, ao lado do ex-governador paulista Adhemar de Barros, já cassado antes, em 1966, e do governador mineiro Magalhães Pinto, que sobreviveu às punições (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 62).

Perrone (1988, p. 142) relembra o momento do pronunciamento do ministro da Justiça: "O Gama e Silva leu o ato institucional, era muito mais bravo do que se esperava. No artigo 1, garantia a Constituição Federal. Nos seguintes, acabava com ela". A partir disso, o não mais deputado, assim como tantos outros, organizou-se para deixar o Brasil. Exilou-se no Chile, também o fez o parlamentar mais odiado pelos militares, Márcio Moreira Alves (PERRONE, 1988; ALVES, 1993). Muitos entraram para a clandestinidade, outros foram para o exílio, mas a maioria acabaria nas delegacias ou porões do DOPS. Com o AI-5, a única forma de resistência ao regime passou a ser a luta armada. Grupos de esquerda como a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), formados por dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), passaram às guerrilhas urbanas e rurais, expatriando bancos e sequestrando pessoas importantes ao governo para trocar suas liberdades pela soltura de presos políticos. Um caso famoso foi o do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, sequestrado em setembro de 1969. O embaixador foi trocado por 15 presos políticos que foram exilados no México, entre eles Luís Travassos, José Dirceu e Vladimir Palmeira, líderes estudantis capturados durante o Congresso da UNE em Ibiúna (GABEIRA, 1996; GASPARI, 2014).

No mesmo dia em que o ato foi anunciado, os principais jornais do país foram apreendidos, e na madrugada do dia 14 de dezembro os censores chegaram às redações. Iniciou-se também um arrastão para prender os principais opositores do regime e qualquer um que oferecesse perigo ou que os policiais não simpatizassem.

Não é possível calcular o número exato de prisões – até porque o AI-5 não gostava de registros e controles desse tipo –, mas se estima que, no período que se seguiu ao 13 de dezembro, algumas centenas de intelectuais, estudantes, artistas, jornalistas tenham sido recolhidos às celas do Dops, da PM e aos vários quartéis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em todo o país (VENTURA, 2013, p. 274).

O AI-5 durou dez anos e 18 dias, tempo suficiente para cassar 321 mandatos e suspender os direitos políticos de todos os senadores e deputados federais por

toda a vigência do ato. Diversos funcionários públicos foram afastados, entre eles ministros do Supremo Tribunal Federal, juizes e professores universitários. Cerca de quinhentos filmes, mais de quatrocentas peças de teatro, duzentos livros e tantos outros veículos de comunicação e obras culturais foram censuradas até 1978 (VENTURA, 2013). A tortura foi institucionalizada, tornando-se instrumento de preservação do regime. O relatório da Anistia Internacional de 1972, usado como fonte pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), apresenta o caráter sistêmico que a tortura teve durante os anos de ditadura militar, com um campo de conhecimento próprio, a presença de médicos e enfermeiros nos centros de violação, a repetição das práticas e a burocratização, envolvendo recursos materiais e pessoais (BRASIL, 2014a).

O livro *Brasil: Nunca Mais* (1985), projeto desenvolvido clandestinamente pela Arquidiocese de São Paulo – representada nas figuras de Dom Paulo Evaristo Arns, e do pastor presbiteriano Jaime Wright – entre os anos 1979 e 1985, por meio de dados levantados dos processos apresentados por vítimas e famílias de vítimas da ditadura militar no Superior Tribunal Militar, constitui-se em um dos principais registros desse período caracterizado pela Doutrina de Segurança Nacional<sup>24</sup>. A obra reúne trechos de depoimentos daqueles que sofreram com a repressão. São relatos brutais da violência do Estado: de uso de presos como cobaias em aulas de torturas para outros militares a torturas físicas e psicológicas em crianças e mulheres grávidas.

[...] o método de tortura foi institucionalizado em nosso País, e, que a prova deste fato não está na aplicação das torturas pura e simplesmente, mas, no fato de se ministrarem aulas a respeito, sendo que, em uma delas o interrogado e alguns companheiros serviram de cobaias, aula esta que [...] foi ministrada para cem militares das Forças Armadas [...] que à concomitância da projeção dos “slides” sobre torturas elas eram demonstradas na prática, nos acusados [...] (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 31).

O volume I do relatório da CNV também aborda as aulas de torturas ministradas de militares para militares, citando também o caso em que dez presos políticos foram torturados diante de uma plateia com cerca de 100 pessoas, em 8 de

---

<sup>24</sup> A ideologia da segurança nacional surgiu durante a Guerra Fria com objetivo de conter o avanço comunista. Os militares deveriam conter os “focos de perturbação” em favor da preservação da nação. “Os princípios dessa doutrina baseavam-se na acepção geopolítica de nação (sendo esta um único elemento, indivisível, que se exprime pelo Estado), na ideia de bipolaridade (o mundo estava dividido entre dois eixos, impondo a adesão dos países a um dos lados) e na concepção de uma guerra total” (BRASIL, 2014a, p. 336).

outubro de 1969, na 1ª Companhia de Polícia do Exército da Vila Militar. O projeto *Brasil: Nunca Mais* conseguiu levantar, a partir de 707 processos políticos completos e outros tantos incompletos, denúncias de torturas de 1.843 pessoas que conseguiram incluir nos processos judiciais as violências sofridas. Acredita-se que o número real de vítimas seja muito maior, uma vez que as fontes para o relatório tramitavam entre os próprios militares e que muitos presos não tinham acesso a meios de denúncia ou tinham medo de fazê-la (ARQUIDIOCESE, 1985; BRASIL, 2014a).

### 3 A IMPRENSA BRASILEIRA COMO NARRADORA DO VIVIDO

*Ivan Rocha Aguiar, presente!*

A imprensa nasce com o capitalismo e desenvolve-se junto a ele, é o que afirma o historiador Nelson Werneck Sodré (2011), um dos principais estudiosos da imprensa brasileira. Apesar dos primeiros veículos de imprensa chegarem ao Brasil no período colonial, sob censura da Coroa portuguesa e da Igreja Católica, foi no processo de independência que a prática se desenvolveu. As condições políticas do momento favoreceram esse desenvolvimento, uma vez que era necessário quebrar o monopólio de informações estabelecido pela monarquia a fim de mobilizar as forças internas. Diferentes propostas para a independência utilizaram os jornais para as suas propagações, mas com a coroação de D. Pedro, as publicações de correntes contrárias passaram a ser perseguidas (SODRÉ, 2011). Notamos que, desde os primórdios do jornalismo brasileiro, o cerceamento da liberdade de expressão está presente; conhecer as raízes de nossa imprensa mostra-se essencial para compreendermos os episódios que marcaram sua trajetória.

O período de Regência, na primeira metade do século XIX, é marcado pelo surgimento dos pasquins, imprensa panfletária que acompanhou a ascensão política dos liberais e a difusão dos jornais pelos centros das províncias em todo o território nacional. Na segunda metade do século XIX, a imprensa manteve-se relacionada aos momentos político, marcado pelos movimentos Republicano e Abolicionista, e econômico, com as grandes fazendas de café. Com a proclamação da República, no fim do século, a imprensa se desenvolveu rapidamente, deixando, aos poucos, o caráter artesanal, e assumindo uma produção industrial. O novo século e suas inovações técnicas (luz elétrica, telefone, máquina de escrever, etc.), transformaram o cenário comunicacional: os jornais tornaram-se grandes empresas. Nesse momento, os jornalistas também se profissionalizaram, organizando-se por meio da criação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 1908. (SODRÉ, 2011).

O advento do rádio, na década de 1920, e a chegada da televisão, em 1950, aprofundaram a relação entre os donos de jornais e o Estado, uma vez que este detinha as concessões. Aos poucos, os conglomerados de mídia surgiram, dominando o setor, enquanto os pequenos veículos fecharam as portas por não conseguirem competir. Entre os anos 1930 e 1940, a concentração da imprensa

acentuava-se, aumentando o poder das principais empresas jornalísticas frente à opinião pública. Enquanto os jornais da fase artesanal conversavam com determinado público que compartilhava de suas posições, a nova imprensa não mais necessitava defender as ideias do leitor, mas se posicionar junto aos anunciantes, fonte da maior parte da receita do jornal (SODRÉ, 2011). Com os principais veículos centralizados nas mãos de poucos, a informação, como bem de consumo, foi monopolizada. "São meios que vendem informação: quem controla a informação, controla o poder" (SODRÉ, 2011, p. 8).

A década de 1960 consolida um processo de transformação da imprensa nacional evoluído nos anos 1950, quando as redações passaram a mudar seus processos em busca da chancela da neutralidade. As modernizações – gráfica, editorial, linguística e empresarial –, que incluíram um novo formato de texto, de caráter noticioso e objetivo, com a introdução do *lead* e do cargo de copidesque, foram importadas dos Estados Unidos e primeiramente adotadas pelo *Diário Carioca*, jornal do Rio de Janeiro. Com a profissionalização, o jornalismo legitimou-se como intérprete dos acontecimentos e da verdade (BARBOSA, 2007).

No resgate da história da imprensa feito pela historiadora Marialva Barbosa (2007), percebe-se que o jornalismo se consolidou como o detentor da verdade entre os anos 1950 e 1960, em um processo que teve início junto com o século XX e se fortaleceu a cada década. O novo modelo foi construído em cima de valores e ideal de profissão, criando uma identidade ao grupo, que assumiu um mesmo discurso: da técnica, necessária para exercer o papel social da atividade jornalística. "[...] nesse sentido, os anos 1950 são marcos no seu próprio discurso de um momento singular, onde começa, de fato, o verdadeiro jornalismo, já que resultado da ação também de verdadeiros jornalistas." (BARBOSA, 2007, p. 159).

Barbosa (2007) destaca que o discurso em torno da profissionalização da imprensa centralizou-se na atuação de grandes jornalistas, que, com perfil empreendedor e talento para a profissão, inovaram e firmaram o valor social da atividade. Criou-se uma aura em torno do ofício, que foi reforçada no discurso dos próprios agentes. O jornalismo, que passou a ser indispensável para traduzir os acontecimentos ao grande público, só poderia ser praticado por profissionais com saber para tal. Com isso, surgiu a necessidade de relacioná-lo a um conhecimento acadêmico, não apenas prático.



Segundo Barbosa (2007), esse novo formato de jornalismo representou uma estratégia de poder, na qual os próprios jornalistas se auto intitulavam o espelho da realidade, idealizando seu papel social. A "mítica da objetividade" sedimentava o grupo como o único capaz de compreender e transmitir os acontecimentos sociais, pois é composto por agentes neutros e legitimados para tal. Esse imaginário da profissão por muito tempo foi inquestionável, sendo acreditado pela sociedade e principalmente pelos profissionais que alimentavam esse discurso, para Silva (2017, p. 34), hoje essa visão é "indefensável".

Organizamos nossas vidas por meio das narrativas (MOTTA, 2013) – aprofundaremos essa afirmativa no próximo capítulo – assim, podemos pensar que a narrativa jornalística organiza nossa compreensão social. Nessa dimensão, o sujeito narrador tem grande importância no processo, pois é ele que nos traduz os acontecimentos do mundo, selecionando o que é importante ou não para sabermos e quais detalhes são relevantes. Barbosa (2007) decodifica as palavras *autor* e *publicação* para pensar o papel autoproclamado dos jornalistas. Autor seria o responsável por tornar público o que está implícito, que não é claro para os demais indivíduos. Já a publicação é tornar algo oficial, já que pressupõe publicitar, tornar público, sendo validado pelo entendimento do público.

Segundo a historiadora, os profissionais do jornalismo tornam-se autores na medida em que fazem dos acontecimentos "públicos e revelados" (BARBOSA, 2007, p. 153). Eles detêm o poder da palavra, formalizando um sistema de codificação que se torna próprio da categoria. Nos relatos de profissionais da imprensa para o livro de Barbosa (2007), percebe-se que eles exaltam seu papel na criação de novas linguagens para acompanhar as novas tecnologias, função que não poderia ser assumida por quem não detivesse capital (BOURDIEU, 2008) para tal. "A capacidade de tornar explícito, público, visível e oficial aquilo que poderia permanecer como experiência individual, representa considerável poder, constituindo dessa forma o senso comum, o consenso explícito do próprio grupo" (BARBOSA, 2007, p. 152-153).

A imprensa toma para si o papel de mediadora entre o poder público, os agentes políticos e o público. Nos anos 1950 e 1960, com a chancela da objetividade e da neutralidade, assume-se como lugar de tomada de posição, mas de diferente perfil do que era até então. O jornalismo panfletário, feito por indivíduos ligados assumidamente a partidos e grupos políticos, agora dá lugar a uma profissão

que se diz isenta, e que apenas retrata a realidade. Nesse cenário, Barbosa (2007) afirma que o jornalismo está mais para um poder instituído do que para uma ferramenta de contrapoder. Se a modernização foi herdada dos estadunidenses, o papel de *whatchdogs* não foi, pois, no Brasil, imprensa e políticos mantiveram-se sempre muito próximos, mesmo após o ideal da neutralidade.

Em nosso país, diferente dos Estados Unidos, o jornalismo não se profissionaliza sob o princípio da liberdade de imprensa (BARBOSA, 2007), ao contrário, diferentes formas de governo censuraram nossos profissionais ao longo de nossa história. A modernização da qual falamos, solidificou-se sob um regime ditatorial, com os militares no poder e a censura presente. Aqui, a imprensa sempre esteve perto da política, muitas vezes assumindo lugares decisivos nos eventos, como foi no golpe de 1964. Apesar de buscar a objetividade, a opinião do jornalista e/ou da empresa jornalística não foi excluída por completo da narrativa, ao contrário, foi revestida com ares de neutralidade e verdade absoluta. Barbosa (2007) cita a campanha da imprensa que precedeu o suicídio de Getúlio Vargas, como exemplo da força que o jornalismo atinge, colocando-se acima de partidos e grupos políticos. Outro exemplo, que incluímos por relacionar-se à nossa temática, é a posição assumida pela maioria dos jornais durante o governo de João Goulart, pedindo a renúncia do presidente ou a intervenção dos militares.

A profissionalização do jornalismo por meio da técnica não garante a neutralidade de que supunham os agentes envolvidos no processo de modernização. Heidegger (2007) derruba argumentativamente o tecnocentrismo ao afirmar que a técnica não é neutra. Segundo o filósofo alemão, a técnica é compreendida como 1) um meio para fins e 2) um fazer do homem. "As duas determinações da técnica estão correlacionadas. Pois estabelecer fins e para isso arranjar e empregar os meios constitui um fazer humano" (HEIDEGGER, 2007, p. 376); entretanto, em sua essência, independente do uso dado pelo homem à técnica, ela altera o meio, ou em uma perspectiva social, transforma a sociedade. Por mais que o jornalismo, como técnica, alcance o correto, o exato, assim como nas concepções, ambas corretas e exatas, não se chega à verdade.

Silva (2010) apresenta bons exemplos sobre a diferença entre exato e verdadeiro em seu livro *O que pesquisar quer dizer?*, diz ele: "Tomemos o exemplo futebolístico. Um time perde por 16 a 0. Um jornal simpático ao derrotado dá como manchete: 'Time perde por 16 a 0'. É correto. Mas não é (toda) a verdade. Houve um

massacre. Na 'neutralidade' pode haver preferência" (SILVA, 2010, p. 18). O autor afirma que, assim como em outras profissões, os jornalistas utilizam as "lentes" de sua cultura partilhada, de sua mitologia profissional, a qual é forjada em uma história que acrescenta sentido e singularidade ao ofício.

Nos anos 1960, a imprensa, como adiantado, estampa em suas páginas, tanto em editoriais quanto em notícias, o vínculo com a política, o qual também abordamos acima. Ainda nessa década, como consequência, sofreu com a censura política. Aprofundamos na próxima seção a relação entre os impressos e o regime militar mantido por 21 anos, a partir do golpe de 1964.

### 3.1 IMPRENSA BRASILEIRA E REGIME MILITAR

Após a renúncia de Jânio Quadros, a maioria dos jornais brasileiros apoiou a posse do vice-presidente para manutenção dos preceitos constitucionais. Algumas exceções posicionaram-se abertamente contra Jango, entre elas o jornal *O Globo*, objeto de estudo desta pesquisa (SILVA, 2014). Também grande parte da imprensa aprovou a solução do regime parlamentarista que acompanhou a posse de Goulart. (ABREU, 2004). Naquela época de polarização, os veículos de comunicação disseminavam o medo do comunismo e atacavam as reformas de base do presidente progressista.

Apesar do discurso da objetividade e da neutralidade, os jornais declaravam firmemente sua oposição ao presidente eleito e pediam apoio às Forças Armadas. Dois editoriais do *Correio da Manhã*, diário de grande peso político no Rio de Janeiro (BARBOSA, 2007), que antecederam o golpe, sintetizam as opiniões publicadas direta ou indiretamente pela maioria das empresas de comunicação. O texto intitulado "Basta!", de 31 de março de 1964, diz: "Os Poderes Legislativo e Judiciário, as classes armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentem contra o regime. O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual, agora basta!" (*CORREIO DA MANHÃ*, 31 mar. 1964). O outro de título "Fora!", de 1º de abril, afirma: "O Sr. João Goulart deve entregar o governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país; a Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las" (*CORREIO DA MANHÃ*, 1 abr. 1964).

A tomada de posição da imprensa sob a máscara da neutralidade se mostra ainda mais prejudicial ao tomarmos conhecimento de que os argumentos utilizados se baseavam em inverdades. Nas semanas que antecederam ao golpe, os veículos publicavam que o povo brasileiro não aprovava o governo de Jango e pedia sua renúncia, entretanto uma pesquisa do IBOPE na cidade de São Paulo, entre 20 e 30 de março de 1964, véspera do golpe, aponta que 36% aprovavam o presidente, enquanto outros 30% consideravam o governo federal regular, apenas 19% do total achavam ruim ou péssimo o mandato vigente. Ainda, 64% eram a favor das medidas assinadas em prol dos avanços das reformas de base, contra 20% que eram contra. Outro dado revelador é o resultado de outra pesquisa do IBOPE, no mesmo período, sondando as eleições de 1965, a maioria dos entrevistados de cinco entre oito capitais (Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador) afirmaram que votariam em Goulart, caso ele pudesse concorrer (LARANGEIRA, 2014).

Em todo o período do regime militar, sempre houve veículos de comunicação que apoiaram e até cooperaram com o regime militar. Por meio de análise de manchetes e editoriais reunidos no blog BRHistória, da jornalista Cristiane Costa, Silva (2014) resgata a continuidade da corroboração de parte da imprensa ao golpe durante os anos de ditadura, inclusive após o AI-5. O livro de Beatriz Kushnir, *Cães de Guarda – Jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988* (2004), é outra obra que aponta o colaboracionismo de jornalistas e empresas de jornalismo nos anos de chumbo. Analisando o caso da *Folha da Tarde*, do Grupo Folha da Manhã, a historiadora detalha a cumplicidade entre parte dos veículos de comunicação e os censores militares, destacando que muitos deles assumiram o papel de jornalistas e editores nas redações. Um trecho escrito pelo jornalista Cláudio Abramo, que dirigiu a *Folha de S. Paulo*, jornal também pertencente ao Grupo Folha da Manhã, entre as décadas de 1960 e 1970, replicado no livro de Kushnir (2004), destaca:

[...] a liberdade de imprensa só é usada pelos donos das empresas. [...] A grande imprensa, como está definida pelo nome, é ligada aos interesses daquela classe que pode manter a grande imprensa. [...] Ela tem interesses peculiares, pertence a pessoas cujos interesses estão ligados a um complexo econômico, político e institucional. [...] O Estado não é capaz de exercer o controle, e sim a classe dominante, os donos. O Estado influi pouco, porque é fraco. Até no caso da censura, ela é dos donos não do Estado. Não é o governo que manda censurar um artigo, e sim o próprio dono do jornal. Como havia censura prévia durante o regime militar, para muitos jornalistas ingênuos ficou a impressão de que eles e o patrão tinham o mesmo interesse em combater a censura (ABRAMO, 1988, p. 116-118, apud KUSHNIR, 2004, p. 213-214).

Da mesma maneira que muitos veículos apoiaram o regime durante toda a sua duração, houve censura por parte do governo desde a tomada de poder pelos militares. Kushnir (2004) destaca que, diferente do que algumas fontes afirmam, não foi o AI-5 que instituiu a censura, ela já era praticada pelos agentes políticos nos primeiros anos da ditadura. Os principais veículos buscaram alternativas para se adaptar à censura, os veículos do Grupo Folha da Manhã, por exemplo, mudaram sua posição editorial, transformando-se em porta-voz do governo e, até mesmo, cúmplices de algumas ações, como denunciam Freire, Almada e Ponce (1997 apud KUSHNIR, 2004). O jornal *Folha da Tarde* passou a ser conhecido como “de maior tiragem” e “delegacia”, pelo grande número de policiais que faziam parte da redação do veículo após o AI-5. Kushnir (2004) menciona Antônio Aggio, policial que dirigia desde 1967 outro jornal do Grupo, o *Cidade de Santos*, e assumiu a *Folha da Tarde* em junho de 1969. Junto a ele, Holey Antônio Destro e José Alberto Moraes Alves, também jornalistas policiais saídos de Santos, passaram a integrar a redação, que ainda contava com o investigador da polícia Carlos Dias Torres como chefe de reportagem, o coronel da Polícia Militar Edson Corrêa como repórter da editoria Geral, o delegado Antônio Bim que trabalhou por curto período no time do jornal, além de Carlos Antônio Guimarães Sequeira, chefe da editoria Internacional, que se tornou delegado em 1972.

“Por uma questão de sobrevivência, o Grupo Folha não tinha censor. Tinha decidido não enfrentar o regime. Fez autocensura”, afirma o jornalista Boris Casoy, editor-chefe da *Folha de S. Paulo* no período pós AI-5, em entrevista a Kushnir (2004, p. 322). Com a finalidade de aumentar as vendas e combater os mesmos “inimigos do governo” (p. 325), a *Folha da Tarde* passou a divulgar notas oficiais e informações do Estado, mesmo como manchetes, na capa do veículo. O pesquisador Álvaro Lorangeira (2014) chama esse tipo de cobertura, pautada por boletins de ocorrência, informes do DOPS, relatórios do Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>25</sup>, entre outros comunicados oficiais, de *jornalismo do mato*. A nomeação recorda a função de capitão do mato, que no período escravista era responsável pela captura e devolução de escravos fugitivos. Esses profissionais não passavam confiança nem aos senhores e nem ao Estado, muito menos aos

---

<sup>25</sup> O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi um órgão de informações criado pela ditadura militar brasileira como aparato repressivo, foi instuído por meio da lei n. 4.341 em 13 de junho de 1964 (BRASIL, 1964b).

escravos. Como recorda Larangeira (2014), usando o pouco de poder que tinham, eles buscavam tirar vantagens de ambos os lados.

O livro de Larangeira, *A mídia e o regime militar* (2014), é outra das obras essenciais para o entendimento da relação entre a imprensa e a ditadura militar. Teórico da Comunicação, Larangeira recupera o posicionamento das empresas jornalísticas desde os acontecimentos que antecederam o golpe até os anos de chumbo. No estudo são resgatados o apoio dos Estados Unidos e as atuações do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) na criação da conjuntura que possibilitou a deposição de Jango (ver próxima seção), além de um levantamento dos veículos que apoiaram e dos poucos que foram contrários à tomada de poder. Assim como Kushnir (2004), Larangeira (2014) destaca que os veículos se moldaram à censura, demitindo os jornalistas mais combativos, dentre outras ações. Como exemplos, ele cita o afastamento de Mino Carta da *Veja*, já em 1976, em troca do fim da censura prévia e a facilitação de um empréstimo com a Caixa Econômica Federal, e a *Folha de S. Paulo* que, sob a ameaça de suspensão, desligou o chefe de redação Cláudio Abramo, também nos anos 1970.

Ainda antes do anúncio do AI-5, iniciou a perseguição aos jornalistas contrários ao regime, com prisões de repórteres, colunistas e diretores de jornais como *Correio da Manhã*, *Tribuna de Imprensa* e *Jornal do Brasil*. Segundo Larangeira (2014), a resposta dos donos de jornais foi amena, com exceção do *Correio da Manhã*, do *Jornal do Brasil* e dos novos opositores *Tribuna de Imprensa* e *Estado de S. Paulo*, que haviam apoiado o golpe, a grande imprensa não se manifestou contra o quinto Ato, ao contrário, muitos demonstraram compreensão. O pesquisador lembra que o governo detinha poder sobre grande fatia da publicidade comprada dos veículos, direta ou indiretamente, ou seja, por meio de anúncios institucionais, mas também das propagandas de empresas que eram beneficiadas pelas políticas econômicas vigentes. Além disso, as concessões de rádio e de televisão, que cresciam a cada dia, dependiam do Estado. (LARANGEIRA, 2014).

A modernização do jornalismo, na segunda metade do século XX, contribuiu para a evolução da maneira como se percebiam os meios de comunicação, os quais passaram a ser pensados pela lógica de consumo. O novo produto das empresas comunicacionais contava com planejamento editorial, uma estética mais comercial e

a escolha de temas orientada pelo mercado. Posto isso, Larangeira (2014) questiona por que esses empresários, que detinham poder econômico e capital social, se veicularam a um governo autoritário, respondendo em seguida que a única opção possível era a afinidade ideológica entre ambos. Ao falar da ideologia, o autor refere-se principalmente à ideologia econômica, voltada ao capital, executada pelo governo e que beneficiava o grande empresariado, mas também política, pois ao apoiar o regime, as lideranças financeiras compactuavam com a repressão, a perseguição, as prisões e as torturas efetuadas pelos militares.

Os censores executavam as demandas do Estado e assumiam um papel apoiado por parte da sociedade. Diferentemente do imaginário difundido contemporaneamente, que versa sobre a resistência de jornalistas e veículos, que em atos, pequenos ou grandes, mas sem dúvida heroicos, lutaram contra o sistema, percebe-se que houve colaboracionismo da imprensa frente ao governo autoritário. (KUSHNIR, 2004). Houve, sim, opositores, profissionais que foram perseguidos, presos, torturados e mortos. Houve também quem mudasse de lado com o AI-5, as receitas de bolo e os versos de *Camões no Estado de S. Paulo*, não retiram o apoio do jornal ao golpe. Mas grande parte também colaborou ao aceitar a censura e, mais do que isso, optar por se autocensurar.

Escrevendo nos jornais ou riscando o que não poderia ser dito ou impresso, colaboraram com o sistema autoritário e implementado naquele período. Assim como nem todas as redações eram de esquerda, nem todos jornalistas fizeram do ofício um ato de resistência ao arbítrio (KUSHNIR, 2004, p. 26).

Autocensura diferencia-se de censura desde sua base, pois não é imposta por um terceiro, mas sim uma decisão proposital. "Autocensura é a supressão intencional da informação ou de parte dela pelo jornalista ou pela empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes", afirma o jornalista e cientista político Bernardo Kucinski (1998, p. 51-52), ao acrescentar que a mídia assumiu função de aparelho ideológico do Estado durante a ditadura, sendo parte dos aparatos de repressão dos militares. De nossa parte, acreditamos que tanto a censura quanto a autocensura são sempre atos políticos. A partir delas, difundem-se realidades inverídicas, seja ao noticiar uma só visão sobre determinado evento, ao omitir informações ou, ainda, ao optar pelo silêncio.

Kucinski (1998) considera a autocensura presente nos veículos desde antes do golpe de 1964, pois ao conspirarem em segredo contra o governo de Jango, os empresários não denunciavam a conspiração, omitindo a verdade dos leitores. Para o autor, até a promulgação do AI-5, a autocensura não era generalizada e haviam poucos casos de censura prévia, o que propiciou um momento de grande autonomia dos jornalistas. Os acontecimentos que efervesciam no mundo todo, e que chegaram à ebulição em 1968, estimulavam os intelectuais brasileiros a serem críticos e criativos em seus textos. No Rio de Janeiro, local de atividade central para esta pesquisa, os profissionais da imprensa viveram um período marcante, com eventos que impossibilitavam a indiferença. Kucinski (1998) explica que até meados dos anos 1990 a maioria dos jornalistas era de esquerda, enquanto até hoje os donos dos veículos são conservadores, configurando um dos principais paradoxos da imprensa.

Outra realidade nas redações nos anos que seguiram ao golpe civil-militar era a censura prévia, bilhetinhos e telefonemas que avisavam as redações o que não podia ser publicado. Em entrevista a um artigo do livro *1968, de maio a dezembro: jornalismo, imaginário e memória* (LARANGEIRA; MUSSE; SILVA, 2018), a jornalista Núbia Silveira, repórter do impresso gaúcho *Diário de Notícias* no período, narra que essa prática acabava, muitas vezes, sendo fonte de informação dos jornalistas.

A gente ficava sabendo de coisas por meio da censura, chegava alguém e perguntava 'você está sabendo do surto de meningite? É que o censor ligou dizendo para não dar nada do surto de meningite'. Eles acabavam pautando a gente, mesmo que a gente não pudesse publicar (NÚBIA, 2018 apud MÜLLER; PETRIK; SANTOS, 2018, p. 278).

Diferentes profissionais relatam situações semelhantes para o livro citado, como Rogério Mendelski, que atuava na sucursal do *Correio da Manhã* em Porto Alegre em 1968, "O censor vinha com uma listinha. Não pode dar isso, isso e isso. Às vezes a gente não sabia e eles traziam a notícia para nós" (apud MÜLLER; PETRIK; SANTOS, 2018, p. 278).

Kushnir (2004) aprofunda o estudo sobre a legalidade da censura, questionando-a ao buscar os decretos que sustentaram os pareceres de censores entre as décadas de 1960 e 1980. Segundo a historiadora, o Decreto n. 20.493, de 1946, foi utilizado para autorizar muitos dos atos de censura na ditadura militar, e junto com dois outros decretos do período compôs a base jurídica da prática. O



segundo vértice do triângulo é a Lei 5.536, de 1968, que abordava as obras de teatro e cinema e criou o Conselho Superior de Censura, dispositivo que não chegou a funcionar na prática. O terceiro eixo foi o Decreto-lei n. 1.077, de 1970, que só então instituía a censura prévia, atividade existente desde o golpe em 1964, e intensificada após o AI-5.

Chamamos de *terrorismo cultural* o cerceamento da liberdade de comunicação por motivos políticos e econômicos. A denominação foi criada por Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima (GASPARI, 2014). Durante o regime militar, jornais e gráficas foram invadidos e depredados, houve explosões de bombas em redações, violência bruta foi empregada contra jornalistas, atores, diretores e músicos. Ventura (2013, p. 269) contabiliza que, entre a promulgação e o término do AI-5, período de 10 anos, "cerca de quinhentos filmes, 450 peças de teatro, duzentos livros, dezenas de programas de rádio, cem revistas, mais de 200 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses telenovela foram censurados".

Assim como a *Folha da Tarde*, objeto de estudo de Kushnir (2004), que manteve a postura de porta-voz do governo até meados dos anos 1980, quando as vendas começaram a cair e tiveram que se reinventar, tantos outros veículos mudaram suas posições quando a abertura política se tornou eminente. Esses veículos escreveram uma nova história, atualizando a memória sobre o período ou submetendo-o ao esquecimento, mas compondo um imaginário que evoca as práticas de resistência e esconde as colaborações. Aos poucos, a Caixa de Pandora, que guarda os segredos de uma das fases mais sombrias de nosso passado, vem sendo aberta e o papel de cada setor social na engrenagem do sistema é desvelado. Este trabalho não busca demonstrar a cooperação do jornal *O Globo*, nosso objeto de pesquisa, pois como veremos mais à frente, essa é uma verdade já conhecida. Buscamos contribuir para o entendimento do período de terror mais recente em nossa história por meio do imaginário político da conjuntura que possibilitou o golpe dentro do golpe des(en)coberto a partir da narrativa de um dos jornais de maior tiragem ontem e hoje.

### **3.1.2 Golpe midiático-civil-militar: IPES e IBAD**

O golpe de 1964 não foi apenas militar, mas também civil e midiático. As três esferas uniram-se com o objetivo de derrubar João Goulart e impedir as reformas de

base, contribuindo na preparação da conjuntura política que possibilitou a tomada de poder pelos militares. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criados e financiados por donos de empresas multinacionais e associadas, foram os principais aparelhos ideológicos utilizados na disseminação do pensamento conservador e reacionário da elite (DREIFUSS, 1981).

Sob a fachada de órgão de pesquisa e debate políticos e sociais, o IPES foi saudado com entusiasmo por diversos veículos, como *O Globo*, nosso objeto de estudo. Dreifuss (1981) explica que o IPES desenvolvia dois papéis: um público – que visava analisar as reformas propostas pelo governo de Jango – e um privado – que coordenava a "campanha política, ideológica e militar" do projeto. Na direção do IPES, assim como na do IBAD, estavam representantes das principais empresas de comunicação. O IBAD fazia a propaganda ideológica na mídia, por meio de programas de rádio e televisão, jornais impressos, panfletos e filmes. O uso dos veículos de comunicação foi intenso e um dos principais braços para a propagação dos ideais reacionários. Nasceu um poderoso grupo comunicacional, formado da união das principais agências de publicidade com as empresas donas dos principais jornais e revistas impressas, emissoras de rádio e televisão, com o objetivo de criticar o mandato de Goulart e disseminar o medo do comunismo (DREIFUSS, 1981).

Da união entre o *Jornal do Brasil*, os *Diários Associados* e *O Globo*, surgiu, no Rio de Janeiro, a Rede da Democracia, com o objetivo de difundir os conteúdos produzidos pelo IPES, além de dar voz aos parlamentares reacionários da Ação Democrática Popular (ADEP), sigla braço do IBAD, que não considerava filiações partidárias, e sim a ideologia conservadora dos participantes e que propunha barrar o avanço comunista no Legislativo. A Rede da Democracia foi um programa de rádio transmitido diariamente por *Tupí*, *Tamoio*, *Jornal do Brasil* e *Globo*, e repercutido pelos impressos *O Globo* e *Jornal do Brasil*, além de dezenas de outros jornais e demais veículos de comunicação agendados por eles ou que compartilhavam dos mesmos princípios (LARANJEIRA, 2014).

### 3.2 JORNAL O GLOBO

O jornal impresso *O Globo* foi lançado em 29 de julho de 1925 como um jornal diário vespertino no Rio de Janeiro. O fundador, Irineu Marinho, faleceu 21 dias após o lançamento, deixando a empresa jornalística como herança ao filho mais velho, Roberto Marinho. Este começou como secretário, com o jornalista Eurycles de Mattos na posição de diretor-redator-chefe, e seis anos depois, em 1931, tornou-se presidente. O jornal foi o primeiro produto jornalístico das Organizações Globo, permanecendo como o principal produto do Grupo até a década de 1970, quando a TV Globo tomou seu lugar. (MATTOS, 2005; LINHA DO TEMPO, 2013). Nos últimos anos, o jornal variou entre as três primeiras posições no *ranking* de maiores jornais do Brasil de circulação paga, ficando, em 2017, em segundo lugar, atrás do *Super Notícia* de Minas Gerais, segundo dados do Instituto de Verificação de Circulação (IVC)<sup>26</sup>.

Irineu Marinho marcou o jornalismo das primeiras décadas do século XX. Em 1911, participou da fundação do jornal *A Noite*, o primeiro vespertino do Rio de Janeiro, que alcançou uma grande popularidade. O sucesso do periódico é frequentemente atribuído ao comando de Marinho, que deixou a *Gazeta de Notícias*, onde era secretário-geral, por desentendimentos com a direção, para criar um novo veículo abertamente opositor aos governos oligárquicos. No final dos anos 1920, a tiragem d'*A Noite* passava de 50 mil exemplares, um número muito alto para o período. Irineu permaneceu no vespertino até 1925, quando teve que viajar para a Europa por motivos de saúde, caucionando suas ações ao sócio Geraldo Rocha. No retorno, não conseguiu reaver sua parte, uma nova diretoria havia sido escolhida e amplas mudanças empreendidas, inclusive de orientações políticas. Decidiu, então, fundar um novo periódico, que chamou de *O Globo* (BARBOSA, 2007).

Essa mítica da reconstrução, a partir de uma perda, aliada ao fato de ter seu fundador morrido exatos 21 dias depois do aparecimento do novo periódico, vai construindo na memória do grupo, uma identidade particular para o jornal, que passa a ser identificado como uma espécie de lugar indestrutível (BARBOSA, 2007, p. 95).

---

<sup>26</sup> Informação disponível nos sites Coletiva.net e Poder 360 e no portal da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) (MAIORES... [2019?]; CIRCULAÇÃO, 2018; TIRAGEM, 2018).

Na década de 1920, mais de 800 periódicos foram lançados só no Rio de Janeiro, dos quais apenas uma dezena permaneceu funcionando ao fim da década. O *Globo* foi um deles. A partir da apresentação feita pelo próprio veículo em 31 de julho de 1925 e da narrativa levantada por Barbosa (2007), podemos interpretar que o jornal fundado nos anos 1920, tinha características consolidadas na imprensa dos 1950: moderno, noticioso, objetivo. As opiniões eram deixadas em segundo plano em prol da informação. O objetivo da publicação era noticiar, enquanto os comentários, que compunham grande parte dos outros jornais, deveriam ficar reunidos em uma única seção chamada *Ecos*. Entretanto, Barbosa (2007, p. 97) alerta que, na prática, tal intenção não se evidencia: "As narrativas procuram, a rigor, construir a imagem do jornal a partir de elementos importantes para o jornalismo do futuro e não do passado [...]".

A primeira edição do periódico foi publicada com 12 páginas em uma tiragem de pouco mais de 30 mil exemplares. O jornal continha, desde seu lançamento, temas diversificados, com colunas fixas – destinadas a acontecimentos sociais, ao universo feminino e a críticas de teatro –, que dividiam espaço com as mais variadas notícias. Buscava um público heterogêneo, mas que compusesse uma massa uniforme, e apostava na retórica da independência e imparcialidade para isso. O sucesso só viria alguns decênios mais tarde, pois ao fim dos anos 1920, a tiragem não ultrapassava a inicial (MATTOS, 2005; BARBOSA, 2007).

O *Globo* começou a se popularizar na década de 1950, quando passou a competir, no Rio de Janeiro, com *A Notícia*, fundado em 1894, entre os vespertinos com maior circulação, superando o periódico em 1954, com 110 mil exemplares. Além disso, se destacava pela influência política, que *A Notícia* não tinha. Ao considerarmos os matutinos, também liderava em volume: ficando próximo de *O Dia*, publicação de maior difusão dentre as desse turno. O objeto de nosso estudo chega à década de 1960 com tiragem de 218 mil exemplares. Nesse período, *O Globo* começa a antecipar seu fechamento e, conseqüentemente, o horário de circulação, transformando-se em matutino em 1962, uma tendência adotada pela maioria dos vespertinos cariocas (RIBEIRO, 2000; MATTOS, 2005; BARBOSA, 2007).

Ainda antes de alcançar os jornais de maior difusão, a empresa Globo, já comandada por Roberto Marinho, começou a desenhar o império que viria a ser as Organizações Globo. O grupo multimídia nasceu nos anos 1940, com a instalação da Rádio Globo do Rio de Janeiro, sendo solidificado com a concessão de televisão

(TV) que permitiu a fundação de um canal de TV também na capital fluminense, em 1957. Outorgada por Juscelino Kubitschek, a licença aguardava aprovação desde 1953, quando foi negada por Getúlio Vargas. Em 1965, a TV Globo iniciou uma nova fase para o Grupo. Esse movimento feito por Marinho, como por outros grandes empresários da comunicação, marcou a imprensa nacional, concentrando a informação na mão de poucos. Muitos jornais desapareceram, outros foram comprados pelas grandes companhias e, desde então, poucos novos periódicos sem ligação às corporações que dominam o mercado foram lançados, menos ainda permaneceram ativos (BIAL, 2004; MATTOS, 2005; BARBOSA, 2007; SODRÉ, 2011).

A TV Globo foi essencial para a construção do império em que o Grupo se transformou, enquanto o período de ditadura militar foi decisivo para a TV Globo, como relata uma matéria sobre Marinho publicada na *Folha de S. Paulo*:

Sob o regime militar Marinho deu um salto decisivo na expansão de seus negócios ao inaugurar em abril de 1965, a TV Globo do Rio. Seu jornal estava entre os mais vendidos na cidade e a rádio era líder de audiência. A TV Globo se firmou rapidamente por três razões: um acordo financeiro e operacional com o grupo norte-americano Time-Life, a colaboração com o regime militar e o declínio das TVs Tupi e Excelsior (ROBERTO MARINHO..., 2003, on-line).

Na próxima seção, aprofundaremos os dois primeiros motivos citados pela *Folha*, que se relacionam ao período de ditadura militar e a 1968, ano que interessa a esta pesquisa. Visamos resgatar a relação do jornal *O Globo* com o regime autoritário, para isso perpassamos, inevitavelmente, por questões que envolvem as Organizações Globo como empresa comunicacional.

### **3.2.1 O Globo e a ditadura militar**

Em 1º de setembro de 2013, *O Globo* publicou na edição impressa o texto “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”, no qual afirmava:

O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma (APOIO EDITORIAL..., 2013b, p. 15).

Por meio do editorial polêmico, chegava ao grande público uma verdade nada secreta, que relacionava o jornal *O Globo* e as Organizações Globo ao regime militar brasileiro. Para muitos, o artigo de *mea culpa* do veículo era no máximo uma "meia culpa", pois não lembrava os benefícios e as vantagens que o grupo teve ao apoiar o governo autoritário. Também, como ressalta Silva (2014), o Grupo carregou a declaração de atenuantes, lembrando que outros veículos e parte da população também apoiou o golpe.

Assim como outras empresas de comunicação, *O Globo* apoiou o golpe midiático-civil-militar desde muito antes de 1964, ao participar da Rede da Democracia, trabalhando junto ao IPES e ao IBAD, como detalhado anteriormente. Na semana do golpe, suas páginas expressavam o extremismo reacionário e pediam a saída de Goulart. "Reage o congresso à comunização do Brasil" e "A influência comunista no Brasil preocupa o Washington" eram dois dos títulos que compunham a edição do dia 31 de março, véspera da chegada de Mourão em Guanabara, ao lado do editorial "A nação unida às forças armadas" (*O GLOBO*, 1964 apud LARANGEIRA, 2014, p. 135). Nos dias seguintes, ainda comemorava: "Descomunização total do Brasil" (em 4 de abril); "Os chefes militares apresentam um ato institucional para que o país possa ser descomunizado" (em 7 de abril); "Ato institucional garante armas para a democracia" (em 10 de abril); e "A Revolução legitima o poder pela força e o apoio do povo" (em 11 de abril) (*O GLOBO*, 1964 apud LARANGEIRA, 2014, p. 192-193).

Com tiragem acima de 280 mil exemplares, entre as maiores do Brasil, *O Globo* tinha grande influência em 1964. A rádio Globo também tinha apelo: era a quarta mais ouvida na cidade. Como podemos notar, a principal preocupação brandida pelo jornal era o perigo comunista, por isso comemorava no dia 2 de abril: "Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos" (*O GLOBO*, 1964 apud SILVA, 2014, p. 133).

Ao fim da ditadura, anos antes do "Erramos" de 2013, em editorial de balanço de 20 anos do regime militar assinado por Roberto Marinho, em 7 de outubro de 1984, o jornal afirmava: "Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pelas radicalizações ideológicas, greves, desordem social e corrupção generalizada" (*O GLOBO*, 1984 apud SILVA, 2014, p. 39). Mesmo após todos os horrores, que àquela

altura já eram conhecidos, o golpe ainda era chamado de revolução pelo maior empresário da comunicação na América Latina. Precisamos olhar de onde fala quem fala e, nesse caso, Roberto Marinho fala na posição de quem se beneficiou muito nos 21 anos de ditadura de segurança nacional. Como mencionado anteriormente, o relacionamento com os militares, bem como a associação com o grupo estadunidense Time-Life, legalizada por um presidente militar, foram os principais responsáveis pela rápida ascensão da TV Globo, crescimento que fez da Organização o que ela é hoje.

O primeiro acordo entre a TV Globo Ltda e a Time-Life, de Nova Iorque, denominado Contrato Principal, foi assinado em 24 de julho de 1962. Este previa a participação acionária da empresa estadunidense na TV Globo e garantia-lhe 30% do capital. O negócio violava o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117 de 1962) e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto 52.795 de 1963), que versavam, respectivamente, sobre a proibição de propriedade ou sociedade de estrangeiro em concessões nacionais e de convênio, acordo ou ajuste com empresas e pessoas, relacionados à utilização das frequências, sem autorização do Conselho Nacional de Telecomunicações. Em outro contrato, da mesma data, com a mesma empresa sob razão social diferente, a Globo incluía a companhia estrangeira na administração da TV Globo, recebendo mais 3% da receita bruta do canal, a partir de um acordo de Assistência Técnica (HERZ, 2009).

A partir de 1964, o negócio entre as organizações começou a ser denunciado, gerando grande polêmica e obrigando o Legislativo a instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a investigação, em 23 de outubro de 1965. O relatório da CPI responsabilizando a Globo foi aprovado por unanimidade pelos deputados federais em agosto de 1966, e o recurso do grupo foi indeferido em fevereiro de 1967. A essa altura, mais de US\$ 6 milhões já haviam sido investidos pelo grupo midiático estadunidense no brasileiro. Apesar disso, das inconsistências no depoimento de Roberto Marinho e das provas e circunstâncias que pesavam contra a empresa, a TV Globo recebeu um novo parecer, desta vez favorável, em outubro do mesmo ano. A legalização veio pelas mãos do presidente Costa e Silva um ano mais tarde, em setembro de 1968, próximo ao AI-5, com a validação do contrato entre os grupos de Marinho e dos estrangeiros (HERZ, 2009; SILVA, 2014; LARANGEIRA, 2014).

Em 13 de dezembro de 1968, quando os militares resolveram rasgar a Constituição Nacional criada por eles mesmos um ano antes, o Grupo Globo, diferente de outras empresas que finalmente mudaram de lado, permaneceu firme, veiculando apenas informações e falas oficiais. No título “Presidente: sempre que necessário serão feitas revoluções na revolução”, publicado no dia 18 de dezembro, cinco dias após o anúncio do ato, e resgatado por Larangeira (2014, p. 160), fica claro o posicionamento do jornal.



#### 4 NARRATIVAS DO VIVIDO E DO IMAGINÁRIO NA IMPRENSA

*Catarina Helena Abi Eçab, presente!*

Nesta pesquisa, partimos da proposta de Juremir Machado da Silva (2010) de pensar as *narrativas do vivido* como metodologia para descrever a atuação das tecnologias na produção de imaginários. Os procedimentos metodológicos intentam descrever, relatar, levantar diferentes pontos de vista e ambiguidades, fazer falar, relacionar, construir perfis, entre outros movimentos, a partir de três passos: *estranhamento* do outro; *entranhamento* no outro; e *retorno* a si mesmo. Trata-se de observar um fenômeno compreensivamente, de acordo com a sociologia compreensiva, sistematizada por Max Weber e adaptada por Maffesoli (2010). A tarefa do pesquisador, que assume papel de narrador do vivido e do imaginário, é “[...] mostrar a presença do imaginário no concreto, do concreto no imaginário, identificar a força imaginal [...] assaltar o passado para conquistar o presente” (SILVA, 2003, p. 86). Com isso, busca-se desvelar o encoberto, compreender o outro, perceber o subentendido e as estratégias da narrativa, dentre outras questões latentes no objeto.

Pensamos o jornalismo a partir da perspectiva da Narratologia (ou Teoria da Narrativa) de Luiz Gonzaga Motta (2005; 2013), que estuda os sistemas narrativos no seio das sociedades, podendo ser eles factuais ou ficcionais, e compreende o enunciado como processo de comunicação narrativa (ato da enunciação). O texto é entendido como vínculo, é mediador entre traços e valores de uma sociedade e a interpretação desses pelo sujeito leitor. O enunciado ganha sentido na troca entre os interlocutores, em um processo de cocriação, por isso está em constante construção. Pela análise do enunciado é possível perceber os efeitos de sentido que a narração sugere, a fim de compreender as relações entre o narrador e a audiência por meio das intenções e estratégias relevadas pela narrativa. Nosso objetivo é des(en)cobrir as camadas de real e de imaginário estabelecidas nas narrativas jornalísticas de *O Globo*.

Para darmos seguimento, faz-se necessário destrinchar os caminhos pelos quais percorremos, apresentando a fundamentação teórica escolhida e o trajeto que constitui nosso método de pesquisa. Compreendemos que tanto o referencial teórico quanto a metodologia não são neutros, partem de uma escolha do pesquisador que

determinará os resultados do trabalho. O referencial teórico é uma lente tomada de empréstimo pelo pesquisador, que ajuda a ver o objeto pesquisado, mas não substitui o olhar próprio do pesquisador. Já a metodologia, nada mais é do que a descrição de *como* o encoberto foi descoberto (SILVA, 2010). Olhamos para a narrativa a fim de reconstituir os acontecimentos políticos de 1968 a partir da visão do veículo noticioso. Desvelamos a narrativa para encontrar o imaginário do período.

#### 4.1 NARRATIVA

O termo *narrativa* é adotado da concepção de Luiz Gonzaga Motta (2005; 2013), que pensa a narrativa como tradutora dos conhecimentos objetivos e subjetivos do mundo. O autor parte do entendimento da narrativa como universal, organizadora das relações humanas e essencial para a compreensão temporal. Universal, pois está presente em todos os tempos e lugares, e abarca todos os gêneros. Embora este estudo não intente uma análise estruturalista, recorreremos a Roland Barthes (1971) para pensar tal universalidade. Segundo o autor, uma narrativa pode ser sustentada pelos mais diversos suportes, da linguagem oral às pinturas, passando, claro, pela escrita, que interessa a esta dissertação. As quantidades e multiplicidades de narrativas são infindáveis, elas surgem e acompanham a história da humanidade, estando presentes em todas as sociedades e povos.

Como organizadora das relações (MOTTA, 2013), a narrativa dá o tom de nossas vidas, que são compostas por acontecimentos narrativos. Ela assume formato de teia, ou rede, e em nossa existência estamos emaranhados nela, não há um fim, uma nova surge antes que a anterior acabe. É a maneira como damos sentido a tudo: narramos nossas experiências, nossa história, nossas relações com o outro. Assim como uma *estória*<sup>27</sup> literária, destacamos momentos, personagens, construímos um enredo, marcado por uma ou mais intriga<sup>28</sup>. Além de dar sentido à vida, as narrativas organizam os acontecimentos temporalmente. Nas palavras de Motta (2013, p. 17-18): "O acontecer humano é uma sucessão temporal e causal.

---

<sup>27</sup> Optamos por diferenciar história e estória para que fique claro ao que nos referimos: estória remete à ficção, às narrativas inventivas; enquanto história refere às narrativas que buscam a veracidade, a aproximação com o real.

<sup>28</sup> Usamos o termo "intriga" para designar o conjunto de ações que formam a trama principal de uma narrativa.

[...] As narrativas criam o ontem, fazem o hoje acontecer e justificam a espera do amanhã. A coerência narrativa cria o tempo, o nosso tempo". Sobre a relação entre narrativa e tempo, aprofundaremos posteriormente, ao resgatarmos as contribuições de Paul Ricoeur (1994; 1995; 1997).

Se as narrativas têm tamanha importância, preenchendo de significação a vida, podemos considerar que elas surgem junto ao homem. Para Motta (2013), elas são anteriores aos próprios acontecimentos e fatos aos quais se referem. Todavia, embora não consigamos mensurar a origem delas, podemos resgatar os estudos voltados a elas. A narratologia, ou teoria da narrativa, propõe métodos e procedimentos para a análise das narrativas. Embora tenha ganhado espaço na ciência moderna há pouco tempo, as raízes da narratologia deslocam-se até a Grécia Antiga, em torno de 335 a. C., com Aristóteles. A *Arte Poética* (2003) ou somente *Poética*, livro com textos relativos às aulas dadas pelo filósofo, é considerada a primeira reflexão (pelo menos a que se tem acesso) sobre narrativa.

Na obra, Aristóteles (2003) aborda a estrutura de diferentes tipos de narrativas, a partir de dois conceitos principais, *mimese* e *muthus*. A primeira noção se refere à imitação ou à representação do real, não uma simples cópia, mas uma imitação criadora, que aproveita aspectos da realidade para produzir algo novo, mas semelhante. O segundo termo, que poderia ser traduzido por mito, tem significado diferente do que a tradução nos alude. O mito na *Poética* pode ser compreendido como o que chamamos de intriga ou mesmo narrativa, uma vez que Aristóteles se refere a ele como "imitação de uma ação": "A tragédia é a imitação de uma ação importante e completa [...] A imitação de uma ação é o mito (fábula); chamo fábula a combinação dos atos" (ARISTÓTELES, 2003, p. 35-36).

Na segunda metade do século XX, Ricoeur, em sua trilogia *Tempo e Narrativa* (1994; 1995; 1997), contribui para um entendimento mais aprofundado da obra de Aristóteles, ao abordar a questão do tempo na narrativa, ajudando a transpor muitos dos termos usados pelo pensador grego para a compreensão moderna. Embora a ordem cronológica não seja essencial para a configuração de uma narrativa, optamos por trabalhar em uma linha do tempo do pensamento. Portanto, antes do filósofo francês, faz-se necessário mencionar outros intelectuais que se dedicaram aos estudos da narrativa e suas contribuições.

O russo Vladimir I. Propp retomou a questão da narrativa séculos após o declínio da Grécia Antiga, em 1928. O livro *Morfologia do conto maravilhoso* tornou-

se uma importante fonte a partir de sua descoberta por Levy Strauss anos mais tarde. Na obra, Propp esmiúça os contos maravilhosos (ou contos de fadas) europeus, percebendo suas partes constitutivas e as relações entre elas. Esse esforço estabeleceu uma estrutura universal dos contos e os fundamentos da narratologia moderna. Em seus estudos, Propp percebeu que muitas ações se repetem sendo atribuídas a personagens diferentes, e considerou como fundamental a apreensão das funções das personagens para a análise dos contos. Sua obra influenciou muitos outros estudiosos, que aprofundaram o exame das narrativas a partir de suas estruturas (VIEIRA, 2001; MOTTA, 2013).

Segundo Motta (2013), o estruturalismo foi um dos paradigmas epistemológicos de maior força dentre os desenvolvidos pelas ciências humanas no século XX, sendo assim percebido por muitos estudiosos ainda hoje. Uma das obras essenciais para pensar a narrativa a partir dessa visão chama-se *Análise Estrutural da Narrativa* (BARTHES et al., 1971), a qual apresenta a primeira tentativa de um modelo narrativo único, a ser empregado a diferentes discursos, para torná-los sistematicamente analisáveis. Composta por artigos de autores como Barthes, Todorov, Bremond, Eco e outros, foi publicada na França, em 1971. A narratologia se firma como campo de estudo com os pés fincados no formalismo russo e no estruturalismo francês, cujas correntes buscavam decompor as narrativas em partes básicas e estabelecer uma estrutura única. Para eles, a ordenação cronológica era um dos elementos essenciais para uma estória configurar-se em narrativa (VIEIRA, 2001).

Após a Segunda Guerra, alguns autores começaram a problematizar questões colocadas pelo estruturalismo. Ricouer (1994; 1995; 1997) dedica uma obra em três tomos para abordar a relação entre temporalidade e narratividade. Ele recorre às contribuições de Santo Agostinho sobre tempo e de Aristóteles sobre narrativa para formular sua tese. Para o filósofo francês, a narrativa tem grande importância para a representação do tempo, nas palavras dele: "O mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal [...] o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo" (RICOUER, 1994, p. 15). Entretanto, a narrativa não precisa ser limitada a um ordenamento temporal linear, enquanto deve, necessariamente, estar organizada logicamente.

Outra importante contribuição dos estudos de Ricouer (1994) é a noção de *mimese*, resgatada da obra de Aristóteles, para a qual ele propõe três fases de

representação em uma narrativa. A primeira delas, a Mimese I, precede a narrativa em si e considera a ética na composição das histórias narradas. Aristóteles já previa como importante o caráter das personagens, uma vez que toda ação pressupõe um posicionamento ético. Segundo o grego, “a ação, pois, não se destina a imitar os caracteres, mas, pelos atos, os caracteres são representados” (ARISTÓTELES, 2003, p. 36). Ricoeur (1994) vai mais longe, aprofundando a questão ao afirmar que as qualificações têm origem também no real. A Mimese I é intrinsecamente ligada à cultura e aos valores da sociedade em que a narrativa está inserida, pois é esta que dita como cada um deve agir, o que é o bem, o que é o mal, e demais julgamentos morais. Os elementos éticos não são, necessariamente, expostos na narrativa, mas ficam subentendidos a partir das ações das personagens. Ou seja, não é preciso dizer que o herói da história é bom, as ações dele é que demonstrarão isso.

Na segunda etapa, que corresponde a Mimese II, o texto ou relato narrado também é uma imitação. A Mimese II é o “pivô” da análise, pois funciona como mediadora. É assim reconhecida por três razões: porque medeia acontecimentos individuais em uma história; porque faz a mediação entre diferentes fatores, como personagens, pensamentos, objetivos; e porque liga o “montante” e o “jusante” de uma história, ou ainda, medeia a pré-compreensão e a pós-compreensão (RICOEUR, 1994, p. 86).

O terceiro nível, a Mimese III, é a identificação do público com a história, que é fundamental para que a narrativa cumpra o papel desejado (emocionar, fazer rir, amedrontar, etc.). Para Aristóteles (2003, p. 35), a tragédia, “[...] suscitando a compaixão e o terror, tem por efeito obter a purgação dessas emoções” e, ainda, “[...] a fábula deve ser composta de tal maneira que o público, ao ouvir os fatos que vão passando, sinta arrepios ou compaixão” (ARISTÓTELES, 2003, p. 54). Ao abordar esse papel do receptor na narrativa, Ricoeur (1994) o coloca como coautor da história, a partir de sua identificação e interpretação. “Seguir uma história é atualizá-la na leitura [...] O texto só se torna obra na interação entre texto e receptor” (RICOEUR, 1994, p. 118).

Esse breve aprofundamento no pensamento de Ricoeur (1994) faz-se necessário, pois ele se distancia do proposto pelos estruturalistas, e sugere outra maneira de pensar a narrativa, que não do enfoque único no texto literário e sua configuração. A narrativa não mais aparece como uma unidade deslocada sobre a qual o analista extrairá dados com base em sua estrutura. Ela passa a ser pensada

a partir de sua inserção em um universo maior. O texto não só faz parte de uma cultura, mas é mediador entre traços e valores de uma sociedade e a interpretação desses pelo receptor. Essa perspectiva aproxima-se da noção de narrativa que interessa a este trabalho.

Pensamos a narratologia, que é base desta reflexão, adotada de Motta (2013), como um campo para estudar os sistemas narrativos inseridos em uma sociedade. Percebemos o narrar como cerne das relações humanas, uma vez que essas são significadas a partir de expressões narrativas. Portanto, o estudo narrativo não mais se limita à ficção, mas inclui todas as produções humanas e, longe de ser restrito à análise do texto, adquire caráter multidisciplinar. Esta narratologia assume posição de procedimento para compreender as relações humanas e a sociedade em geral (MOTTA, 2013).

Não se ignora aspectos da lógica narrativa na análise, ao contrário, considera-os a partir de situações comunicativas específicas, inseridas em sociedades e culturas concretas. A própria lógica mencionada, isto é, representações de ações organizadas em sequências dramáticas, tem essa configuração por motivos estratégicos dos interlocutores. As intrigas não são somente uma imitação do real, e sim um olhar sobre esse real, uma interpretação que pressupõe uma visão de mundo, intenções e desejos, conscientes ou não. Logo, os atos comunicativos entregam relações de poder que não podem ser compreendidas deslocadas social ou culturalmente (MOTTA, 2013).

O que apresentamos aqui é uma posição pragmática<sup>29</sup>: um ponto de vista que privilegia a narração ou a enunciação narrativa em detrimento da narrativa em si. Considera-se a narrativa como ato comunicacional e não obra fechada. O enunciado (ação produtora) é entendido como vínculo em um processo de cocriação. Embora seja pensado como estratégia enunciativa, o enunciado ganha sentido na troca entre os interlocutores, é uma instância de mediação em constante construção. Pela análise do enunciado é possível desvelar os efeitos de sentido que a narração sugere, a fim de compreender as relações entre o narrador e a audiência por meio das intenções e estratégias relevadas pela narrativa (MOTTA, 2013).

A partir daqui, é possível delimitar conceitualmente o que compreendemos por narrativa. Nas palavras de Motta (2013, p. 71), narratividade é "[...] uma

---

<sup>29</sup> A pragmática a que nos referimos é a corrente que estuda os atos de linguagem (CHAPARRO, 1994).

sucessão de estados de transformação responsável pelo sentido". Em outras palavras, narrar é expor acontecimentos sucessivos, organizados logicamente. Esses acontecimentos são "performatizados" por personagens, os quais representam os seres humanos e suas posições éticas. Narrar pressupõe relatar uma estória verossímil, mesmo que permeada de imaginação, que possa envolver o espectador. É, ainda, "[...] uma atitude argumentativa, um dispositivo de linguagem persuasivo, sedutor e envolvente. Narrar é uma atitude – quem narra quer produzir certos efeitos de sentido através da narração" (MOTTA, 2013, p. 74).

As narrativas podem ser factuais (jornalismo, história, biografias) ou ficcionais (contos, filmes, telenovelas, videocliques, histórias em quadrinhos). Na maioria das vezes, os conteúdos veiculados nos *media*, como os que tangem a esta pesquisa, são permeados pelos dois tipos. Mesmo que o relato seja fático, ele pode ser embalado por características fictícias a fim de envolver o leitor ou ouvinte. É o caso das narrativas jornalísticas, foco deste estudo, que exploram ambos os aspectos: o fático, para dar sentido de real, e o fictício, para gerar efeitos emocionais; a partir das estratégias comunicativas (MOTTA, 2005; 2013).

Sodré (2009) explica que o jornalismo, como processo comunicativo, em uma perspectiva ampla, movimenta tipos diversos de discurso, mas sua centralidade está calcada no formato moderno de notícia. O racionalismo, característica da modernidade, luta para conter aspectos do imaginário coletivo na realidade histórica, ou fazer parecer que eles não existem, o que o autor chama de objetividade ideológica da notícia. Apesar disso, a notícia não deixa de ser estrategicamente construída. "Não se trata de manipulações deliberadas, nem de mentiras, mas de interpretações que podem muitas vezes lançar mão de recursos típicos da ficção literária, com vistas à criação de uma atmosfera semântica mais compreensiva" (SODRÉ, 2009, p. 15).

A principal característica do jornalismo, a partir do século XX, é uma construção estratégica, conforme Sodré (2009). Como vimos no capítulo anterior, a imprensa se autodeclara e é reconhecida pelo senso comum como a representação da objetividade. Contudo, na construção dessa narrativa, são utilizados artifícios que a legitimam como "[...] entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais, e mais, a retórica encantatória na narração fragmentária sobre a atualidade" (SODRÉ, 2009, p. 12). O autor aprofunda ainda mais sua hipótese ao afirmar que embora o texto literário e as notícias sejam diferentes, há no jornalismo o "germe de uma

narrativa”, o que, em outro contexto, poderia dar origem a um conto ou um romance, e possui recursos característicos de um enredo (SODRÉ, 2009, p. 26).

Motta (2013) explica que o relato do jornalismo diário dificilmente pode ser considerado uma narrativa por si só, uma vez que, muitas vezes, são escritos em terceira pessoa, de forma descritiva, direta e objetiva, buscando se aproximar da realidade. Nesses casos, a lógica narrativa só se apresenta quando as notícias dispersas sobre um mesmo tema são reunidas em uma história única. Sodré (2009) exemplifica este raciocínio mencionando uma negociação de governo com representantes do Fundo Monetário Internacional sobre a dívida externa, a qual pode não configurar como uma história narrada pela ausência de todas as partes – a saber: início, meio e fim –, mas há um enredo a partir da problematidade da situação. Apropriando-nos desse caso hipotético, e se reuníssemos as diferentes partes da negociação em uma mesma narrativa? Além do enredo, ou germe da narrativa, a forma também estaria presente, constituindo uma história narrada.

Sodré (2009) relaciona a concepção de notícia como narrativa com a de acontecimento. Nesta perspectiva, relacionada à informação midiática, o acontecimento é uma forma de tratamento dos fatos (objetos do conhecimento), uma construção do real permeada pelo vivido socialmente. E a notícia, por sua vez, é o relato dos fatos significativos (acontecimentos) inseridos no cotidiano de um real-histórico específico (SODRÉ, 2009).

Na notícia, que é uma estratégia ou gênero discursivo essencialmente jornalístico, o acontecimento referido obriga-se a ser verídico (real-histórico, portanto) e a obedecer a técnica corrente na prática do jornal. O real da notícia é a sua "factualidade", a sua condição de representar um fato por meio do acontecimento jornalístico. [...].

Sobre um material bruto disposto pela unidade factual do acontecimento, a informação constrói [...] um esquema narrativo, uma forma germinal de enredo ou intriga que transforma a factualidade da vida [...], uma vez que nesta não há enredo, tão-só repetições, coincidências e inesperados" (SODRÉ, 2009, p. 27 e 37).

O jornalismo narra as práticas humanas, organizando-as espacial e temporalmente. Trata-se de *mimese*, utilização de aspectos da realidade para criar uma história verossímil, por meio da qual se articula o tempo de modo narrativo. O que difere o discurso informativo da ficção é que o primeiro tem como referência um acontecimento sócio-histórico, "algo que aconteceu num aqui e agora da vida social" (SODRÉ, 2009, p. 37), mesmo assim não deixa de ser uma construção da realidade.



Por mais veraz que seja, a representação dos fatos põe em jogo crenças ou pressupostos tendentes a validar essa mesma veracidade. De tal modo, o discurso não é meramente informativo, mas também *autoconfirmativo*, gerador de uma circularidade capaz de modificar os fatos que são objeto da informação (SODRÉ, 2009, p. 39, grifo do autor).

O estatuto profissional pressupõe imparcialidade, esta garante a credibilidade do jornalismo em um pacto implícito entre o veículo e o receptor, entretanto, os relatos jornalísticos não escapam da subjetividade. O processo circular, que Sodré (2009, p. 39) chama de “profecia autorrealizadora”, contribui na ilusão da objetividade, pois “converte em realidade o fato suposto, esperado ou profetizado”. O jornalismo propaga uma noção de verdade na qual o enunciado independe da enunciação e deve corresponder aos fatos. Porém, na realidade, trabalha-se com o que podemos nomear de “verdade do verossímil” (SODRÉ, 2009, p. 46), que inclui o sujeito da enunciação. Retomamos a discussão sobre “exato x verdadeiro” proposta por Silva (2003) e brevemente exposta no capítulo 3. Para o autor, corresponder à realidade não é, necessariamente, ser verdade. “Com frequência, o que é dito num jornal é exato. Mas não é a verdade. O jornalismo produz versões” (SILVA, 2003, p. 104).

A verdade (ou essência) do jornalismo está na espetacularização. “O jornalismo espetacular forja o seu destinatário, cria o seu receptor e programa o seu jornalista. Instala-se, de ponta a ponta, um imaginário” (SILVA, 2003, p. 105). A espetacularização do acontecimento leva ao não-acontecimento, construindo em seu lugar o acontecimento jornalístico. Atualmente, a narrativa deste acontecimento é cercada de dramaticidade, de elementos que geram sentido. O acontecimento é coberto por camadas de realidade. Nesta pesquisa, tencionamos des(en)cobrir essas camadas para acessar o real e o imaginário presentes na narrativa jornalística do veículo analisado.

#### 4.2 O REAL E O IMAGINÁRIO

Ao pensar o *imaginário*, este estudo parte das concepções de Michel Maffesoli e, principalmente, de Juremir Machado da Silva, que pensam o conceito a partir de uma perspectiva social, como compartilhamento. Para eles, o imaginário é algo que transcende o indivíduo e funciona como “cimento social”. Segundo Maffesoli, o imaginário individual expressa o imaginário do grupo no qual o sujeito

está inserido. "O imaginário é determinado pela ideia de fazer parte de algo" (MAFFESOLI, 2011, p. 80). Silva (2003) considera a existência de imaginário individual e coletivo em uma relação de assimilação e retroalimentação. O imaginário social desenvolve-se por contágio: aceitação do modelo do outro, disseminação e imitação. O individual acontece por identificação, apropriação e distorção. Para ambos, não se exclui a autonomia dos sujeitos, não há determinismo na concepção de imaginário dos autores, há sempre brecha para desvios. "O imaginário é uma língua. O indivíduo entra nele pela compreensão e aceitação das suas regras; participa dele pelos atos de fala imaginal (vivências) e altera-o por ser também um agente imaginal (ator social em situação)" (SILVA, 2003, p. 9).

Apesar da semelhança, imaginário não é o mesmo que cultura, uma vez que um não se limita ao outro. Maffesoli (2011) explica que a cultura pode ser percebida de maneira mais concreta, a partir de costumes, monumentos, obras, modelos de organização social, já o imaginário contém algo a mais, é um estado de espírito que não pode ser totalmente racionalizado, muito menos controlado. Também não é o mesmo que ideologia, que é principalmente baseada em escolhas racionais. O imaginário é permeado pelo lúdico, pela fantasia, pelo emocional. É uma fonte de impulsos que mistura o racional e o não-racional (SILVA, 2003).

O imaginário permanece uma dimensão ambiental, uma matriz, uma atmosfera, aquilo que Walter Benjamin chama de aura. O imaginário é uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável. Na aura de obra — estátua, pintura —, há a materialidade da obra (a cultura) e, em algumas obras, algo que as envolve, a aura. Não vemos a aura, mas podemos senti-la. O imaginário, para mim, é essa aura, é da ordem da aura: uma atmosfera. Algo que envolve e ultrapassa a obra. Esta é a ideia fundamental de Durand: nada se pode compreender da cultura caso não se aceite que existe uma espécie de "algo mais", uma ultrapassagem, uma superação da cultura. Esse algo mais é o que se tenta captar por meio da noção de imaginário (MAFFESOLI, 2011, p. 75).

Para Silva (2003, p. 8-9), o imaginário é "[...] uma narrativa inacabada, um processo, uma teia, um hipertexto, uma construção coletiva, anônima e sem intenção [...]. Todo indivíduo submete-se a um imaginário preexistente. Todo sujeito é um inseminador de imaginários". O imaginário garante a existência das sociedades e do próprio homem. É partilha de afeto, sensações, sentido, lembranças. Ao mesmo tempo em que é uma aura, uma energia, algo intangível, é um patrimônio societal (SILVA, 2003). Segundo o autor, o imaginário pode ser e é muitas coisas,

ele nomeia de *termo horizonte*: "[...] sinaliza uma referência que funciona como norte mesmo que não possa ser considerada uma bússola" (SILVA, 2016, p. 64).

O imaginário e o real são coisas diferentes, um opõe-se ao outro e ambos se completam. O imaginário é o excedente do real, ele não faz parte do real, mas acrescenta a este uma camada de sentido, uma aura (SILVA, 2017). Embora o imaginário não seja o real, também não deve ser entendido como irracional ou irreal, ele é vivido como uma verdade, não é uma ilusão ou uma mentira e nunca é fictício. O imaginário é involuntário e emana do real, funciona como distorção do vivido, suprimindo o seu vazio racional (SILVA, 2003).

Só há imaginário na medida em que existe um real. O imaginário funciona com um acréscimo do real, não podendo prescindir dele. O que é o real? O existente sem significação atribuída pelo imaginário. [...] O imaginário é o sentido que redimensiona o fato sem que se possa anulá-lo por iluminação (SILVA, 2017, p. 25).

Como excedente de significação – o que dá sentido ao real – o imaginário pode ser uma realidade mais real que o próprio real, pois é uma realidade que ganhou sentido. O imaginário transfigura a realidade, confere um caráter extraordinário, uma dimensão fantástica, um grau de surrealismo. Nessa perspectiva, o imaginário ganha dimensão de hiper-real (SILVA, 2017).

O hiper-real forja a percepção de que algo é mais real que o real [...] é o cartão postal que elimina as impurezas do real e impõe uma estética incontornável por subtração [...] é a trilha sonora dos personagens da telenovela. Diante do hiper-real, o rústico, o real faz figura de coadjuvante ou de espetáculo antes da produção (SILVA, 2010, p. 45-46).

A proposta de perceber o imaginário como excedente de significação é trabalhada por Silva em seu livro *Diferença e descobrimento: o que é imaginário?* (2017). A hipótese radical, como o autor nomeia, sugere compreender o imaginário como fluxo e relações universais. Com referência às fases da *bacia semântica* de Gilbert Durand (2001), uma das principais referências no campo – escoamentos, divisão das águas, confluências, o nome do rio, organização dos rios, esgotamento dos deltas –, Silva (2017, p. 82-85) sugere nove etapas de “canalização e disseminação”, são elas: 1. Vazamento: um fio de sentido escapa de um acontecimento; 2. Infiltração: o sentido vazado encontra uma brecha e contamina outro espaço; 3. Acumulação: uma formação líquida cresce a partir da infiltração; 4. Evocação: retorno à nascente do vazamento por meio da memória, movimento que

realimenta a infiltração; 5. Transbordamento: o acontecimento inicial é superado pelo acúmulo de evocações, transbordando o sentido que formará outros acúmulos líquidos; 6. Deformação: a partir do transbordamento, o material inicial sofre alterações em sua forma; 7. Transfiguração: o excesso de sentido se transforma em um novo sentido; 8. Metáfora: cristalização do imaginário; 9. Derretimento e evaporação: novos tempos surgem e o imaginário muda.

A compreensão do processo desenvolvido por Silva (2017), bem como da bacia semântica de Durand (2001), é de grande importância para o entendimento das dinâmicas do imaginário. Os autores adotam a imagem das águas para explicar a formação, cristalização e dissolução simbólica do imaginário. Como aura, o imaginário é fluido; como excedente de significação, acrescenta sentido ao real. Em nossa pesquisa, compreendemos o imaginário dessas duas formas: como algo dinâmico, nunca estático, e que excede o ano de 1968 de significação, que gera sentido a ele, além do significado dos próprios eventos.

Maffesoli (1995) ensaia uma aproximação entre o imaginário e o campo da Comunicação ao afirmar que por meio das imagens há partilha, comunhão, vínculo. O imaginário seria o compartilhamento de fragmentos de mundo entre pessoas, e as informações organizariam esses pedaços dispersos em uma narrativa própria da sociedade em que estão inseridos. “Chora-se, ri-se, sapateia-se em uníssono, e assim, sem que se esteja realmente em presença dos outros, cria-se uma espécie de comunhão [...] Trata-se de uma ordem comunicacional, simbólica em seu sentido mais forte” (MAFFESOLI, 1995, p. 77-78).

Todavia, é Silva (2010) que relaciona definitivamente os campos ao dedicar uma obra para abordar a questão, a partir da noção de *tecnologias do imaginário* (TIM). Para o autor, embora não possa ser imposto e não seja controlável, o imaginário também não surge do nada. As TIM são dispositivos “[...] de produção de mitos, de visões de mundo e de estilos de vida” (SILVA, 2003, p. 22), que estabelecem o laço social, e constroem e cristalizam sentidos. Elas alimentam as bacias semânticas, irrigam os trajetos antropológicos, enraízam o afetivo e o simbólico. O autor pensa a contemporaneidade, ou a pós-modernidade, a partir da perspectiva de sociedade do espetáculo (DEBORD, 2017), na qual as tecnologias do imaginário transcendem seu caráter informativo, povoando o universo mental. As TIM pressupõem sedução e adesão, não manipulação ou controle. “Mesmo estimulado por tecnologias, o imaginário guarda uma margem de independência

total, de mistério, de irredutibilidade, de fictício, de inútil, e nunca se reduz ao controle absoluto do agente tecnológico emissor”, ressalta Silva (2003, p. 57).

Silva (2003) destaca três momentos de construção imaginal de acordo com as tecnologias predominantes: fase primitiva (teatro, poesia oral, mitos, fábulas), fase industrial (rádio, televisão, mídia, propaganda) e fase pós-industrial ou virtual (internet, publicidade). As tecnologias podem ser limpas ou poluentes, não apenas em questão material, mas principalmente pela eficácia em alterar o universo simbólico do indivíduo, em induzir o imaginário. Há, ainda, uma fase pré-industrial, inaugurada com o livro e com a imprensa, fase mais leve, limpa, mais local ou regional do que a industrial. Nessa divisão, os jornais impressos, embora sejam originalmente pré-industriais, hoje podem ser compreendidos como tecnologias industriais, mais poluentes em termos materiais e imaginários, pela grande escala de produção e alcance. Em uma segunda segmentação, o jornal classifica-se como uma tecnologia do imaginário informativa, há ainda as artísticas e mercadológicas, categorias que não são fixas. As TIM podem se apresentar como meios (jornal), como técnicas (jornalismo) ou como expressões (narrativa factual). Silva (2003) destaca que a mídia reúne todas as características das tecnologias do imaginário: informação, arte e entretenimento – e comercial, incluiríamos.

Nesta pesquisa, adotamos a concepção de jornalismo como uma tecnologia do imaginário para descrever a atuação da narrativa jornalística analisada na produção de imaginários. Maffesoli (2012) sugere que para compreendermos o real, o imaginário torna-se um elemento de suma importância. “[...] só se pode captar real a partir do que é, aparentemente, seu contrário: o irreal [...] E, se quisermos captar a lógica íntima de um acontecimento, ou de uma série de acontecimentos, talvez seja bom saber perceber toda sua carga imaginária” (MAFFESOLI, 2012, p. 106). A escolha de nossa linha de reflexão vai ao encontro desse pensamento, pois entendemos que buscar o que está além do concreto é a única maneira de compreender um evento. O imaginário é uma verdade, existe e está em tudo; a nossa questão não é mais sua presença, mas sua materialidade.

Silva (2016, p. 65) já havia alertado que “as pesquisas sobre os imaginários pesquisam, ao mesmo tempo, a noção de imaginário”. É preciso testar hipóteses, explorar, assumir que a ciência nunca é neutra, que a vida não é binária. O autor (2017) indica a necessidade de reunir fragmentos e preencher as lacunas por aproximações, especulações e imaginação. O imaginário é alimentado pela

ambiguidade, pelos paradoxos, pelos jogos de palavras, pelas diferenças semânticas, entre outros. Ele transfigura o real ao preenchê-lo de sentido. É esse sentido, que nutre o imaginário e transmuta o real, que deve ser buscado. As relações sociais são compostas por estruturas complexas, permeadas por imaginários não estáticos, em constante dinamização. Buscar percebê-los, captar suas expressões, é um importante passo para a compreensão de um período histórico.

Imaginário e História estão intimamente ligados. Silva (2017) alerta para a distorção das imagens passadas no presente e pela modificação das histórias pelos desejos de cada época. O imaginário é repetição e diferença, uma narrativa que se reinventa a cada repetição. Nunca é estático: dinamiza-se e renova-se. A história não deixa de ser uma construção narrativa que varia conforme as épocas e a visão de mundo hegemônica. Há um real incontornável, mas que não pode ser revisitado e que é reconstruído a partir do imaginário de cada geração. Todo imaginário é histórico e toda História está submetida ao imaginário.

O imaginário recobre a história com seu véu de apropriações particulares. Singular no universal, o imaginário impõe-se como uma história à margem da História, uma narrativa de rodapé a partir daquilo que não cabe no corpo do texto principal. [...] História é, ao mesmo tempo, aquilo que se vive e, especialmente, aquilo que já se viveu, aquilo que se conta e, fundamentalmente, aquilo que conta, aquilo que se agenda para ser contado. O acesso ao que se vive sofre uma interdição definitiva. Nunca será possível um retorno total ao acontecimento. A origem sempre figura como um mito a ser reconstituído. O paradoxo dessa origem interdita é que, mesmo inalcançável, deve ser buscada. A relação entre história e imaginário é tecida com sutilezas de lenda, de legenda, de inscrição e de mito (SILVA, 2017, p. 88-89).

Apesar da impossibilidade de retorno total ao vivido no campo político brasileiro em 1968, procuramos captar a complexidade do período na narrativa jornalística contemporânea aos acontecimentos. Para isso, apoiamos-nos em uma análise compreensiva, por meio da qual assumimos papéis de narradores do vivido para desvelar a presença do imaginário no real, do real no imaginário.

#### 4.3 NARRATIVAS DO VIVIDO E DO IMAGINÁRIO

Partimos da premissa que a pesquisa científica deve trazer à tona o que está submerso, que deve revelar, ou ainda, desvelar, “[...] tirar o véu que encobre o objeto”, mostrar o que não pode ser visto na superfície (SILVA, 2010, p. 29); que só

há uma “pro-dução” quando o pesquisador consegue des(en)cobrir o (en)coberto; e que para isso é preciso “[...] identificar as camadas de imaginário no real (no vivido ou plasmado numa obra simbólica) e as camadas de real num imaginário (as marcas do concreto redimensionado simbolicamente)” (SILVA, 2010, p. 30). Essas afirmações compõem a noção de *narrativas do vivido*, metodologia proposta por Silva (2003; 2010) e desenvolvida neste estudo. Para o autor, de maneira semelhante a uma reportagem jornalística, em que se cobre para descobrir, a pesquisa é um meio de recobrimento do objeto estudado, que busca revelar o que a familiaridade esconde.

Ao encontro do abordado até o momento sobre a importância da narrativa, Silva (2010, p. 25) afirma que: “Os fatos só existem como narrativas, entre as quais a jornalística, como reconstruções”. É por meio das narrativas que conhecemos o mundo. As narrativas do vivido partem de uma importante pergunta: “De onde olha quem olha?”. De onde olha o jornalista que escreve uma reportagem sobre o vivido? De onde olha o editor que opina sobre o vivido no editorial do jornal? De onde olha o pesquisador que busca recuperar a narrativa sobre o que fora vivido 50 anos atrás?

Trata-se de descrever, mostrar, relatar, “reportar”, fazer a crônica, levantar os diversos pontos de vista em conflito, dar voz, fazer falar, radiografar, cartografar, relacionar, construir perfis, “retratar” uma comunidade, refazer a história de vida de um indivíduo ou grupo, “biografar”, contar, cobrir, descobrir, fazer vir, fazer emergir, produzir um mosaico, montar um painel, tecer os diversos fios de uma realidade imaginária e de um imaginário realizado. As narrativas do vivido são biografias de atores sociais contemporâneos em movimento (SILVA, 2003, p. 83).

As narrativas do vivido pressupõem uma abordagem compreensiva por parte do pesquisador, que deve se preocupar em deixar o social falar ao invés de tentar explicá-lo ou apresentar soluções. O objetivo é narrar o vivido e o seu narrador precisa captar a complexidade das relações sociais, da vida, compreender o sujeito e o objeto. “Compreender é sempre incerto, impreciso, arriscado, mas necessário”, alerta Silva (2003, p. 74). A sociologia compreensiva, sistematizada por Max Weber, adverte que não se reduza os fenômenos considerando apenas dados racionalmente explicáveis. Compreender é um processo qualitativo e variável.

O irracional, o não racional, o afetivo, o passional, o estético e o emotivo não podem ser eliminados da análise sociológica pelo simples fato de que não são quantificáveis ou passíveis de observação numa cadeia repetitiva de indivíduo para indivíduo ou de grupo para grupo (SILVA, 2003, p. 76).

Nesse processo, o pesquisador deve considerar três momentos: *estranhamento*, *entranhamento* e *desentranhamento*. A narrativa do vivido deve partir de um estranhamento do narrador com o que descreve. É necessário trocar de lente, deixar de lado os seus pré-conceitos, sair de seu lugar. O choque perceptivo provoca o pesquisador a querer desvelar o objeto de análise, a mergulhar em seu mundo, colocar-se no lugar dele, descrevê-lo, compreendê-lo. Este segundo momento é o entranhamento. A narrativa surge da dialógica estranhamento/entranhamento. Por fim, no desentranhamento, o narrador retorna a si mesmo “deixando as suas marcas no outro e trazendo um patrimônio de dados e de percepções” (SILVA, 2003, p. 74), a fim de narrar o des(en)coberto (SILVA, 2003; 2010).

O entranhamento, numa obra, busca descobrir:

- O subentendido
- Os nexos não explicitados
- As operações narrativas
- Os fundamentos da construção narrativa
- Os mecanismos formais
- As ênfases de conteúdo
- As figuras de linguagem
- Os procedimentos argumentativos (predomínio da razão, da sedução, da emoção, da retórica ou imagem) (SILVA, 2010, p. 43).

O método dá autonomia ao pesquisador, o liberta de amarras, mas não de explicitar as técnicas de pesquisa empregadas. Os procedimentos devem ser transparentes e a apresentação argumentativa das informações rigorosa (SILVA, 2003; 2010). O que legitima a narrativa do vivido como pesquisa acadêmica? Silva explica:

A coleta de dados, o trabalho de campo, a busca de informações diversas e cruzadas, a revelação dos procedimentos de obtenção e de apresentação dos dados, a possibilidade de refutação (Karl Popper) das hipóteses elaboradas, o fato de que o pesquisador se baseia no real e não apenas em sua imaginação ou na sua capacidade de dedução na paz de um gabinete. A diferença, portanto, está no meio não no fim; no método não na teoria; na forma não no conteúdo; na probabilidade não na verdade; na construção não na definição (SILVA, 2003, p. 88).

Retomo a afirmação de Motta (2013) de que, na maioria das vezes, a lógica narrativa do jornalismo só é perceptível quando reunimos notícias dispersas sobre um mesmo evento em uma mesma história, como início, meio e fim. Ao reunir os pontos soltos de notícias de uma mesma temática, o analista consegue perceber



"[...] os conectivos e encadeamentos narrativos, os antecedentes e consequentes, recompõe a serialidade, a sequência e a continuidade da intriga" (MOTTA, 2013, p. 97). O leitor do jornal<sup>30</sup> constrói a significação do texto não apenas pelas informações expostas, mas principalmente por informações prévias e experiências vivenciadas. Assim, para compreendermos um evento como o AI-5 e como ele foi narrado ao público, cinco décadas após sua promulgação, não podemos nos ater apenas às matérias do dia 13 de dezembro de 1968. Os sentidos em torno do ato foram construídos dia após dia, por meio de diversos outros acontecimentos antecessores e não se encerraram com sua publicação, continuaram sendo dinamizados nos anos seguintes.

O eixo de nossa pesquisa prioriza as ações que tiveram grande importância histórica e marcaram o ano de 1968. Compõem nosso *corpus* de análise 14 datas – a saber, em ordem cronológica: **28 de março**, data da morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, assassinado durante um conflito entre estudantes e Polícia Militar no restaurante universitário Calabouço, no Rio de Janeiro; **31 de março**, aniversário do golpe; **4 de abril**, quando ocorrem as missas de 7º dia em homenagem ao estudante na Igreja da Candelária, no RJ; **5 de abril**, data em que o ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva assina o ato que proíbe o funcionamento da Frente Ampla, movimento político formado por lideranças conservadoras; **16 de abril e 16 de julho**, quando acontecem, respectivamente, as greves de Contagem e Osasco; **21 de junho**, data da “sexta-feira sangrenta”, confronto violento entre estudantes e policiais no Rio de Janeiro; **26 de junho**, dia em que é realizada a Passeata dos Cem Mil, uma manifestação contra o regime militar organizada pelo movimento estudantil, no centro da cidade do Rio de Janeiro; **5 de julho**, data em que o ministro da Justiça proíbe as manifestações de rua em todo o país; **29 de agosto**, quando policiais militares invadem a Universidade de Brasília; **2 de setembro**, dia no qual o Deputado do MDB Márcio Moreira Alves discursa contra o governo militar no Congresso Nacional; **10 de outubro**, data do confronto entre estudantes na Rua Maria Antônia; **12 de outubro**, dia em que o XXX Congresso da UNE é interrompido pela polícia em Ibiúna, interior de São Paulo; **12 de dezembro**, quando o Legislativo nega o pedido do Executivo para que o

---

<sup>30</sup> O leitor do jornal, deve ser considerado neste trabalho, mesmo que não aprofundemos para um estudo de recepção, uma vez que entendemos os enunciados como elos entre as partes em cooperação

deputado Márcio Moreira Alves seja processado frente ao Supremo Tribunal Federal; e dia **13 de dezembro**, data em que o Presidente Artur da Costa e Silva decreta o Ato Institucional nº 5.

Chamamos de eixo, não recorte, pois acontecimentos secundários e desdobramentos orbitam ao redor dos eventos-chave. Para garantir o entendimento aprofundado de 1968, não olhamos apenas 14 dias, mas o ano inteiro. Todas as capas d’*O Globo* publicadas em 1968 foram analisadas, totalizando 307 edições, as que indicavam matérias relevantes no contexto político direcionaram ao exame do exemplar completo. Por ser considerada como o evento que inaugurou 1968 no Brasil, a repercussão da morte de Edson Luís foi analisada intensamente nos 30 dias que se seguiram, sem a necessidade de menção a temas políticos nas manchetes das capas. Da mesma maneira, os dois dias seguintes aos demais acontecimentos também levaram à análise minuciosa de todas as páginas. Ao todo, citamos, no próximo capítulo, 96 edições de 1968<sup>31</sup>. Reunimos todas as páginas citadas em uma pasta on-line, cujo endereço pode ser conferido em no anexo.

O objetivo foi reconstituir a narrativa do “golpe dentro do golpe”, recuperando os eventos que antecederam a promulgação do AI-5. Por meio do entranhamento na narrativa jornalística, buscamos perceber as camadas de real e imaginário do discurso para a compreensão da conjuntura política de 1968. Mergulhamos no outro, atentamos para o conteúdo latente, a construção da narrativa, os procedimentos argumentativos, as emoções, as contradições, os sentidos, as sombras, as imagens.

---

<sup>31</sup> Na introdução, citamos também a edição de efeméride dos 50 anos do AI-5 em 2018 e a edição de *mea culpa* em 2013, totalizando 97 números, cujas respectivas páginas citadas estão disponíveis no anexo.

## 5 O VIVIDO E O IMAGINÁRIO NA NARRATIVA DE *O GLOBO*

*Nilda Carvalho Cunha, presente!*

As notícias publicadas no jornal *O Globo* acompanham o imaginário de que o ano de 1968 iniciou no Brasil somente no mês de março. Antes disso, em janeiro e fevereiro, as capas das edições do periódico eram quase inteiramente reservadas a acontecimentos internacionais. Sobre o país, uma ou outra manchete falando da economia, de algum crime ou assalto, ou de alguma celebridade. Sobre aspectos políticos, poucas chamadas se destacam: a educação, que já estava em debate, com uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada para investigar problemas no ensino superior; comentários sobre a Frente Ampla, que estava em seu auge; e uma declaração do Ministro da Justiça, Gama e Silva, afirmando que o governo não iria editar novos atos institucionais, em 26 de janeiro. Essa asserção, que se mostraria falsa, acompanhou o discurso das autoridades ao longo do ano. Apesar da crise política que se intensificava a cada mês, o governo reafirmava que novos atos ou estado de sítio não eram opções consideradas. Cinquenta anos depois, fontes historiográficas narram que, nos bastidores, o tema já era debatido havia meses quando virou realidade com o AI-5, em dezembro daquele ano.

O primeiro mês de 1968 terminou com a Ofensiva do Tet, um ataque dos norte-vietnamitas e dos vietcongues que surpreendeu as forças estadunidenses e os seus aliados do Vietnã do Sul. Esse, talvez, tenha sido, no âmbito global, o principal acontecimento do ano, pois impulsionou muitos outros, que se seguiram nos Estados Unidos e no mundo. Excedido de significação, alterou o imaginário sobre a Guerra do Vietnã. O governo do país norte-americano, que aderiu ao conflito em 1965, afirmava que a vitória estava próxima, e a população, cansada de perder seus homens, contava os dias para o fim. O ataque do outro lado mostrou que a realidade não correspondia às declarações oficiais. Na capa da edição de 31 de janeiro, *O Globo* afirmava: “40 cidades sob terror Vietcong” e “Ofensiva é a maior de toda a guerra”. O texto presente na página 10 fala em “ofensiva sem precedentes”.

No Brasil, o evento sem precedentes e que seria o estopim para outros acontecimentos foi o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto pela polícia militar durante a repressão de uma manifestação estudantil. Não foi a primeira vez que o regime instaurado em 1964 matou um jovem, mas foi a primeira

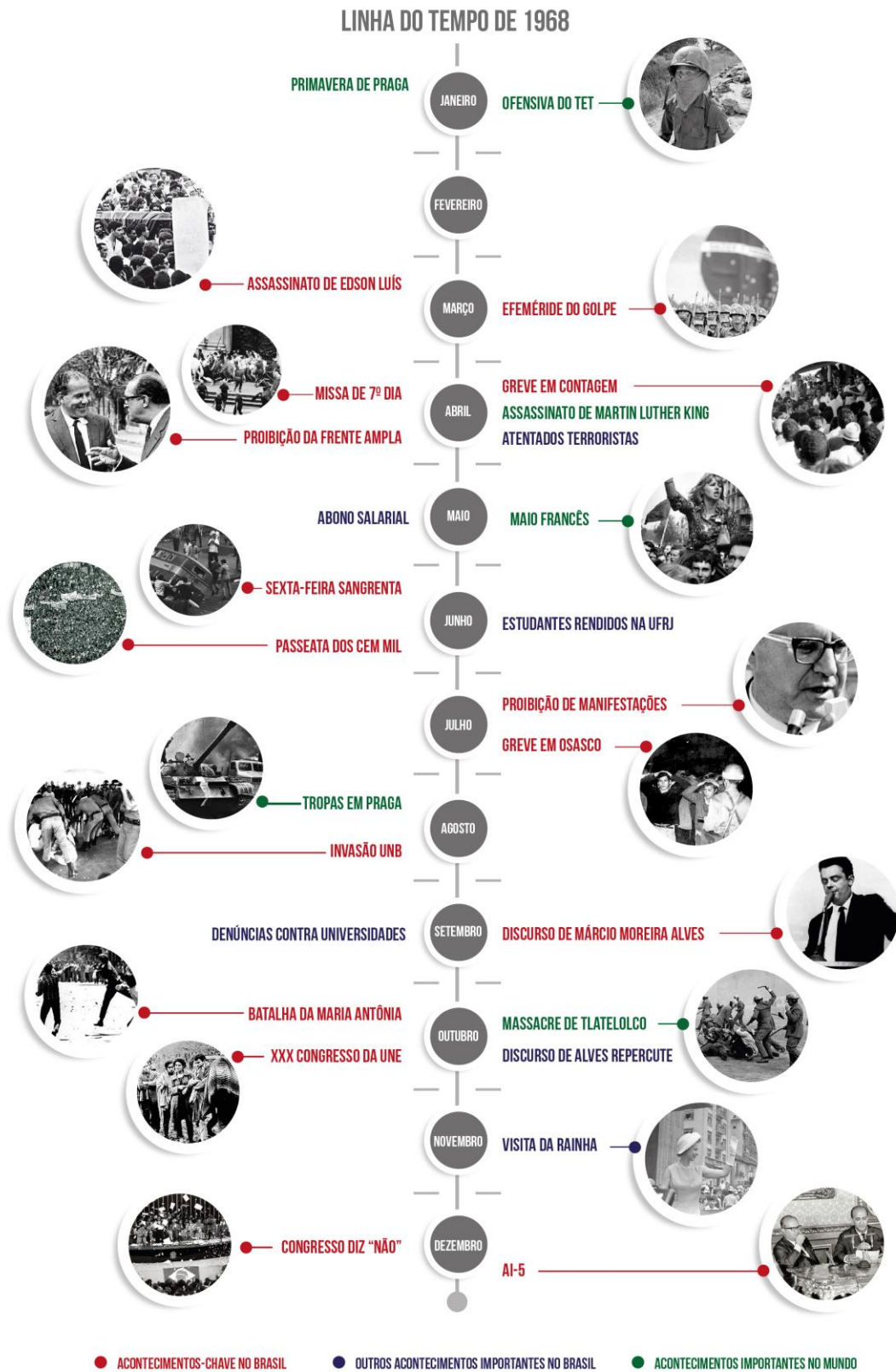
vez que os demais estudantes reagiram, transformando o corpo sem vida em energia para a luta. No relatório 3, Mortos e desaparecidos políticos, da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014b), são reconhecidos 434 mortos ou desaparecidos políticos no Brasil e no exterior de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. Desses, 139 vítimas são descritas como estudantes, entre elas Edson Luís, e foram mortas a partir do golpe civil-militar de 1964. Duas delas já no dia 1º de abril de 1964, em situação semelhante à de Edson. Jonas José Albuquerque, 17 anos, e Ivan Rocha Aguiar, 23 anos, foram baleados pela polícia em manifestação pública contra a deposição e a prisão do, então, governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Não se fala sobre essas mortes. Elas não ficaram marcadas em nosso imaginário. Por que a de Edson ficou? É difícil dar uma resposta objetiva. Nosso trajeto, derivado da sociologia compreensiva, não foca na explicação deste ou outros episódios de 1968, mas na compreensão da conjuntura do ano. Compreender, na perspectiva de Edgar Morin (1999, p. 175), é o modo fundamental de apreensão de situações que impliquem subjetividade e afetividade e pressupõe “um conhecimento empático/simpático (Einführung) das atitudes, sentimentos, intenções, finalidades dos outros”.

Esta pesquisa tenciona compreender a sucessão de acontecimentos políticos de 1968 a partir da narrativa do jornal impresso *O Globo* e perceber o imaginário que permeia esse período. Por meio da leitura das edições, fica evidente que a morte de Edson Luís desencadeou uma série de eventos, que culminaram no AI-5. Nada de novo até aqui, a historiografia já aponta essa relação. Nosso diferencial é o olhar a partir das narrativas do vivido, pelas quais buscamos alcançar o real e o imaginário na narrativa jornalística. Analisar, como ressalta Silva (2010, p. 52), “é fazer emergir a contradição, o paradoxo, a diferença, a repetição, o encoberto, o recoberto, o desencoberto sob o familiar”. Como pesquisadores, voltamos à origem, imergimos em nosso objeto de pesquisa, para ouvi-lo e interpretá-lo, e, assim, compreendê-lo.

## 5.1 ENTRANHAMENTO EM O GLOBO

Nossa análise é dividida em 15 seções, cada uma delas dedicada a um acontecimento-chave do nosso recorte. A imagem a seguir foi pensada de maneira a contribuir para o entendimento dos leitores, ao reunir e organizar cronologicamente esses e outros eventos importantes de 2018.

Figura 1 - Linha do tempo dos eventos que marcaram 1968



Fonte: A autora.

### 5.1.1 “É inadmissível e inexplicável, além de inconcebível”

Em março, a Guerra do Vietnã ainda ocupava a maioria das capas de *O Globo*. No contexto nacional, Costa e Silva iniciava o segundo ano de mandato presidencial com a chancela do jornal de Roberto Marinho: “Vai aos poucos a Revolução de Março ganhando a plena confiança popular. Sem demagogia, sem ferir os princípios que lhe deram o impulso inicial”, declara o editorial na capa da edição de 15 de março de 1968. O presidente militar cuja gestão ficaria marcada pelo AI-5 deve ter lido o texto com satisfação, sem imaginar que em breve tudo sairia do controle.

No dia 29 de março de 1968, na capa, ao lado de outras manchetes, o veículo afirma: “Estudante morre a tiro no Calabouço”; junto a dois tópicos sobre o acontecimento. O primeiro tópico informa que um estudante foi morto, Edson, e que outro estudante e um comerciante ficaram feridos. O segundo tópico resume o início do conflito entre os jovens e a polícia. À direita, outro título aborda o evento: “Governador demite, instaura inquérito e cancela aulas”; acompanhado de três tópicos sobre as medidas tomadas por Negrão de Lima, governador da Guanabara. Ainda, a capa do periódico apresenta dois pequenos parágrafos opinativos, que declaram que o “fato doloroso traumatiza a população desta cidade pacata e ordeira”, mas que há a certeza de que “a tragédia será plenamente investigada, com isenção e honestidade”. Por fim, clama que a opinião pública “permaneça de atalaia contra as explorações demagógicas”.

O texto de título “Estudante morto à bala em conflito com a PM”, da mesma edição (*O GLOBO*, 29 mar. 1968, p. 14), inicia narrando o acontecido no dia anterior. Segundo a notícia, os policiais militares chegaram ao restaurante universitário “visando impedir a passeata dos estudantes que reivindicavam a conclusão das obras”. Durante o conflito, Edson Luís teria sido segurado, quando “seus colegas tentaram libertá-lo, avançando para os policiais”, esses soltaram o estudante, mas atiraram enquanto se afastavam do grupo, “caindo Edson ensanguentado, com uma bala no peito, para morrer antes do socorro”. Em seguida, o veículo narra a saga dos jovens com o corpo morto do colega “certos de que ainda vivia”, primeiro chegando à Casa de Misericórdia e, depois, à Assembleia Legislativa.

Dezoito subtítulos marcam diferentes momentos do acontecimento apresentados na página 14 da edição (*O GLOBO*, 29 mar. 1968). O primeiro aborda

as resoluções do governador da Guanabara, entre elas, o afastamento do general Osvaldo Niemeyer Lisboa da Superintendência da Polícia Executiva. O segundo tópico menciona o pesar do presidente Costa e Silva que "lamentou os acontecimentos e sua consequência fatal", sem aprofundar ou dar alguma declaração oficial. Outro subtítulo narra o início do ataque e evidencia que, segundo o secretário de Saúde estadual, tudo teria iniciado a partir de agressões dos estudantes aos policiais. É mencionado um ato de depredação de veículo da polícia como motivo dos disparos. Outro parágrafo, chamado "Autópsia", afirma que a imprensa não pôde acompanhar a autópsia e transcreve o resultado ao lado. Em "Cortejo a pé", o jornal informa sobre a vontade dos estudantes em fazer uma procissão da Assembleia até o local de enterro do corpo, apesar da oferta de carro fúnebre por parte do governo estadual. Também, divulga que o governador "determinou a não interferência da polícia", que deveria estar presente apenas para garantir a normalidade "evitando a infiltração de elementos aproveitadores, capazes de desvirtuar o sentido da manifestação de pesar da classe estudantil pela perda de seu companheiro".

Em "Bombas" (*O GLOBO*, 29 mar. 1968, p. 14), é narrado que explosivos foram jogados em frente à Assembleia. Aqui, chama atenção que o veículo erra o nome do jovem assassinado. Ao replicar um discurso do deputado Alberto Rajão, o jornal escreve "A liderança estudantil nasce no coração da juventude, que anseia alcançar a verdadeira independência do Brasil, e que será alcançada mesmo que outros mártires, como *Nelson Luís Souto*, venham a tombar, crivados de balas assassinas" (*O GLOBO*, 29 mar. 1968, p. 14, grifo nosso). Primeira vez que as palavras coração, independência, mártir e assassinas são utilizadas, infelizmente relacionadas ao nome incorreto da vítima.

Em "Violências", mais uma vez as palavras "mártir" e "assassínio" são retiradas da fala do mesmo deputado. Rajão finalizaria declarando que "o assassinio é uma simples e terrível consequência de esquema montado contra a liberdade e contra as garantias humanas". A matéria ainda aborda novos tiros em frente à Assembleia e bombas jogadas de carros em movimento em direção aos estudantes. Relata a prisão e agressão de alunos pela DOPS, e que o chefe da Seção de Buscas Ostensivas do órgão chegou a afirmar que "nenhum estudante fora preso por seus agentes" (*O GLOBO*, 29 mar. 1968, p. 14). Quatro fotos ilustram a página, uma delas, com maior destaque, é emblemática e está gravada na mente de quem

já leu sobre o caso. Nela, Edson, sem vida, está deitado em uma mesa da Assembleia com alguns estudantes ao seu redor. A vítima está sem camisa e enrolada em uma bandeira, que não é mencionada, mas parece ser do Calabouço, por causa dos ícones de talheres. A autoria da foto também é desconhecida, o jornal não apresenta a informação. No geral, matérias e fotografias publicadas no veículo não recebem créditos no período pesquisado. Em outra imagem, uma jovem discursa; em uma terceira, uma criança com óculos escuros que o jornal afirma ser Edson. Por fim, uma última imagem, a qual mostra um pelotão de soldados da PM deixando a Assembleia.

Figura 2 - Edson morto sobre uma mesa na Assembleia Legislativa



Fonte: O GLOBO (29 mar. 1968, p. 14).

A página seguinte (O GLOBO, 29 mar. 1968, p. 15) apresenta as repercussões da morte entre os membros do Legislativo nacional e da Guanabara, positivas e negativas, entre os estudantes, jornalistas e artistas e entre os governos estadual e federal. Aprofunda as providências tomadas pelo governador, mas sem



dar novas informações, e repete que o presidente "lamentou os acontecimentos e seus resultados". O jornal menciona repetidas vezes que pautas do governo da Guanabara e dos deputados e senadores foram adiadas para a discussão do caso. Entre os depoimentos, alguns trechos geram sentido ao evento, como o retirado do discurso do deputado Paulo Ribeiro: "É inadmissível e inexplicável, além de inconcebível" que uma manifestação estudantil seja repreendida com tiros. Da mesma maneira, o deputado Silbert Sobrinho chama o episódio de "triste, doloroso e vergonha", sendo otimista: "Edson tombou em nossos corações; deu a sua vida em prol do restabelecimento do regime democrático". Não fazia ideia de que seria o contrário, que a morte do estudante desencadearia outros eventos que, ao invés de levar para a abertura, levaria a um fechamento ainda mais rígido. Também na página 15, a primeira manifestação que relaciona o estudante morto à ditadura vigente, por parte do deputado Aloísio Caldas, que teria dito: "deu sua vida em prol do restabelecimento do regime democrático".

Porém, em seguida, o veículo (*O GLOBO*, 29 mar. 1968, p. 15) apresenta discursos contrários aos estudantes, criticando um manifesto escrito por eles, o qual menciona a violência causada pelo imperialismo dos EUA em países menos desenvolvidos. A declaração teria afirmado que "o colega morto vai juntar-se a milhões de outros brutalmente assassinados nas garras do imperialismo no Vietnam e na Bolívia", o que causou revolta entre os deputados. No trecho, os estudantes são retratados como mal-agraçados, que tomaram uma atitude "deplorável" mesmo "depois de terem sido recebidos no Legislativo" e ganhado "apoio de todos os parlamentares". Aos estudantes são dados os sentidos de levianos e ingratos, cujas atitudes visam tirar proveito político da situação. Aliás, em diferentes momentos é ressaltada a preocupação das autoridades e do próprio jornal de que o caso seja explorado para fins políticos. Na mesma página, o impresso publica uma foto de uma órfã vietnamita, cujos pais teriam sido mortos durante ataque dos vietcongs. A imagem que circulou nos Estados Unidos, teria causado comoção nas famílias estadunidenses, as quais desejavam adotá-la ou ajudá-la financeiramente. Ou seja, ao lado da crítica dos estudantes à política dos EUA, que invadiam países e matavam sua população, um quadro expõe os vietnamitas que lutavam contra a invasão como ruins e os estadunidenses como um povo solidário, que se solidarizava com o sofrimento da criança.

Figura 3 - A órfã desaparecida

**PROVIDÊNCIAS**

O Deputado Rubem Cardoso, líder do Governo Acares, que se pronunciou recentemente para o encerramento da greve dos estudantes de outras escolas, mudou pelo Governador Negrão de Lima. "Acabei de me consultar com o General Sérgio Carlos, Secretário de Segurança, sobre o crime praticado contra o jovem estudante — aluno da Drazenbom e de outras que levaram alguma à polícia de crime tão

monstruosa. Não, do Governo, fazemos questão absoluta de que os culpados sejam identificados e punidos por um grande movimento". E explicou: "Existe um crime que é o voto em cassadeira e eu não quero saber por quem foi cometido. Ficar em uma valéria civis e não saber: não devemos atreder, ao mesmo tempo, com a barbárie contida".

**CONVITE A GREVE**

O movimento dos estudantes da Assembleia Legislativa continua. As 2 horas convocaram a fazer manifestações contra as autoridades, convocando todas as classes e greve geral no País, como protesto pela ocorrência de crimes contra os direitos civis. Alinharam os governos Federal e Estaduais de Guararapes, Itaboraí, representantes de "imperialismo americano" levantaram os estudantes de culpa pelo acontecimento, dando "a responsabilidade dos acontecimentos sobre a camarilha de gaitas, que hoje dirige o

País, e que é representada na Guanabara, pelo Sr. Negrão de Lima".

Os manifestantes reclamaram ainda, que a violência seja responsável com a violência, "mas a violência política do ditador aterroriza — dizem — mas a violência democrática e revolucionária do povo".

E acrescentaram: "Devemos lutar para que o ensino de nossos estudantes seja um marco do início da destruição da ditadura militar-repressiva pelo Poder Popular".

**COSTA E SILVA LAMENTA**

BRASÍLIA (O GLOBO) — Desde as primeiras manifestações do conflito que o Presidente da República vem acompanhando com interesse os acontecimentos da Guanabara, tendo sido informado das notícias pelo Ministro Costa e Silva, da Justiça. Tal informação foi dada a O GLOBO na noite de ontem, pelo Secretário de Imprensa da Presidência da República, Benedito Frazão Dutra. Explicou ainda que o Ministro da Justiça tornou providências em sua vasta competência com os conflitos. Disse finalmente que o Benedito Costa e Silva lamentou os acontecimentos e os seus resultados.

De universidades de Brasília que começaram ao pedido do Congresso Nacional apontaram que foi decretado greve geral, a partir de então, a 30 de março. Também da lavada Assembleia Geral semestral da cidade. Hoje, uma segunda manifestação à noite.

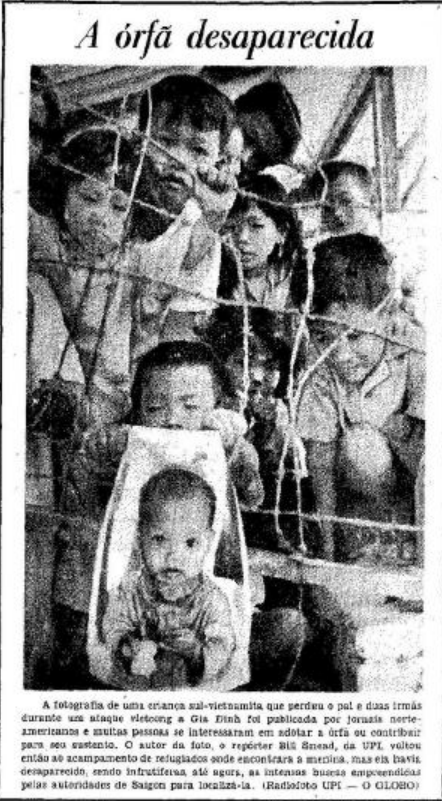
O Senador Aurélio Viana informou que presenciará hoje, no Senado, as declarações de líder da oposição negativa com o Congresso, discurso assinado no aniversário da crise que se verificou na Guanabara e solidariedade e esportividade da Governador Negrão de Lima se aplicou.

monstruosa. Não, do Governo, fazemos questão absoluta de que os culpados sejam identificados e punidos por um grande movimento". E explicou: "Existe um crime que é o voto em cassadeira e eu não quero saber por quem foi cometido. Ficar em uma valéria civis e não saber: não devemos atreder, ao mesmo tempo, com a barbárie contida".

verificou, o restaurante atende nos alamos dos indivíduos ainda não identificadas para a ilha do Fundão.

dirigiram um manifesto afirmando que a UPL trama o aumento das tropas e denunciando "o estado pre-

Demônios o restaurante. Há três meses muito lutando contra o Governador, mostrando a situação.



A fotografia de uma criança sul-vietnamita que perdeu o pai e duas irmãs durante um ataque vietcong a Gia Dinh foi publicada por jornais norte-americanos e muitas pessoas se interessaram em adotar a órfã ou contribuir para seu sustento. O autor da foto, o repórter Bill Sines, da UPL, voltou então ao acompanhamento de refugiados sendo encontrados a mercê, mas esta havia desaparecido, sendo infrutífera até agora, as intensas buscas empreendidas pelas autoridades de Saigon para localizá-la. (Radiotele UPL — O GLOBO)

Fonte: O GLOBO (29 mar. 1968, p. 14).

Um ponto que nos chama a atenção, embora latente nos textos de 29 de março de 1968, é o distanciamento entre o acontecimento e o governo federal. Em diversos momentos são abordadas as medidas tomadas pelo governador Negrão e a mobilização dos deputados, mas, sobre o presidente Costa e Silva, apenas é expresso (duas vezes) que ele lamentou “o acontecimento e suas consequências”. Não é mencionada diretamente a morte do estudante, e nenhuma declaração oficial é apresentada. As únicas relações entre a fatalidade e o regime ditatorial são feitas pelos deputados da oposição, ligados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No enquadramento realizado pelo jornal, a morte é relacionada aos governantes civis, não aos militares. Não é dada voz aos estudantes, que só aparecem rapidamente para relatar o episódio, mas sem poder opinar.

Além da breve menção na capa, o veículo não aborda mais o estudante Benedito Frazão Dutra, que foi ferido com tiro na cabeça. O jovem, cujo nome nem é citado pelo jornal, morreria alguns dias depois no hospital. Um porteiro do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que passava pelo local do conflito, também

foi atingido e não sobreviveu. Além deles, outros ficaram feridos à bala, mas sobreviveram. É difícil explicar porque algumas mortes ganham mais destaque do que outras, porque mexem com as pessoas mais do que outras. Talvez nunca consigamos explicar o que tornou o assassinato de Edson diferente, mas a sequência de acontecimentos nos ajuda a des(en)cobrir os sentidos atribuídos à sua morte.

### **5.1.2 “À custa de qualquer sacrifício”**

O falecimento de Edson, quase na véspera do aniversário da "Revolução", certamente trouxe um gosto amargo às comemorações dos militares. O quarto aniversário caiu em um domingo, dia em que não havia edição de *O Globo*, mas nas edições do dia 30 de março e 1º de abril (dia anterior e dia seguinte), o acontecimento do Calabouço era manchete. No dia 30 (*O GLOBO*, 30 mar. 1968, capa e p. 6), buscava-se o responsável pelo tiro: duas comissões foram constituídas para apurar a morte. O principal indicado como responsável naquele momento era o aspirante Aloísio Raposo, que deu entrevista ao jornal negando que ele ou os 25 soldados sob seu comando tenham matado o jovem. O veículo apresenta na capa foto do militar mostrando o capacete, que teria sido danificado por pauladas dos estudantes. O aspirante destacou, em sua entrevista, a superioridade numérica dos jovens, que eram mais de 500, segundo ele, como quem justificasse o uso de força pela polícia. Em diversos depoimentos das forças policiais é reiterado que os manifestantes iniciaram as agressões, que eram muitos e violentos, colocando no mesmo patamar adolescentes com paus e pedras e polícia treinada, com suporte de capacetes, cassetetes, gás lacrimogêneo e armas de fogo.

O general Osvaldo Niemeyer Lisboa, superintendente executivo da Polícia da Guanabara, disse em depoimento que não se aproximou do restaurante universitário e que recomendou energia, mas não violência ao pelotão. Aloísio Raposo afirmou ao jornal que quis retirar as tropas por causa da reação dos estudantes, porém não foi autorizado pelo general, o qual teria dito que "a polícia não pode bater em retirada". Segundo Niemeyer, em declaração para *O Globo*, os jovens são "uns pobres inocentes-úteis manipulados com facilidade por ideologias que vêm de fora" (*O GLOBO*, 30 mar. 1968, p. 6). Esse discurso seria recorrente dali para frente. Uma vez que criticar os secundaristas e universitários provavelmente colocaria a opinião

pública, feita em grande parte de pais, contra as autoridades, optou-se por criar a imagem de que o movimento estudantil era ingênuo e de que os subversivos de esquerda se aproveitavam disso.

Também foi destaque na edição do dia 30 (*O GLOBO*, 30 mar. 1968, p. 5), o cortejo de Edson ao cemitério São João Batista, do qual milhares de pessoas participaram. *O Globo* romantiza a "Valsa do adeus", na qual os estudantes, por vários quilômetros, "cansados, os olhos vermelhos do pranto e da revolta, a voz rouca de gritar nos comícios de rua o dia todo [...] conduziram nos ombros o esquize de Edson Luís à catacumba". Cartazes e vozes diziam "Edson poderia ser seu filho", gerando um sentimento de empatia aos pais que assistiam à procissão, mas também pediam "Abaixo a ditadura". O jovem foi enterrado com a bandeira do Brasil sobre o caixão e ao canto do hino nacional. Após a cerimônia, um estudante teria contado que o último pedido de Edson foi ser enterrado com as honras de um estudante da Guanabara (o jovem era retirante e pobre), em seguida enfatizando: "Agora, não queremos greve; não nos interessa a vingança. Queremos justiça, apenas". No que foi respondido por um colega aos gritos: "Queremos vingança, vingança".

Além do cortejo, o dia 29 de março foi marcado por passeatas e comícios que protestavam contra o assassinato de Edson Luís, os quais

[...] descambavam para ataques aos Governos Federal e Estadual, à Guerra do Vietnã e aos Estados Unidos. Muitos chegaram a pregar a revolução armada contra a "ditadura" [jornal coloca entre aspas a palavra sempre que é mencionada, deixando claro que é uma citação e não a opinião do veículo]. Um jovem que se anunciou como representante da extinta UNE disse que o policial apenas puxara o gatilho, mas quem matou o jovem Edson fora a "Ditadura que vem sufocando o País" (*O GLOBO*, 30 mar. 1968, p. 5).

No caminho para o cemitério, houve, segundo o jornal, depredações, queima de bandeira dos Estados Unidos, violência, "discursos, cada vez mais inflamados e agressivos" (*O GLOBO*, 30 mar. 1968, p. 5). Os textos mencionam o uso de velas e tochas improvisadas com jornais, como narra Ventura (2013).

"Dois agitadores notórios" teriam sido reconhecidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) (*O GLOBO*, 30 mar. 1968, p. 5). Mesmo se fossem alunos, pessoas relacionadas a movimentos de esquerda eram chamados de "agitadores infiltrados", como se a luta estudantil não pertencesse a eles também. O

diretor do DOPS, general Lucídio Arruda, declarou que a maioria dos estudantes que participaram do conflito foram iludidos pelos agitadores. Não fica claro se o conflito a que se refere era o conflito no Calabouço ou as manifestações do dia do enterro. Agora, o discurso que trata os jovens como inocentes iludidos por comunistas aparece em uma fala oficial, as autoridades adotaram a narrativa do general Niemeyer. Da parte dos militares, apesar de afastados, eles estariam acompanhando o desenvolvimento do caso cuja "responsabilidade é toda do Governo do Estado" (*O GLOBO*, 30 mar. 1968, p. 8). Até essa altura, o governo federal tenta manter-se desvinculado da crise.

A notícia do infortúnio ocorrido na Guanabara rapidamente se espalhou pelos outros estados. O Distrito Federal (DF) foi o primeiro a ter as manifestações cobertas pelo jornal *O Globo*, já no dia 30 de março, e pelos meses seguintes concorreria com o estado governado por Negrão pelo posto de maior dor de cabeça do governo federal. Em Brasília, uma passeata de estudantes, que contou com presença de deputados federais, e fora proibida pela polícia, teve repressão com gás e resposta com paus e pedras. O título da página 7 do jornal chama o protesto de "Comício Vietcong". Segundo o impresso, um manifesto distribuído pelos estudantes afirmava que "a polícia do governo Costa e Silva assassinou ontem, covardemente, com rajadas de metralhadora, um estudante na cidade do Rio de Janeiro", além de fazer outras críticas ao governo, inclusive sobre economia, saúde e educação, e chamava o povo para lutar contra o regime (*O GLOBO*, 30 mar. 1968, p. 7). Um bancário foi ferido a tiro pela polícia que tentava dispersar a passeata (*O GLOBO*, 30 mar. 1968, p. 8). Dois dias após a morte de Edson, a força militar continuava a atirar contra manifestantes, e em nenhum momento o jornal questiona a atitude. Apesar da violência utilizada pela polícia militar ainda hoje, por meio de balas de borracha, gás lacrimogênio, cavalos e cassetetes, soa absurdo o uso de armas de fogo na repressão de manifestações.

Também no DF, parlamentares abordaram o tema no Congresso Nacional. Enquanto deputados da ARENA classificavam o acontecido como "um problema regional e episódico", representantes do MDB responsabilizavam o governo Costa e Silva: "esse massacre não pode nunca ser encarado isoladamente. É o produto de um estado de espírito onde a força e a violência prevalecem sobre a razão, a lógica e a justiça", afirmou Aarão Steinbruch (*O GLOBO*, 30 mar. 1968, p. 7). Outro deputado do MDB, Aurélio Viana, lançou o primeiro discurso associando as

manifestações dos jovens no Brasil ao contexto mundial, qualificando-as como "luta de gerações": "é a luta da juventude inconformada com o atraso, a tirania, o ódio, a censura, o colonialismo militar e econômico, a falta de escolas, hospitais e moradias, o alto custo de vida, a violência, a guerra" (*O GLOBO*, 30 mar. 1968, p. 7).

A capa do dia 1º de abril, que deveria ser dedicada ao aniversário do regime, foi composta por ameaças, e não homenagens. A manchete principal, em letras que ocupam o primeiro quinto da página (*O GLOBO*, 1 abr. 1968, capa), adverte: "Exército manterá ordem e lei a todo custo". O texto de apoio reproduz o comunicado do Gabinete do Ministro do Exército, assinado pelo general Lyra Tavares, direcionado às forças militares, que recomenda que os comandos tomem providências para "manter a todo custo ordem e lei" contra possíveis manifestações "de orientação nitidamente comunista", que exploram o emocional da classe estudantil em cima da "lamentável e trágica morte ocorrida no episódio do restaurante Calabouço". A chamada direciona à página 3, que aprofunda a declaração e dá voz a outras autoridades. Oito meses antes, a narrativa do golpe dentro do golpe já estava desenhada: "Fontes das Forças Armadas informaram que a agitação dos últimos dias obedece a um plano geral de perturbação da ordem que vinha sendo organizado há vários meses para tumultuar as comemorações do quarto aniversário da Revolução e provocar um clima de insegurança tal que obrigue as Forças Armadas a interferir abertamente para restabelecer a ordem" (*O GLOBO*, 1 abr. 1968, p. 3).

Outra manchete, no centro da folha, expressa: "Presidente: subversão está pedindo sangue" (*O GLOBO*, 1 abr. 1968, capa). Em coquetel comemorativo ao quarto aniversário do golpe, Costa e Silva teria dito em seu discurso que trabalharia para manter a ordem a qualquer custo, segundo ele "Cumprimos o nosso dever [...] e havemos de cumpri-lo à custa de qualquer sacrifício". Ainda, teria dito "Ninguém mais que nós [o governo militar] respeita o idealismo dos estudantes, porque temos filhos, netos, e queremos que eles sejam homens dignos e jamais desordeiros badernistas" (*O GLOBO*, 1 abr. 1968, capa). A luta contra a violência do Estado era sinônimo de desordem. Na página 3, o jornal retoma o já exposto na capa e aprofunda com mais trechos da fala do presidente. A paz, argumento constante para atos de violência, também é citada: "Nós queremos a paz, nós queremos o trabalho e queremos a democracia real, a democracia respeitada. É povo, mas é povo

disciplinado. É povo que quer garantir a ordem neste País para que ele não caia no caos, nem na anarquia, nem na desgraça" (*O GLOBO*, 1 abr. 1968, p. 3).

Mais duas manchetes ilustram a tensão daquele aniversário. Em uma delas, o Ministro da Marinha, Almirante Augusto Rademacker, pronunciou-se de Brasília, em nota oficial sobre os "distúrbios da Capital", dizendo que se sentia no "dever de alertar os brasileiros, notadamente a mocidade das escolas, para o evidente trabalho de desagregação que vem sendo desenvolvido contra nosso regime, com técnica nitidamente comunista de lançar os estudantes contra as autoridades". Na outra, o vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, tentava amenizar a crise em entrevista ao *O Globo*, declarando que "apesar de medidas enérgicas terem sido adotadas [...] tudo vem sendo feito sem suspensão de franquias e direitos mediante a decretação de sítio" (*O GLOBO*, 1 abr. 1968, capa). Soa quase como uma ameaça, como se dissesse: "Vocês acham que está ruim, pois pode piorar". Aleixo, ainda, afirma ao jornal: "Durante os quatro últimos anos [...] nenhuma censura se lançou sobre a imprensa, e os tribunais estão abertos para a reparação de lesões, sendo suas decisões invariavelmente acatadas" (*O GLOBO*, 1 abr. 1968, capa). As declarações das autoridades ao longo daquele ano, sustentadas pelos editoriais de *O Globo*, teciam um imaginário enraizado na hipocrisia - não havia censura, não havia planos de novos atos, não havia violência do Estado, apenas resposta aos agitadores comunistas, a "Revolução" era democrática e salvara o país da "ditadura comunista".

### **5.1.3 "Pare, em nome de Deus"**

As manifestações permaneceram atividade diária nas principais capitais do país. O jornal apresenta notas de movimentos em Goiás, em Minas Gerais, no Ceará, entre outros estados, todas elas terminando em conflitos causados pela repressão policial. Em São Paulo, único estado dos descritos em que os protestos ocorreram com autorização do governador, as passeatas transcorreram com tranquilidade, sem feridos. Na Guanabara, as manifestações eram repreendidas com a mesma violência que matou Edson Luís, e a resposta dos estudantes era à altura. Em 2 de abril, o editorial na capa de *O Globo*, intitulado "Inimigos do Brasil", critica pela primeira vez os movimentos, afirmando que quase não continham estudantes, mas sim "guerrilheiros urbanos", e pediu que "a mão da lei caia firme sobre esses

inimigos do Brasil". As fotos que ilustram a capa mostram manifestantes virando um carro e pessoas enfrentando o gás lacrimogêneo da polícia.

Figura 4 - Violência nas ruas do Rio de Janeiro em 1º de abril



Fonte: *O GLOBO* (2 abr. 1968, capa).

Três manchetes se destacam. A primeira delas, "A polícia domina a mazorca e entrega a cidade ao exército", aborda os eventos no Rio de Janeiro com saldo de dois mortos, dezenas de feridos e mais de duzentas prisões, chamando os protestantes de "desordeiros" e "agitadores infiltrados nos meios estudantis". A segunda, "Costa e Silva: Caos não volta", apresenta declaração do presidente: "Manteremos o atual regime revolucionário de qualquer forma. Não cederemos à desordem e à baderna" (*O GLOBO*, 2 abr. 1968, capa); em um país cujo lema é "Ordem e Progresso", qualquer pensamento divergente torna-se um ataque aos interesses nacionais. Finalmente, "Um morto à bala em Goiás e ameaça de mais tumulto" (*O GLOBO*, 2 abr. 1968, capa), aborda a confusão testemunhada em



Goiânia com um homem de 25 anos morto e muitos feridos, inclusive policiais. Uma foto-legenda também ilustra a capa da edição de 2 de abril, na qual aparece (segundo o texto) um policial baleado na cabeça.

Figura 5 - Policial baleado em 1º de abril



### Tiro na cabeça

O que houve ontem na cidade não foi uma passeata estudantil com os cartazes e as faixas habituais; os manifestantes que saíram às ruas usaram armas de fogo, fizeram o seu primeiro ensaio de guerrilha urbana. A foto mostra um PM baleado na cabeça e que se encontra hospitalizado em estado grave. A periculosidade da situação levou o Ministro da Justiça, Gama e Silva, a requerer a intervenção do I Exército.

Fonte: O GLOBO (2 abr. 1968, capa).

Nos dias seguintes, o caos que não voltaria, segundo Costa e Silva, continuava estampando as páginas do jornal, fazendo com que o discurso do governo começasse a vacilar. Em 3 de abril o presidente já estaria "disposto a tomar medidas de exceção", informação vazada dos bastidores à publicação, sendo negada mais tarde. O *Globo* continuava a pedir firmeza das autoridades e a criticar os manifestantes. No editorial "Basta de agitação", o impresso ataca os "agitadores", o legislativo e a Frente Ampla, enaltecendo o governo militar, que "procurou conciliar, apaziguar. Realizou uma obra apreciável". (O GLOBO, 3 abr. 1968, capa).

Já no editorial do dia 4, "Massa e democracia", argumenta que "o poder irracional das massas não é o poder democrático" – democracia, para o veículo, implicava em autoridade. Na mesma edição, noticia-se que "um verdadeiro arsenal de revólveres e diversas armas brancas", bananas de dinamite e bombas molotov teriam sido encontradas no Calabouço, na Universidade Rural e no poder de manifestantes presos. O exército apresentava os materiais, além de cartazes e manifestos, como "provas do movimento subversivo". (*O GLOBO*, 4 abr. 1968, capa). A tecnologia do imaginário desenha o perfil dos contrários ao regime: bandidos comunistas armados.

No dia 4, os textos abordam, também, as investigações sobre o caso do Calabouço, com informação de que a bala que atingiu Edson teria ricocheteadado da parede do restaurante universitário. A Frente Ampla também foi pauta por causa de um manifesto em que "encoraja" os radicais a investirem contra governo e "Revolução" (*O GLOBO*, 4 abr. 1968, capa e p. 6). Na página 7, texto sem assinatura, em tom opinativo, versa sobre o manifesto e seu autor, Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara, que apoiara o golpe por ser opositor político de Jango, mas se virara contra o regime ao perceber que não teria apoio político deste - Lacerda ambicionava concorrer às eleições presidenciais. *O Globo* (4 abr. 1968, p. 7) afirma que o documento continha "as tradicionais incoerências" de Lacerda e relembrou declarações do político de 1964, momento em que criticava duramente a esquerda e os movimentos estudantis. Na mesma pauta, o jornal salienta:

Ninguém ignora que o enterro do jovem Edson Luís e, depois, a passeata proibida pelas autoridades tiveram o comando de agitadores e subversivos obedientes ao que determinava um grupo de baderneiros fiéis às instruções de um órgão extinto e que até 31 de março de 1964 chamou-se de UNE (*O GLOBO*, 4 abr. 1968, p. 7).

Trechos como este, juntos da necessidade de, sempre que mencionada, lembrar que a União Nacional dos Estudantes foi proibida pelo governo, demonstram a opinião do veículo sobre os movimentos estudantis e explicitam que, quando o jornal fala em "agitadores comunistas", inclui quaisquer jovens, mesmo matriculados, que se mostrem contrários ao governo militar.

Na página 10, da mesma edição (*O GLOBO*, 4 abr. 1968), o título "Davi sepultado no Méier sem passeata e discurso", deixa evidente o elevado patamar que as reações pela morte de Edson alcançaram. O enterro do jovem morto por um tiro durante as manifestações do dia 1º de abril reuniu centenas de estudantes, mas não

teve a dramaticidade e a revolta do funeral de Edson. Essas diferenças marcam o excesso de significação alcançado pelo assassinato ocorrido no Calabouço, embora não fique claro, de imediato, o que causa a distinção nas reações. A primeira teoria a que chegamos é de causa-reação, os estudantes criam um grande caso (legítimo) a partir da morte de Edson, que é respondido com grande energia pela polícia, fazendo com que os jovens revidem com maior violência, e assim por diante, tudo sendo nutrido pelas manchetes dos grandes jornais, afluentes das bacias semânticas. A nota que o sepultamento de Davi recebeu é proporcional às manifestações daquele dia, pequena, sem destaque. A morte dele não foi capa, pois esta estava ocupada com os desdobramentos do primeiro caso. Enquanto o jornal dá algumas linhas para o enterro de Davi, as preocupações do governo com a missa de 7º dia de Edson estão em letras garrafais como manchete. Assim como acontece com o imaginário, a sequência de evento e cobertura deles pelas tecnologias do imaginário funcionam a partir de retroalimentação.

Se na véspera da missa de 7º dia, o exército já tinha ameaçado as honrarias ao afirmar "trataremos arruaceiros como inimigos da pátria" (*O GLOBO*, 4 abr. 1968, capa), pressupondo que haveria confusão, poucas eram as possibilidades de que o dia transcorresse em paz. Dia 4 de abril de 1968 foi uma data marcante para o mundo, para o Brasil e para o jornalismo brasileiro: Martin Luther King foi assassinado nos Estados Unidos, morreu Assis Chateaubriand e também ocorreu um dos episódios de maior violência policial de nossa história recente. Na capa d'*O Globo* do dia seguinte (5 abr. 1968), os três acontecimentos viraram notícia, mas o último ganhou muito mais destaque. Com fotos ilustrando o uso indiscriminado de força pela PM, a manchete narra a intervenção do clero, que evitou que a situação fosse ainda pior. O ocorrido já foi detalhado no capítulo 2 deste trabalho, por isso acreditamos não ser necessário retomar a cronologia daquele dia, o que nos interessa, no momento, é o evento sob a perspectiva do jornal, embora esta não seja muito diferente da ótica historiográfica.

"Intervenção dramática de alguns sacerdotes [...] impediu conflito de graves proporções", conta o veículo em sua capa (*O GLOBO*, 5 abr. 1968). Na página 10, a narrativa é dramática: "'Pare, em nome de Deus'. Com este grito, Padre Luciano, a figura esbelta coberta pelas vestes alvas de celebrante, atirou-se, os braços abertos, de encontro ao sabre que o oficial-comandante da Cavalaria da Polícia já erguia acima da cabeça". De forma repetitiva, com muitos detalhes, o acontecimento é

noticiado, inclusive com o pós, quando, sem a presença do clero, a polícia foi atrás para agredir os participantes da celebração que já se dispersavam. O impresso relata que a PM ainda agiu com alguma restrição, apesar de grande violência, mas o DOPS nem isso, e como exemplo cita a agressão sofrida por um padre que ainda conduzia os jovens: "Padre Guy foi um dos primeiros a ser agredido por vários agentes do DOPS, que, enquanto os espancavam, gritavam palavras de baixo calão" (*O GLOBO*, 5 abr. 1968, p. 10).

O editorial (*O GLOBO*, 5 abr. 1968, capa) também aborda o "Milagre na Candelária", mas tenta justificar a violência ao afirmar que fora da igreja os policiais "temiam", afinal "vários deles participaram há dias de outro conflito". O texto releva a ação: "medidas preventivas das autoridades [...] necessariamente aparatosas", pois "certamente, alguns agitadores ali estavam". Apesar disso, enaltece a intervenção desses padres, sem perder a oportunidade de alfinetar outros com os quais não concorda: "Quando tantos sacerdotes, infelizmente desgarrados e entregues à luta de classes, procuram conduzir seus rebanhos à revolta", os intervencionistas fizeram uma tarefa "pacificadora".

As tensões do dia 4 de abril deixaram todos atentos, no Congresso, temia-se o sítio, "apreensivos ante ao rumo que o País poderia tomar", senadores e deputados optaram por suspender o recesso da Semana Santa. Houve conflitos em João Pessoa, Recife, Salvador e Brasília. Nesta última, estudantes ocuparam a Assembleia por sete horas, já na capital da Paraíba, diversas pessoas foram feridas a bala (*O GLOBO*, 5 abr. 1968, capa e p. 9). As declarações do governo federal contribuía para o clima, no dia 6 abril o presidente se reuniria com chefes militares no Rio de Janeiro para examinar a situação nacional, o encontro poderia culminar em "medidas de defesa da Revolução", falas de ministros indicavam apoio de parte da cúpula ao "reforçamento da Revolução". De Bagé, Costa e Silva declarava "não temer as consequências da liberdade" e que, em seu governo, a liberdade de palavra era "acintosamente abusada" (*O GLOBO*, 5 abr. 1968, capa e p. 3).

#### **5.1.4 "Nunca dentro daquela agremiação espúria"**

Em abril, a Frente Ampla havia se tornado um alvo para a fúria do governo, que projetava a responsabilidade da crise política no movimento. Embora, no dia 5, o jornal *O Globo* afirmasse que em Santo André, em São Paulo, a Frente Ampla

havia sido vaiada, o que demonstrava a baixa popularidade do grupo, o regime buscava a quem culpar. A edição do dia 6 de abril expressa: "Frente Ampla dá prisão até a parlamentares". O texto noticia a portaria "pela paz e honra nacional", que proibiu as atividades e "determinou a prisão em flagrante de todo aquele que for surpreendido na pregação daquele movimento nascido do entendimento do Sr. Carlos Lacerda com dois políticos *banidos* pela Revolução: os Srs. Jucelino Kubitschek e João Goulart". O jornal explica que a própria formação da Frente ia contra as determinações legais do AI-2, uma vez que JK e Jango foram cassados pelo regime por 10 anos e o ato prevê cassação a quem "desenvolver atividade política ou der divulgação a pronunciamentos" de pessoas cassadas. Além desse motivo, o texto destaca, justificando a medida, que Lacerda pregava a derrubada do governo em seus pronunciamentos (*O GLOBO*, 6 abr. 1968, p. 6, grifo nosso). Para o secretário de Segurança do Distrito Federal, coronel Jurandir Cabral,

O que aconteceu nos últimos dias em todo o país foi nada mais nada menos do que o resultado do trabalho de desagregação desenvolvido há muito tempo pelo Sr. Carlos Lacerda nos meios universitários. [...] Quem não entendeu a frente ampla no começo, sabe agora porque ela foi criada: para sensibilizar todas as tendências no meio estudantil, que seria o estopim da baderna em todo País (*O GLOBO*, 6 abr. 1968, p. 6).

Ou seja, para ele, a culpa pelas manifestações não é da violência policial e da morte de Edson Luís, muito menos da insatisfação genuína da população com o governo, e sim da formação da Frente Ampla. No mesmo sentido, o ministro da Justiça, Gama e Silva, declarou "que aqueles que não estão com os seus direitos políticos suspensos poderão exercê-los em sua plenitude, mas nunca dentro daquela agremiação espúria [Frente Ampla]" (*O GLOBO*, 6 abr. 1968, p. 6). Também afirmou que o governo faria tudo o que fosse preciso para preservar a ordem pública, ameaçando: "Se necessário, a Revolução retomará os instrumentos precisos, adotados em sua primeira fase, para garantir as suas conquistas" (*O GLOBO*, 6 abr. 1968, p. 6). Como veremos, a medida não solucionou ou sequer diminuiu a crise política no país. Apesar do discurso responsabilizando o movimento de Lacerda e companhia, a revolta dos jovens tinha outras origens. O regime continuaria caçando influenciadores ao invés de admitir, mesmo que internamente, que os estudantes tinham senso crítico suficiente para decidirem ser contra um regime autoritário.

### 5.1.5 "Estão fazendo o jogo de quem deseja conturbar a vida do país"

No ano de 1968, a vanguarda da luta social foi representada pelos estudantes em todo o mundo, mas movimentos operários também estiveram em combate em muitos países. No Brasil, além da crise política, o país enfrentava uma crise econômica, e os trabalhadores sofriam com a política de arrocho salarial adotada pelo governo. O primeiro grande movimento de resistência dos operários ao regime militar eclodiu na cidade mineira de Contagem. A greve iniciou no dia 16 de abril, na Companhia Belgo-Mineira, com cerca de 1200 trabalhadores parados, mas só foi mencionada no *O Globo* quase uma semana depois, no dia 22. O título da página 3 informa: "Greve operária em Minas alastra-se ao Interior"; e o texto explica um pouco do movimento, asseverando que seria ilegal. Àquela altura, havia cerca de 7 mil assalariados em greve, segundo o jornal, que reivindicavam 25% de abono salarial. O ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que estava em Belo Horizonte para resolver o problema, afirmara que "o acordo salarial estava em vigor e que os operários estavam 'fazendo o jogo de quem deseja conturbar a vida do país'" (*O GLOBO*, 22 abr. 1968, p. 3).

No meio tempo entre a proibição da Frente Ampla e a divulgação da greve em Contagem, pouco evoluiu a crise política nacional. Voltando atrás de declarações dadas por membros de sua equipe, no dia 8 de abril, Costa e Silva afirmava que não haveria sítio ou novo ato. No dia seguinte, 9, o jornal fazia um balanço dos prejuízos causados pelas manifestações, que equivaleria ao salário de um mês de mais de um milhão de operários, segundo Ministério da Fazenda. Nesse período, estourou a revolta de estudantes em Berlim e o papa se manifestou sobre a Guerra do Vietnã, pedindo trégua entre as partes (*O GLOBO*, 8, 9 e 15 abr. 1968). No dia que iniciou a greve em Minas, era noticiado um ataque à bomba no Quartel General (QG) do II Exército, no centro de São Paulo, era o terceiro atentado com explosivos em 15 dias na cidade (*O GLOBO*, 16 abr. 1968). Na edição do dia 17 de abril, o editorial "O papel do vilão" é o primeiro de muitos a criticar o governo de Costa e Silva – ao longo do ano, o jornal dedicaria inúmeros editoriais para demandar mais dureza em defesa da "Revolução". O veículo fala em "omissão da área política", que o "Governo limita-se a replicar" o adversário, que a "Revolução" precisa ser mais firme. Critica, inclusive, a demora na tomada de medidas contra a Frente Ampla. Mas finaliza afirmando que, com a crise, as Forças Armadas são o meio de defesa, embora isso

causasse como preço político o desgaste dos militares e, por consequência, da própria "Revolução". O jogo político deveria ser determinado pelo governo, de maneira a evitar que o exército tivesse que ir às ruas (*O GLOBO*, 17 abr. 1968, capa).

Em 18 de abril, o problema do Calabouço estava encerrado, acreditava o governo ao decretar o fechamento oficial do restaurante e criar uma bolsa alimentação. Além disso, anunciou-se que 68 municípios teriam prefeitos por nomeação, o argumento utilizado foi os municípios eram territórios de divisas ou regiões que necessitavam sinergia com o governo federal. No entanto, na prática, os territórios coincidiam com zonas em que o MDB saía melhor nas eleições, denunciava a oposição (*O GLOBO*, 18 abr. 1968). No dia seguinte, uma nota deixava claro o posicionamento da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no período. "Ato do Sindicato Reprovado na ABI" informava que a entidade suspendeu realizações de assembleias do Sindicato dos Jornalistas Profissionais na sede da ABI depois de reunião "em que os jornalistas decidiram promover atos de protestos contra a prisão e espancamento de alguns profissionais, durante os movimentos estudantis do início do mês" (*O GLOBO*, 19 abr. 1968, p. 7). A ABI, que foi contra a manifestação, assumia descaradamente seu papel de "jornalismo do mato" (LARANGEIRA, 2015).

Também no dia 19, *O Globo* replicou um editorial publicado no dia anterior no *Jornal do Brasil* (18 abr. 1968, p. 6). Segundo os jornais, que compartilham a opinião, uma nova passeata que estaria sendo organizada pelos estudantes com "o pretexto" de reivindicar a reabertura do Calabouço, seria "na verdade destinada a tentar reacender o clima de tensão que só interessa à facção aventureira, empenhada em arrastar os estudantes à agitação política". Declara, ainda, que "o governo não pode consentir e que tem o dever de impedir com a devida antecedência". A redação continuava afirmando que o Calabouço era uma "anomalia", um "centro de agitadores", e que teria sido comprovado que a maioria dos frequentadores não era estudantes (*JORNAL DO BRASIL*, 18 abr. 1968, p. 6; *O GLOBO*, 19 abr. 1968, p. 13). O que chama a atenção é que, pela primeira vez, o estatuto de estudante de Edson Luís é questionado:

Por último, sucedeu o episódio que em fins de março resultou na morte do rapaz que, é fato irrecusável, nunca chegou a ser estudante: era apenas faxineiro do restaurante e se preparava num curso, pelo qual ninguém é

responsável. [...] Tinha era carteira de estudante, para as refeições e abatimento nos cinemas. Quando se deram os fatos lamentáveis, não houve dados nem tempo para o esclarecimento da opinião pública, perturbada emocionalmente pelo aspecto dramático da manifestação que se seguiu. [...] Por trás do que havia, esconde-se um tesouro de informações que a opinião pública precisa conhecer, para vacinar-se contra o emocionalismo e distinguir nitidamente entre a causa da Educação, que é o imperativo de salvação nacional, e a questão ideológica e política falseada em nome dos estudantes, esta apenas caso de polícia (*JORNAL DO BRASIL*, 18 abr. 1968, p. 6; *O GLOBO*, 19 abr. 1968, p. 13).

O ataque ao restaurante continua na página 15 do jornal de Marinho com o título “Escola do Calabouço Fazia Pregação Pró Luta Armada”. A reportagem expõe que quando não havia aula no Instituto Cooperativo de Ensino do Calabouço (ICE), que funcionava no restaurante, os líderes estudantis Elinor Brito, Vladimir Palmeira e Dirceu Regis pregavam o “ódio contra o governo norte-americano, a tomada do poder pelas armas, a exaltação de líderes comunistas”, com a “conivência” da direção e de alguns professores. Segundo o relatório, do qual o jornal obteve a informação, o ICE foi criado por sugestão de elementos “sabidamente comunistas”, com a finalidade de reunir um grande número de jovens, principalmente das classes menos favorecidas, para doutrinação. O texto reforça a declaração do editorial: “Grifado em vermelho no relatório está a informação de que o jovem Edson Luís, morto a tiros no dia 28 do mês passado no conflito entre comensais do calabouço e a polícia, **não era aluno do Instituto Cooperativo de Ensino**” [assim mesmo, em negrito]. O relatório, ainda, afirma que no dia de sua morte, Edson teria sido espancado por um aluno do ICE (*O GLOBO*, 19 abr. 1968, p. 15). Cria-se a ideia de que os próprios estudantes teriam problemas com Edson, o que poderia sugerir que ele pudesse ter sido morto por causa disso, e que era de interesse dos estudantes uma morte como pretexto para criar a crise política. Mais para o fim do ano, essa teoria se fortalece, o DOPS afirmaria que estava no plano dos “subversivos” a necessidade de um mártir.

Na segunda quinzena de abril, o governo enfrentava uma crise política, com as manifestações em todo o país, uma crise econômica, com trabalhadores se organizando em uma grande greve, e uma crise institucional por divergências entre o Executivo federal e o Legislativo da ARENA. No dia 22, *O Globo* noticiava: “Crise institucional terá desfecho em curto prazo”, o jornal se refere ao “descompasso entre o Governo e a ARENA e por idêntica falta de homogeneidade necessária para uma ação partidária eficaz, tanto nesta quanto no MDB”. O veículo narra a



"marginalização da classe política", que não contava com o "suporte popular imprescindível à sua afirmação no poder", e a "consequente falta de sintonia" entre os poderes, com pouco êxito na "desobstrução dos canais de entendimento entre o Executivo e a ARENA". Dois projetos governamentais, o de sublegendas (que propunha três subpartidos em cada um dos dois partidos autorizados) e o que incluía 68 municípios em uma "faixa de segurança" (na qual governadores indicariam os prefeitos) intensificavam a tensão entre as partes, pois colocavam o partido governista na obrigação de fazer passar iniciativas que não eram de interesse dos parlamentares (*O GLOBO*, 22 abr. 1968, p. 4). Apesar do título, o jornal não indica no texto como ou por que haveria um desfecho próximo, apenas semeia a ideia de que a atividade do Legislativo já não era segura à gestão federal.

A partir da primeira nota sobre a greve em Contagem (*O GLOBO*, 22 abr. 1968, p. 3), o abono salarial passou a figurar em praticamente todas as edições, até ser efetivado no dia 1º de maio. No dia 23 de abril, foi anunciado que um aumento sobre o último reajuste seria concedido no Dia do Trabalhador e valeria até a data do próximo reajuste. Também nesse dia, era noticiado que a greve em Minas havia sido aderida pela oitava fábrica, somando 13 mil trabalhadores parados, e que o Sindicato dos Metalúrgicos teria perdido o controle, apesar de querer aceitar o acordo proposto pelo Ministro do Trabalho, os trabalhadores não concordavam (*O GLOBO*, 23 abr. 1968, p. 7). No dia 24, a proposta de abono foi detalhada em textos com declarações dos ministros do Planejamento e do Trabalho e do senador autor do projeto provisório. O ministro do Trabalho, que permanecia em Belo Horizonte, teria dado 24 horas para os trabalhadores finalizarem a greve "ilegal", já o ministro do Planejamento teria afirmado que não havia nada de concreto sobre o percentual do abono. Ao lado das matérias, um editorial do jornal critica a medida, pois deixaria o salário 5% maior que a inflação, e chamava a atenção para as divergências nos discursos dos ministros (*O GLOBO*, 24 abr. 1968, p. 2). O editorial "Descoordenação geral", no dia seguinte ao abono, também abordaria a falta de homogeneidade e coesão do governo, citando como exemplo esse episódio. "O governo precisa urgentemente transformar-se em equipe", declara o veículo (*O GLOBO*, 2 mai. 1968, capa). O fim da greve de Contagem é mencionado no dia 25 de abril, o movimento "ilegal", destaca o jornal, "paralisou 16 fábricas [...] e deu um prejuízo estimado em 10 milhões de cruzeiros novos" (*O GLOBO*, 25 abr. 1968, p. 9). O abono saiu no dia

1º de maio, Dia do Trabalhador, sem ônus para as empresas, foi descontado das contribuições à Previdência Social.

Com duração muito menor, a greve de Osasco recebeu espaço em apenas uma edição, em 17 de julho, dia seguinte à paralisação. A capa da edição destaca: “Greve ilegal em Osasco: Força Pública intervém” (*O GLOBO*, 17 jul. 1968, capa). O texto na página 11 narra que cerca de três mil operários pararam seis fábricas na cidade paulista, destacando novamente a ilegalidade da manifestação. “O vizinho Município de Osasco transformou-se, a partir de ontem, no ponto de atração das atenções das autoridades, com a deflagração inesperada de um movimento grevista totalmente ilegal”, afirma o *lead* da matéria, a qual seguia descrevendo os acontecimentos desde o início da greve até a intervenção da tropa de choque que terminou com a paralisação (*O GLOBO*, 17 jul. 1968, p. 11).

Na cobertura dos dois levantes predomina uma abordagem econômica. Algumas frases indicam que os movimentos poderiam influenciar outros trabalhadores e colaborar para as tensões políticas, mas, no geral, há um distanciamento entre eventos e possíveis insatisfações com o governo. Em 30 de abril, uma matéria insinua que a greve de Contagem poderia ter sido influenciada por “diplomatas de países socialistas” (*O GLOBO*, 30 abr. 1968, p. 6), mas não se toca mais no assunto, nem após a paralisação em Osasco. Só em setembro, quando ganha peso a narrativa de que forças comunistas estariam por trás das manifestações estudantis, que o assunto é mencionado novamente. O ministro do Trabalho afirmava que havia um “plano de agitação no país [...] destinado a desencadear greves e atos de violência sob o pretexto de reajustar salários das categorias profissionais mais organizadas” (*O GLOBO*, 11 set. 1968, capa). A notícia é gancho para o editorial da data reiterar a necessidade do governo ter mais firmeza.

### **5.1.6 “Só a esquerda, obedecendo a orientação estrangeira, pode organizar tais atentados”**

Quando a greve de Contagem foi noticiada, as manchetes falavam de ataques a bombas em São Paulo. Sobre os atentados, o governador do estado, Abreu Sodré, dizia acreditar que faziam parte de um movimento visando à derrubada do governo e do regime. Para a PM e para o DOPS, os atentados foram organizados por “profissionais que se encarregam de treinar subversivos e desordeiros comuns,

interessados na tranquilidade pública” (*O GLOBO*, 22 abr. 1968, capa). Realmente, documentos guardados pelo Superior Tribunal Militar (STM) revelaram que os interessados na tranquilidade pública eram profissionais, membros de alas mais conservadoras das Forças Armadas, que queriam que a ditadura fosse ainda mais dura. O que já era desconfiado por historiadores e outros estudiosos veio a público em 2018 em reportagem da Agência Pública (QUADROS, 2018), que teve acesso a cerca de 10 mil páginas de depoimentos, relatórios oficiais, entre outros papéis.

Na cadeia de comando do grupo se destacam um general da reserva Paulo Trajano da Silva, que se dizia amigo pessoal do então presidente-ditador Artur da Costa e Silva, e, na linha de frente do plano, um complexo personagem, Aladino Félix, conhecido como Sábado Dinotos, líder da seita, mentor e também autor dos atentados.

Formado por 14 policiais da antiga Força Pública (como era chamada à época a Polícia Militar de São Paulo), todos seguidores fanáticos de Aladino Félix, *o grupo executou 14 atentados a bomba, furtou dinamites de pedreiras e armas da própria corporação, além de praticar pelo menos um assalto a banco*, plenamente esclarecido. Foram os pioneiros do terrorismo, e os responsáveis pela maioria das ações terroristas registradas no período – um total de 17 das 32 contabilizadas pelos órgãos policiais (QUADROS, 2018, on-line, grifo nosso).

Acima, grifamos no trecho da reportagem de Quadros (2018) casos que estamparam as capas do jornal *O Globo* em 1968, sempre atribuídos pelas autoridades a lideranças comunistas. O primeiro documento a mencionar a responsabilidade da extrema-direita nos atentados é um relatório de Sidney Benedito de Alcântara, do DOPS, de 18 de dezembro de 1968, feito a partir de prisões efetuadas em agosto do mesmo ano. No dia 22 desse mês foi preso o líder do movimento, Aladino Félix, que em um manuscrito afirmou receber ordens da Casa Militar do Palácio do Planalto, de responsabilidade de Jayme Portella, e de fontes do Ministério da Justiça - chefiado por Gama e Silva, reconhecido pela historiografia como um dos militares que exerciam grande pressão para que Costa e Silva tomasse medidas mais duras - através da Polícia Federal. Houve atentados de esquerda, mas a documentação indica que os primeiros ataques (e a maioria deles) foram efetuados por pessoas ligadas ao regime (QUADROS, 2018).

Notícias sobre ataques terroristas ocuparam as páginas d'*O Globo* durante boa parte do ano. Em 23 de abril, o general Sizeno Sarmiento, comandante do II Exército, já dizia que os ataques terroristas eram obra de comunistas. “Só a esquerda, obedecendo a orientação estrangeira, pode organizar tais atentados”, afirmou ele. De Brasília, o vice-presidente Pedro Aleixo fazia coro com o general: “o

surto de atentados a bomba demonstra claramente a existência de um plano subversivo destinado a derrubar o governo e substituir o regime político, social e econômico vigente”. Aleixo sustentou a tese de que o Brasil vivia uma "democracia tipicamente representativa", embora a imprensa tentasse "incutir na opinião pública" a imagem de que se vivia sob uma ditadura de caráter militarista, o que "absolutamente" não ocorria, segundo o vice (*O GLOBO*, 23 abr. 1968, p. 6). No dia seguinte, mais uma autoridade aderiu ao discurso que responsabilizava a esquerda pela violência. Mourão Filho, presidente do Superior Tribunal Militar “e um dos líderes do movimento de 31 de março de 1964” declarou “estar certo de que os recentes atentados extremistas ocorridos em São Paulo, com a explosão de bombas, fazem parte de um sistema que visa a derrubada do Governo e o alijamento da Revolução”. Ele relacionou as explosões com roubos de bancos, dizendo que “trata-se, apenas, de subversivos à procura de recursos para subversão”. Por fim, o general afirmava ser urgente uma providência do governo e garantia que “não interessaria o clima de agitações” aos extremistas de direita (*O GLOBO*, 24 abr. 1968, capa e p. 6).

Também em 24 de abril, o governo criava a ilusão de que a situação com os jovens manifestantes estava se resolvendo. A capa desse dia informa: “Estudantes: criado clima para diálogo”. Uma manifestação contra o fechamento do Calabouço que aconteceu com autorização e sem interferência policial, mas com um batalhão de longe atento à necessidade de ação, teria aberto um canal de diálogo entre o executivo e as lideranças estudantis. O acordo feito em uma reunião entre Vladimir Palmeira, presidente da “Ex-UME” (União Municipal dos Estudantes), e a cúpula da Secretaria de Segurança exigia que os jovens não promovessem nenhuma passeata ou manifestação de rua. O jornal dizia que “assessores do Ministro da Educação acreditam que, de agora em diante, a tensão no meio estudantil tenderá a se dissipar”. Edson Luís foi citado nos discursos do ato, Luís Travassos, líder estudantil, afirmou que a morte do estudante foi um símbolo de luta em todos os campos. Um dos responsáveis pelos discursos, Elinor Brito, presidente da FUEC (Frente Unida dos Estudantes do Calabouço), exigiu a reabertura do Calabouço e orientou os estudantes a recusarem a bolsa-alimentação oferecida pelo governo. Ao final da concentração, agentes do Serviço Secreto da Polícia Militar tentaram prendê-lo, sem sucesso (*O GLOBO*, 24 abr. 1968, capa e p. 14). Chama a atenção a diferença entre a liberdade que temos hoje, 50 anos depois, e essa situação, parece absurdo

estudantes precisarem de autorização para se concentrarem em frente a um restaurante universitário, ainda mais com policiais observando de longe.

Na página 6 (*O GLOBO*, 24 abr. 1968), um deputado da ARENA, Edilson Távora, tinha um discurso mais coerente ao criticar o "otimismo do governo". Para ele, "a nação não se apresenta inconformada pelo simples fato de querer hostilizar o governo [...] Tão pouco a sociedade popular pode ser confundida com ação de quem dela faz uso político". Segundo o deputado, o governo teria todos os instrumentos para controlar a situação e o apoio do Legislativo, mas faltaria fazer a "mea culpa": "Criou-se, para a manutenção das posições, a figura do 'apolítico', que de quando em quando ressurgue na história brasileira" (*O GLOBO*, 24 abr. 1968, p. 6), ressaltou – lembrando a conjuntura política de nossa atualidade. E continuou, quase como uma profecia:

Esqueceu-se de que política é a arte de governar, e que todo governo tem que definir os rumos políticos. Que é através da ação permanente das correntes políticas que o Governo obtém o apoio popular indispensável. Esqueceu-se que o Presidente da República, sem opinião pública, fica apoiado em grupos e, com o tempo, à sua mercê (*O GLOBO*, 24 abr. 1968, p. 6).

O regime militar sobreviveria à crise política de 1968 com o golpe certo dado por meio do AI-5, mas o mesmo não aconteceria com Costa e Silva, que, doente, cairia no ostracismo e seria rapidamente substituído.

### **5.1.7 “O povo organizado derruba a ditadura”**

O maio de 1968 no Brasil foi de tensão, mas, no saldo dos acontecimentos, foi um dos meses mais calmos do ano. No primeiro dia do mês (*O GLOBO*, 2 maio 1968), o inquérito sobre o Calabouço já atingia 258 páginas e a teoria dos órgãos de segurança nacional, naquele momento, era de que a Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS) estaria por trás das revoltas. As autoridades diziam ter provas de que os movimentos contavam com "a participação ativa de diplomatas dos países socialistas", que estariam direcionando seus esforços especialmente às universidades e às alas dissidentes dos sindicatos brasileiros, argumento que corroborava a declaração dada pelo Ministro do Trabalho ao jornal (*O GLOBO*, 30 abr. 1968, p. 6), afirmando que a greve dos metalúrgicos mineiros teria um papel contrarrevolucionário. O 1º de maio foi palco de protestos em muitas capitais, apesar

do abono salarial concedido. Em São Paulo, manifestantes arremessaram pedaços de ferro no palanque montado na Praça da Sé, ferindo o governador Abreu Sodré. Em Minas Gerais, foram movimentados 3,5 mil soldados para repelir uma passeata e diversos estudantes foram presos na ação (*O GLOBO*, 2 maio 1968).

Na capa de 8 de maio, o editorial de *O Globo* fala em "grandes notícias", e narra: "A Tcheco-Eslováquia decidiu romper os grilhões [...] Na Polônia, os estudantes saíram às ruas para protestar". Para jornal, o fato era "o declínio, após sangrenta experiência, do modelo socialista". Entretanto, relaciona o veículo:

[...] a réplica não tardou. Como que obedecendo a um regente único, espalharam-se pelo mundo as arruaças estudantis. Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha Ocidental – países opulentos –, Brasil, Espanha, Peru e outros assistiram as mesmas cenas no mesmo período (*O GLOBO*, 8 maio 1968, capa).

A continuidade do texto critica o pedido do clero ao governo para dialogar com os estudantes: "Dialogar com agitadores profissionais, 'eleitos' em pleitos clandestinos para a direção de entidades ilegais [UNE], é equivalente à tentativa otimista de esvaziar o mar com dedal" (*O GLOBO*, 8 maio 1968, capa). O jornal, latentemente, coloca a ideia de que as manifestações ao redor do mundo eram respostas comunistas organizadas e critica duramente os movimentos estudantis brasileiros. O imaginário dos movimentos estudantis tecido pelo impresso fica claro nesse editorial, e as reportagens eram construídas de maneira a validar a opinião de Marinho e companhia. Em 30 de maio, por exemplo, um vestibulando de engenharia, declarou ao impresso que o Calabouço era QG (quartel-general) para manifestações contra o governo e arrecadava fundos para campanhas comunistas e guerra psicológica. A notícia foi capa da edição – era mais um ponto na trama do imaginário. Antes disso, no início da segunda quinzena de maio, a situação na França passou a compor as pautas, a "anarquia" da juventude francesa era criticada, enquanto a "firmeza" de De Gaulle era exaltada; o Maio Francês permaneceu nas páginas d'*O Globo* no mês de junho.

Em junho, a crise entre ARENA e Executivo se intensificou, parte do partido era contra a proposta das sublegendas. A capa da edição de 3 de junho leva a manchete "A rebelião na ARENA pode fechar congresso".

Na medida em que os líderes da ARENA no Legislativo continuarem sem condições para conter os frequentes movimentos de rebeldia que se vêm

verificando na bancada governista, o Executivo não mais poderá dispor do suporte parlamentar indispensável à realização dos objetivos da Revolução, dentro do atual quadro institucional, e poderá não encontrar outra opção senão uma solução de força no bojo da qual estaria incluído o fechamento do Congresso (*O GLOBO*, 3 jun. 1968, p. 4).

Apesar disso, nesse mesmo dia, um projeto de sublegendas foi aprovado com alteração. No dia seguinte, o editorial “O perigo da rotina” defendeu a necessidade de fortalecimento do “partido revolucionário”, ARENA, para “dar corpo às ideias e programas da Revolução” (*O GLOBO*, 5 jun. 1968, capa).

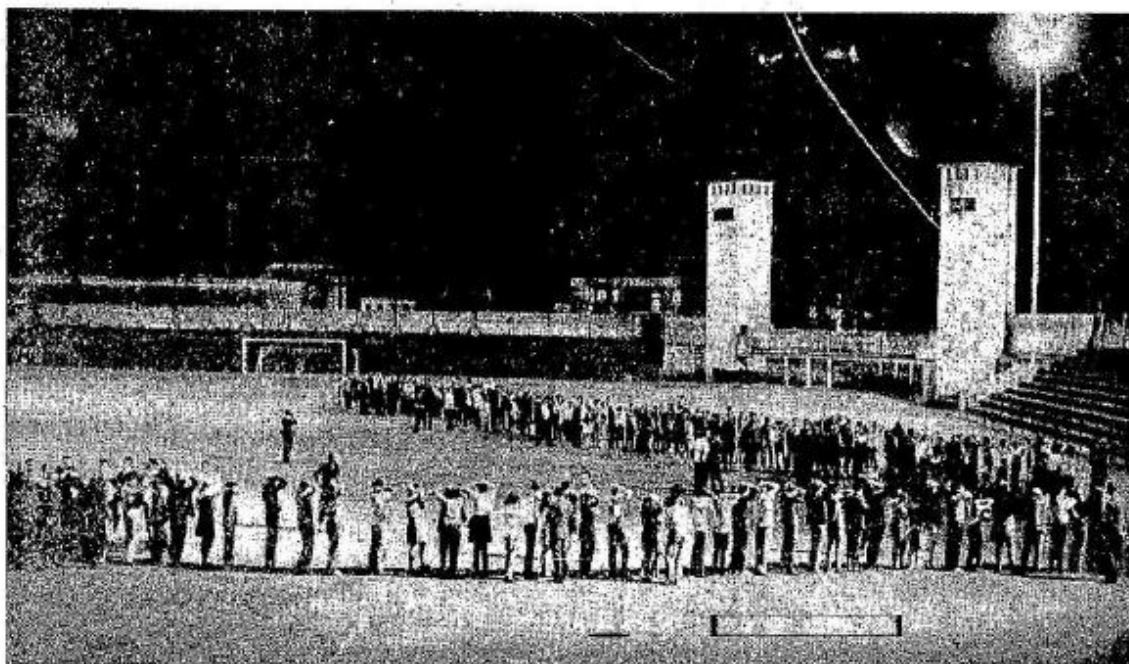
Enquanto as pessoas iam às ruas e os trabalhadores paravam na França, a situação não era muito mais calma por aqui. Em junho, as manifestações continuavam e a crise na educação só se intensificava. No dia 4 de junho, mais um estudante foi ferido à bala em repressão policial, sendo internado em estado grave, e no dia seguinte mais de 15 mil estudantes de todas as escolas, faculdades e institutos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com exceção da Escola de Educação Física, entravam em greve “contra a política educacional do governo, corte de verbas e atraso no pagamento dos professores” (*O GLOBO*, 5 jun. 1968, capa). Na mesma semana, um editorial d'*O Globo* fala em “Importação do ódio”, ao criticar jovens que, segundo a redação, desejavam “importar a ebulição francesa”. A opinião era agressiva: “O governo não pode recuar. Enfrente com decisão - e sem incentivar inúteis ‘diálogos’” (*O GLOBO*, 7 jun. 1968, capa). Como se cumprisse a ordem dada pelo jornal de Marinho, alguns dias depois, Costa e Silva garantiu que não toleraria no Brasil o caos que parou a França (*O GLOBO*, 12 jun. 1968, capa). Na capa do dia 14 de junho, uma manchete afirma que no Uruguai a “agitação estudantil” levou ao estado de sítio (*O GLOBO*, 14 jun. 1968, capa), certamente o que muitos desejavam também para o país da ordem e do progresso.

A reta final do mês foi marcada por uma série de acontecimentos emblemáticos. Houve violência extrema, mas também houve esperança de tempos melhores. No dia 20, as autoridades continuavam ameaçando: “Exército alerta os pais: não toleraremos mais provocações”. No dia anterior, “grupos de agitadores chegaram ao extremo de depredar uma viatura militar e incendiar outra, em pleno serviço”. Em nota, o comandante do I Exército, no Rio de Janeiro, fez “um apelo aos pais dos *verdadeiros* estudantes para que não permitam que seus filhos sirvam de escudo à desordem e à tentativa de implantar a anarquia” (*O GLOBO*, 20 jun. 1968, capa, grifo nosso). O jornal incluiu fotos da confusão, na qual a polícia teria se

mostrado impotente para dominar os grupos "anarquistas". O editorial completa o enquadramento dado aos protestos: reforça que a confusão não foi protagonizada por estudantes, e sim por adultos peritos. "O governo terá o apoio da Nação para liquidar no nascedouro esses alienados que pretendem importar o pior produto da pauta de exportação francesa: o caos" (*O GLOBO*, 20 jun. 1968, capa). A publicação, em nome do país, dava carta branca para o governo e cobrava atitudes contra os manifestantes.

A edição de 21 de junho não trouxe notícias melhores que as do dia anterior, pelo contrário. A quinta-feira, 20, mostrou que a polícia realmente estava disposta a tratar os estudantes da classe média cariocas como bandidos. A manchete principal d'*O Globo* expressa: "Estudantes deixam a reitoria e são dominados pela polícia". Em um dia a polícia é impotente frente à violência dos jovens, em outro, domina o "poder estudantil" (*O GLOBO*, 21 jun. 1968, capa). Em ambos os casos, a juventude armada de pedras e pedaços de pau aparece em igual peso de combate que a polícia, preparada e armada para situações extremas. A foto que ilustra a capa é dos estudantes em fila, com as mãos na cabeça, no campo do Botafogo, com legenda informando que "a polícia procedeu à rigorosa revista dos estudantes".

Figura 6 - Estudantes da UFRJ são rendidos pelas forças policiais



NO CAMPO DO BOTAFOGO, À LUZ DOS HOLOFOTES, A POLÍCIA PROCEDEU A RIGOROSA REVISTA DOS ESTUDANTES

Fonte: *O GLOBO* (21 jun. 1968, capa).



Nas páginas internas, os títulos desenham o acontecido: “Vice-reitor nega a ocupação e diz que professores não eram reféns” (p. 13); “Estudantes forçam Conselho ao Diálogo” (p. 14); “Assembleia Legislativa condena os agitadores”; “Os pai choravam junto ao portão”; “Cerca de trezentos presos” e “Agitação vem de Havana” (p. 15). (*O GLOBO*, 21 jun. 1968). Na primeira matéria, o vice-reitor narra os acontecimentos, dizendo que houve diálogo espontâneo da parte dos professores e da reitoria com os alunos e que, quando finalizaram, os estudantes manifestaram medo de sair por causa da polícia que já cercava o local desde cedo. Ele teria ligado para a Secretaria de Segurança e para o governador, pedindo que a polícia fosse retirada e prometendo que os estudantes sairiam em ordem. Porém, horas depois a polícia permanecia no local e os estudantes resolveram sair de qualquer maneira, assim, o vice-reitor e alguns professores saíram na frente, dando cobertura. A polícia, então, teria soltado bombas de gás lacrimogêneo, e ele retornou sozinho ao interior da universidade, após ver que os estudantes estavam se dissipando. No mesmo texto, informação de que o ministro da Justiça teria afirmado que o problema seria de exclusiva responsabilidade do governo do estado da Guanabara (*O GLOBO*, 21 jun. 1968, p. 13).

Apesar do testemunho do vice-reitor, presente no local, o jornal afirma que na madrugada “não havia mais dúvidas de que pelo menos uns 500 estudantes continuavam na sede da Reitoria”. Também contrariando a versão do vice-reitor, o veículo aponta que 21 professores universitários foram coagidos a permanecer oito horas sentados em uma tribuna improvisada “ouvindo invectivas às autoridades, ao sistema de ensino, às taxas escolares, sem faltar os ataques ao ‘colonialismo e imperialismo norte-americano’”. Afirma, ainda, que o público era de cerca de 1,6 mil estudantes e que grupos de rapazes estavam armados de paus envoltos em panos. Ao saírem do prédio, foram encurralados pela polícia e tentaram fugir, os que não conseguiram se abrigaram no campo do Botafogo, que foi cercado por agentes do DOPS e da PM. “Os estudantes começam a ser presos, obrigados a deitar-se na grama, moças e rapazes, todos com as mãos sobre a nuca. Policiais deferem-lhes pisões nas costas, quase sempre na altura dos rins”. Os jovens foram revistados e levados para a Secretaria de Segurança (*O GLOBO*, 21 jun. 1968, p. 14). Na ação, foram presos mais de 200 rapazes e 70 moças, mas Vladimir Palmeira, líder estudantil, conseguiu escapar. A justificativa para a violência policial vem em uma nota de título “Agitação vem de Havana”, a qual realça que as manifestações do

Brasil teriam sido traçadas em Havana e fariam parte de um esquema de subversão na América Latina. As tentativas de perturbação teriam culminado, segundo o impresso, na morte de Edson Luís. “Como o cadáver de Edson Luís não rendesse os dividendos esperados, os mentores da agitação nacional apelaram para o terrorismo pirotécnico com a série de bombas que, durante o mês de maio último, intranquilizaram São Paulo” (*O GLOBO*, 21 jun. 1968, p. 15). As ocupações de universidades também fariam parte desse esquema, segundo as autoridades militares. A “série de agitações” teria a finalidade de preparar psicologicamente a classe para o XXX Congresso Nacional da extinta UNE, a ser realizado entre junho e julho em Belo Horizonte, garante o periódico (*O GLOBO*, 21 jun. 1968, p. 15).

Se as autoridades acharam que a violenta ação na UFRJ faria os "subversivos" retrocederem, se enganaram. Àquela altura de 1968, a situação política estava tão tensa que dificilmente se resolveria sem algum grande acontecimento que levasse à abertura ou ao fechamento ainda maior do regime. Parte da população estava focada na primeira opção, e a cada ato extremo da polícia, mais civis simpatizavam com a causa dos jovens, mesmo que as páginas de *O Globo*, a partir de declarações oficiais, pintassem os participantes de "agitadores" e tentassem responsabilizar países comunistas pelo movimento. A sexta-feira, chamada de sangrenta, em 21 de junho, deixou claro que o caos estava longe do fim e o jornal do dia seguinte já mostrava certa mudança no tom dos discursos das autoridades. Na capa da edição, maior que a manchete sobre a batalha entre manifestantes e polícia era a chamada: “Negrão: tolerância e boa fé para restaurar a ordem no Rio”, seguida de um texto que aborda o discurso, em tom conciliatório, do governador da Guanabara, e também uma reunião em que o ministro da Justiça teria afirmado que o governo federal não via motivo para decretar estado de sítio na Guanabara, a não ser a pedido do governador (*O GLOBO*, 22 jun. 1968, capa).

A segunda manchete narra a sexta-feira sangrenta: “3º dia de agitação: 1 morto, 97 feridos”. Segundo o jornal, manifestantes “enfrentaram a repressão policial com grelhas de bueiros, pedras e pedaços de pau. Cerca de 400 prisões foram efetuadas” (*O GLOBO*, 22 jun. 1968, capa). Na batalha morreu um soldado da PM atingido na cabeça por um balde lançado de um dos edifícios. “Sua morte deixa três crianças na orfandade” (*O GLOBO*, 22 jun. 1968, capa), frisa o veículo, o qual não humanizou da mesma forma as mortes do outro lado, nem mesmo a de Edson Luís. Na página 12, uma ilustração de jovens atirando pedras e provocando a polícia foi

repetida 11 vezes, e na 13, mais quatro vezes. A narrativa é semelhante aos livros de História, e aborda a tática desenvolvida pelos manifestantes, chamando de “tentativa de operação de guerrilha urbana”: um grupo de estudantes foi mandado ao local de concentração como chamarisco até o momento em que um aluno subiu no poste e começou a discursar atraindo a atenção da PM, enquanto outros subgrupos com até 12 membros iam a diferentes direções. A manifestação passou por diversas ruas no centro do Rio de Janeiro aos gritos de “o povo organizado derruba a ditadura” e pedidos de Vladimir Palmeira para que nada fosse depredado. Às 12h25min teria iniciado a repressão policial com bombas de gás lacrimogêneo e tiros em manifestantes e transeuntes, a polícia “investiu indiscriminadamente contra agitadores e simples curiosos”. Em seguida, mais um discurso de Vladimir Palmeira, que declarou a passeata vitoriosa e “deu ordem para que os estudantes se dispersassem”, enquanto isso vários choques armados deixavam o quartel da polícia militar (*O GLOBO*, 22 jun. 1968, p. 12). Vladimir foi para casa como narra a bibliografia consultada nesta pesquisa, mas a confusão continuou: imprensa foi agredida, pessoas vaiaram os militares do alto dos prédios, enquanto esses davam tiros e jogavam bombas de gás em direção às janelas, pessoas que passavam pelo local foram agredidas violentamente, objetos foram jogados dos edifícios nos policiais e estudantes atiravam pedras no solo (*O GLOBO*, 22 jun. 1968).

Figura 7 - Ilustração repetida diversas vezes na edição de 22 de junho



Fonte: *O GLOBO* (22 jun. 1968, p. 12).

Segundo o jornal, “a partir das 13 horas, os estudantes remanescentes das manifestações ficaram à mercê de agitadores que os instigavam a atos de vandalismo e a atacar a polícia e os soldados”. Foi feita uma barricada pelos

manifestantes e o centro virou um “campo de batalha de quase dois quilômetros de ódio, nessa escalada de revanche” (*O GLOBO*, 22 jun. 1968, p. 12). No balanço, o jornal conta apenas uma morte, a do PM, mas uma moça, Maria Alice Ribeiro, teria sido ferida com um tiro na cabeça, sendo levada para o quartel do 1º Batalhão da PM, onde teria morrido. O impresso destaca que até o fechamento da edição a morte dela não teria sido confirmada, ela não teria dado entrada nos hospitais do estado e nem seu corpo chegado ao Instituto Médico Legal.

Em declaração, a polícia afirmou que, na “guerrilha urbana”, atuaram quatro grandes grupos de agitadores, que teriam planejado a ação tática durante ocupação da Reitoria da UFRJ. Para conter os grupos, bombas de gás lacrimogêneo teriam sido lançadas até de helicóptero. Jornalistas d’*O Globo* teriam visto o momento em que um disparo foi feito de um dos edifícios e acertou uma viatura policial, que estava vazia no momento, corroborando o discurso de que a ação era coordenada por “agitadores profissionais”. O editorial dessa data compara os acontecimentos do campo do Botafogo e do centro da cidade, dizendo que em ambos “a polícia agiu com exagerada violência e despreparo para a missão; e as apelidadas lideranças estudantis armaram a confusão e fugiram, deixando ao abandono aqueles que lançaram ao fogo”. Declara, também, que “Os verdadeiros estudantes, especialmente os universitários, devem iniciar uma campanha de liquidação das torpes lideranças, verdadeiramente criminosas” (*O GLOBO*, 22 jun. 1968, p. 13).

No dia 24 de junho, os desdobramentos dos últimos eventos permaneciam em pauta no *O Globo*. Na capa, uma foto de uma mulher com duas crianças apresenta a esposa (grávida) e as duas filhas do PM morto “por um assassino covarde e anônimo quando cumpria o seu dever de soldado” na sexta-feira sangrenta.

As órfãs da inominável crueldade, que roubou a vida de um modesto soldado e pai de família, são o exemplo pungente das consequências trágicas que agitação solta nas ruas ainda pode vir a provocar, se não forem ouvidos os apelos à paz social indispensável para o atendimento de todas as reivindicações estudantis justas (*O GLOBO*, 24 jun. 1968, capa).

Figura 8 - Esposa grávida e filha de PM morto na sexta-feira sangrenta.

## As órfãs



Fonte: O GLOBO (24 jun. 1968, capa).

Outra manchete evidencia que os “agitadores” Vladimir Palmeira, Dirceu Régis e Elinor Brito viajaram para São Paulo para participar de manifestações. Na matéria sobre a sexta-feira sangrenta no dia anterior (O GLOBO, 22 jun. 1968, p. 12), Vladimir é citado várias vezes, em todas elas o texto diz que ele pedia para os manifestantes não depredarem o patrimônio ou responderem com violência, e mesmo assim o jornal o chama de agitador. O texto atual, sobre São Paulo, menciona planos terroristas, dos quais a Secretaria de Segurança do Estado estaria a par. Que haveria um “comitê terrorista composto de agentes das diversas correntes subversivas e de alguns políticos cassados, na quase totalidade alheios aos meios estudantis” e que o plano teria iniciado com “o furto de armas do Hospital Militar de São Paulo”. Ainda, afirma que a maioria dos estudantes se propôs a realizar uma passeata em ordem, mas “o grupo terrorista mencionado tenciona impedir que isso ocorra, aproveitando-se do movimento universitário para deflagrar onda de agitação generalizada” (O GLOBO, 24 jun. 1968, capa). Nessa temida manifestação, segundo o impresso, “a violência verbal e os coquetéis ‘Molotov’

tiveram livre curso”, no centro da cidade na hora de maior movimento. Coquetéis e foguetes partiram vidraças, pedras foram lançadas na sede do jornal *O Estado de São Paulo*, mas a polícia optou por não “conter os agitadores” (*O GLOBO*, 25 jun. 1968, capa).

### 5.1.8 "Abaixo a ditadura"

Mantendo o discurso conciliador, após negociação, o governador da Guanabara, Negrão de Lima, legalizou uma passeata que ocorreria no dia 26 de junho, mas afirmou que manteria o exército de prontidão para intervir se fosse preciso. Costa e Silva havia declarado que as forças armadas ajudariam a manter a ordem pública nos estados cujos governadores considerassem ter esgotado todos os recursos. Apesar disso, o executivo federal também tentava mostrar que estava disposto a ouvir os "verdadeiros estudantes". Em pronunciamento através de cadeia de rádio e TV, o ministro da Educação, Tarso Dutra, afirmou que os estudantes estavam no centro das preocupações governamentais e seriam chamados a contribuir na reforma do ensino superior (*O GLOBO*, 26 jun. 1968).

No dia 27 de junho, dia seguinte à Passeata dos Cem Mil, evento em que as autoridades recuaram com a repressão, a capa de *O Globo* mostra uma multidão em uma manifestação pacífica. O jornal informa que a “passeata sem incidentes” juntou diferentes segmentos e durou seis horas, tempo em que os “manifestantes tiveram plena liberdade de ação e corresponderam ao apelo das autoridades”. Ilustra a capa, a foto de uma multidão com a legenda: “Milhares de manifestantes ouviram Vladimir Palmeira (em pé sobre uma camioneta na Candelária)” (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, capa). Um extenso texto na página 18 (*O GLOBO*, 27 jun. 1968) aborda em detalhes o dia que ficaria marcado na história do país. Informa que havia cerca de 50 mil pessoas, entre estudantes, professores, pais, artistas, deputados, além de 150 padres, e que houve disputa de *slogans* entre os participantes, mas a grande maioria dos discursos pedia a derrubada do regime, além de exaltar Che Guevara e criticar a Guerra do Vietnã. O impresso narra que “um jovem formulava protesto contra um matutino que teria negado a condição de estudante de Edson Luís”, sem desculpar-se por ter feito o mesmo em meados de abril.

Mas a principal atração para o jornal, dentre os milhares de participantes, foi, sem dúvidas, Vladimir Palmeira, citado em diversos momentos do texto, além de

ganhar destaque em fotos na capa e na página 18. É perceptível a tentativa do veículo de criar uma persona para o líder estudantil que vai contra os princípios comunistas dos movimentos de esquerda da época. O impresso conta que Palmeira chegou com uma guarda de segurança e falou por cerca de 20 minutos para uma audiência silenciosa. Muitos trechos da fala dele são transcritos, inclusive quando enfatizou que a manifestação não foi dada pelo governo, e sim conquistada com muita luta. O jornal relata, também, que a esposa de Vladimir estava presente, protegida pela “guarda pessoal de seu marido” e que ele “reclamava também das pessoas que tentavam aproximar-se dele, inclusive uma senhora idosa que fora a beijar-lhe as mãos. O corpo de segurança tinha dificuldade de manter o cerco em seu chefe”. O líder estudantil pediu que “fosse designada uma comissão para obter [...] a liberação dos presos e o encaminhamento das reivindicações dos estudantes”, sendo indicados um professor, um intelectual, um padre e uma mãe, além dos presidentes dos diretórios acadêmicos. Queimando uma bandeira de papel dos Estados Unidos, Palmeira “convocou os estudantes para uma assembleia” e pediu a todos que voltassem em tranquilidade para suas casas (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, p. 18). Por fim, o veículo dá o número das placas dos carros que Palmeiras usou para sair, escapando da polícia, como se esperasse que alguém denunciasse o paradeiro do jovem. A narrativa menciona, ainda, que o DOPS teria recebido a manifestação com apreensão e preocupou-se com a participação de Vladimir Palmeira, que vinha sendo procurado pelo departamento e que poderia ter sido preso pela polícia durante suas falas. A PM teria rebatido que “não entrou no jogo de Vladimir Palmeira”, pois “eles objetivaram exatamente provocar uma reação da polícia”, e que ele era “figura inexpressiva”, que poderia ser preso no momento oportuno (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, p. 12).

Figura 9 - Narrativa da Marcha dos Cem Mil é centralizada em Vladimir Palmeira



*Vladimir Palmeira subiu até em árvores para falar aos estudantes*

Fonte: O GLOBO (27 jun. 1968, p. 18).

Negrão, que havia autorizado a manifestação, anunciava sua satisfação com a maneira em que ela ocorreu, expressando: "a cidade está de parabéns" (O GLOBO, 27 jun. 1968, p. 18). O presidente também teria gostado do resultado. Já o secretário de Segurança, general Luiz de França Oliveira, "atribuiu o desfecho pacífico do movimento estudantil ao santo, ao qual pedira em suas orações, maior concordância entre as autoridades e os estudantes" (O GLOBO, 27 jun. 1968, p. 12). Apesar das declarações, o editorial de *O Globo* (27 jun. 1968, capa) coloca "lenha na fogueira", ao afirmar que o Governo e a Revolução sofreram "considerável derrota", uma vez que não apenas "subversivos", mas muitos outros aderiram à manifestação, e que "o caráter ordeiro da passeata poderá levar os moderados para



o lado da oposição”. Para o impresso, o governo estava enfraquecido e deveria reconhecer isso para conseguir enfrentar as dificuldades. Ele cita três crises enfrentadas: política, com a crise demonstrada no tema das sublegendas; religiosa, chegando ao ponto de um padre belga pedir a derrubada do governo; e educacional, na qual, embora as autoridades tenham trabalhado, não souberam identificar o “olho do tufão”. O jornal aponta desunião do governo, mas no sentido de ajudá-lo a resolver a situação, ao invés de ser contra como os mais de 50 mil participantes da manifestação, ele quer que o governo seja duro, não supere a crise pela paz ou abertura política, mas fortalecendo a “Revolução”. De onde fala quem fala? Esse texto demonstra o grande medo de Marinho e companhia de que outra forma de governo ascenda e que o grupo perca seus privilégios.

No dia 27, São Paulo também foi notícia no jornal *O Globo*. Enquanto milhares iam às ruas no Rio, na capital paulista cerca de 800 alunos participaram de assembleia-geral na Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, em que definiram duas frentes que o movimento prosseguiria: realização de seminários e simpósios sobre a reestruturação universitária e continuidade das formas de luta que visavam a denúncia e a propaganda política (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, p. 13). Na capa do veículo, a manchete “Agitador mata em São Paulo” noticia que um “líder sindical dos metalúrgicos com várias passagens pelo DOPS”, ao ser “repudiado pelos universitários, durante comício, [...] quando tentava insuflar-os a promover passeata e quebra-quebra”, atirou e matou um comerciante, tentou fugir, mas foi preso (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, capa). A matéria exemplifica o que o jornal se refere quando fala em “agitadores”, relacionando um caso deslocado (e mal contado) aos opositores do regime. Também em São Paulo, “novo atentado”, no qual indivíduos não identificados metralharam os muros do Quartel-General do II Exército. “Na noite anterior, uma camioneta, com grande carga de dinamite, explodira de encontro ao muro do QG, causando a morte de um soldado e ferimentos em outros quatro”. Sobre o caso, o Comandante do II Exército disse que a ação foi obra dos “inimigos do Brasil, dos antidemocratas, dos comunistas de todas as linhas, que só sabem manter diálogo à dinamite” (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, capa). Hoje há provas de que o comandante se equivocou, e que o jornal se precipitou ao publicar tantas declarações como essa sem contraponto, os documentos analisados pela reportagem da Agência Pública (QUADROS, 2018) comprovam que esse ataque foi

um dos executados pela extrema-direita. O mesmo vale para uma notícia do dia 29 de junho (capa), a qual afirma que dinamite foi roubada de pedreira por "agitadores".

Na edição de 27 de junho, recheada de novidades, uma nos chama a atenção. Em uma pequena nota o jornal informa que o Congresso Nacional reuniu-se para discutir um projeto de emenda constitucional, de autoria do senador Lino de Matos, que visava instituir o sufrágio direto para presidente e vice-presidente da República, sem mais detalhes (*O GLOBO*, 27 jun. 1968, p. 12). Pressão nas ruas, pressão no Legislativo, pressão até da extrema-direita, Costa e Silva teria que tomar uma atitude em breve.

### **5.1.9 “Presidente assegura a estudantes liberdade de palavra e reunião”**

O subtítulo desta seção foi manchete de *O Globo* em 29 de junho de 1968, chamando para matéria sobre discurso de Costa e Silva ao assinar decreto que institucionalizou o Projeto Rondon<sup>32</sup>. Apesar das letras garrafais soarem como um direito universal, o texto que acompanha detalha a condição: desde que não perturbe a ordem pública. O título chama atenção porque em menos de uma semana o governo emitiria nota proibindo manifestações de todos os tipos no território nacional. No meio-tempo entre as duas notícias, não houve tantos eventos de maneira a justificar a mudança de posição. Possivelmente, com a perspectiva de encontro com a comissão eleita durante a Passeata dos Cem Mil, o presidente estava otimista, acreditando que os ânimos seriam acalmados e poderia até conquistar a simpatia dos opositores. Não há como saber ao certo qual era a expectativa de Costa e Silva para a reunião, mas certamente ele não esperava que fosse como foi. Em 3 de julho, dia seguinte ao encontro, o impresso informa “Cisão na comissão da passeata”, e narra que durante uma hora o presidente debateu com os representantes e "mostrou-se disposto a interceder em favor dos estudantes presos [...] mas em relação à abertura do Calabouço fechou questão", o que teria

---

<sup>32</sup> Com o *slogan* “Integrar para não entregar”, o Projeto Rondon foi testado em 1967 e efetivado em junho de 1968 com intuito de “levar a juventude universitária a conhecer a realidade brasileira e a participar do processo de desenvolvimento” do interior do país (NOSSA HISTÓRIA, [2019?]). O historiador Gabriel Amato (2014, p. 235) explica que o projeto foi criado “em consonância com as preocupações de alguns setores do governo com a integração nacional e com o desenvolvimento da ‘consciência cívica’ da juventude universitária”. O programa funcionou subordinado ao Ministério do Interior até 1989 e foi retomado em 2005. Atualmente ativo, a iniciativa é desenvolvida pelo Ministério da Defesa, em parceria com governos estaduais, municipais e instituições de ensino superior públicas e privadas (BRASIL, [2019?]).

feito com que a comissão "desse o diálogo por inútil e saísse anunciando nova passeata no Rio para quinta-feira". A atitude tomada pelos estudantes teria sido motivo de divergência entre o grupo (*O GLOBO*, 3 jul. 1968, capa, p. 16 e 17). Embora o texto do jornal talvez exagere na receptividade do presidente, a narrativa é muito próxima da recuperada pela nossa bibliografia a partir de depoimentos de pessoas que participaram da reunião.

Nesse período, a tentativa de diálogo entre as partes foi fortemente criticada pela empresa jornalística em seus editoriais. Em 29 de junho, o texto opinativo questiona as reivindicações das lideranças estudantis, enumerando-as e fazendo objeções (*O GLOBO*, 29 jun. 1968, capa). No artigo "Não querem diálogo", de 3 de julho, o veículo aborda a reunião entre a comissão da passeata e o presidente, criticando a comissão que "em vez de debater, olha o relógio", o que demonstrava que o "fracasso do diálogo foi premeditado". O jornal aponta que os representantes "não demonstraram mesmo interesse real pela libertação dos presos [...] Quando um acordo em torno desse ponto fundamental estava em vias de ser obtido surgiu a questão do Calabouço. [...] exigem agora o controle da máquina de subversão" (*O GLOBO*, 3 jul. 1968, capa). Já o editorial de 5 de junho, dia seguinte à nova manifestação no Rio, intitulado "Chega!", evidencia que a passeata logrou o povo, que foi às ruas pedir libertação dos estudantes presos, mas se viu em um movimento que incitava a luta armada. Afirma, ainda, que o movimento estudantil estava dividido, que Palmeira pertencia à ala moderada, mas que nessa passeata a liderança foi dos radicais, finalizando da seguinte maneira: "A opinião pública já entendeu tudo. Não se cogita mais de causas justas, porém, de luta fratricida. E o Brasil não será teatro de carnificina entre irmãos. Por isso, chega!" (*O GLOBO*, 5 jul. 1968, capa). O texto se refere à passeata em que, segundo texto noticioso da página 16, teria se esquecido das reformas "para pregar a luta armada". A manifestação que parou o centro com 30 mil pessoas teria assumido "caráter nitidamente político" – como se as outras não tivessem a mesma especificidade – e todos os oradores teriam falado em "formar um 'exército popular' para enfrentar 'o militarismo' e colocar o 'povo no poder'" (*O GLOBO*, 5 jul. 1968, p. 16).

O discurso assumido pelo jornal de Marinho passaria a ser também o adotado pelo governo federal. Antes mesmo deste se manifestar *O Globo* já antecipava que o presidente deixaria claro que novas manifestações só iriam ocorrer em locais previamente designados pelas autoridades (*O GLOBO*, 5 jul. 1968, capa). Porém a

resolução do executivo foi ainda "melhor" do que o impresso supunha, Costa e Silva recomendou aos governadores "que não mais permitam a realização de passeatas a qualquer título". Disse que "as manifestações, até então toleradas porque pareciam movimento da juventude estudiosa, tomaram agora 'caráter de verdadeira subversão e de desafio às autoridades constituídas'" (*O GLOBO*, 6 jul. 1968, capa e p. 6). Abreu Sodré, governador de São Paulo, que no momento enfrentava focos de protestos principalmente na capital, longe da proporção dos eventos do Rio de Janeiro, demonstrou apoio à decisão federal e declarou querer cumprir as obrigações administrativas e políticas para auxiliar "o ilustre Presidente Costa e Silva a fazer caminhar o desdobramento que a Revolução deve ter e impedir que os que são contra essa Revolução se rearticulem para convulsionar uma Nação que quer trabalhar" (*O GLOBO*, 6 jul. 1968, p. 6). O editorial desse dia argumenta que, indiferente dos governos estaduais, o executivo federal deveria tomar a frente na repressão, pois a carta constitucional, que até 1967 atribuía aos estados a responsabilidade de sua segurança, a partir de então, passou a atribuir à União tal função (*O GLOBO*, 6 jul. 1968, capa). Mais uma vez, *O Globo* cobra mais dureza do regime militar.

Em 9 de julho, os extremistas da direita estavam perto de seu objetivo, o ministro da Justiça, Gama e Silva, afirmou em declaração oficial que o governo decretaria estado de sítio se continuassem os atentados terroristas e a agitação (*O GLOBO*, 9 jul. 1968). No dia 12, as altas patentes militares se reuniram com o presidente, no dia seguinte, o jornal publicou a definição do encontro: "Militares não querem medidas excepcionais" (*O GLOBO*, 13 jul. 1968, capa). Em 17 do mesmo mês, Costa e Silva declarou que "atuação decisiva das Forças Armadas", por meio de medidas de exceção garantidas na constituição (que não são especificadas), garantiria a "Revolução", a informação foi acompanhada de ratificação quanto à não permissão de passeatas. Na mesma data, o editorial do veículo analisado critica sugestão (não se sabe de onde) de que legalizar a UNE poderia acabar com a agitação. Segundo o jornal, esse seria um "slogan de humor negro", pois "a UNE tornou-se uma grande fábrica de subversão neste país" (*O GLOBO*, 17 jul. 1968, capa e p. 6). Julho terminou com mais um texto opinativo, no qual a empresa jornalística abordou a importância de defender a "Revolução" e diferenciar oposição ao governo e oposição ao regime (*O GLOBO*, 30 jul. 1968, capa). Nota-se que o

grupo não estava satisfeito com o governo Costa e Silva e tentava articular a crítica a ele sem ferir o regime.

Agosto iniciou com a tão esperada prisão de Vladimir Palmeira, na madrugada do dia 3, um sábado. Sem edições nos domingos, o jornal noticiou a detenção no dia 5, segunda-feira, informando que o estudante foi enquadrado pelo artigo 21 da Lei de Segurança Nacional, que previa de quatro a doze anos de reclusão "para quem tentar subverter a ordem ou a estrutura político-social do País, com o fim de estabelecer a ditadura de classe, de partido, de grupos ou de indivíduos". Desde o momento da prisão, os jovens se organizaram para protestar pedindo a soltura do líder (*O GLOBO*, 5 ago. 1968, p. 3). Na terça-feira, a cobertura das manifestações teve continuidade, neste dia, as tropas do exército ocuparam a cidade do Rio de Janeiro para conter passeatas (*O GLOBO*, 6 ago. 1968, capa). Também na edição do dia 6, uma declaração do ministro do Trabalho manifestava preocupação de que a "convulsão política" pela prisão de Palmeira pudesse disparar a inflação. O editorial desta data afirma que, após conflitos de junho, ficara fácil de separar agitadores de estudantes. De acordo com o veículo, o presidente estaria disposto ao diálogo com os estudantes e estava certo de não tolerar manifestações ilegais, que poderiam prejudicar a economia do país (*O GLOBO*, 6 ago. 1968, capa). De acordo com *O Globo*, um grande contingente militar teria frustrado a realização das "passeatas programadas como 'protesto contra a prisão de Vladimir Palmeira'" (*O GLOBO*, 7 ago. 1968, capa). Mais de 600 pessoas foram presas e levadas ao DOPS para triagem. Em editorial publicado no mesmo dia, o jornal exalta a postura do governo ao reprimir a manifestação.

No dia 8, era aprovado por Comissão de Justiça na Câmara de Deputados projeto de anistia estudantil para envolvidos em episódios decorrentes da morte de Edson Luís, mas a expectativa de que a proposta passasse pela maioria arenista no plenário era baixa (*O GLOBO*, 9 ago. 1968, capa). O governo executivo chamaria a anistia de inoportuna e afirmaria ser "absolutamente contrário" a ela (*O GLOBO*, 14 ago. 1968, capa). Em 9 de agosto, novas manifestações e repressão policial no Rio. O editorial do dia seguinte chama os manifestantes de "cangaceiros do asfalto" e dizia que o movimento havia sido promovido por "minorias extremistas", que pediam "guerra popular contra o governo". Conforme a publicação, o protesto era uma manobra de lideranças estudantis para mostrar serviço às vésperas de congresso da "ex-UNE", que elegeria sua nova direção (*O GLOBO*, 10 ago. 1968, capa). Já o

editorial de 15 de agosto aborda uma declaração em que Costa e Silva exalta as Forças Armadas, que impediam que a "Revolução" se dissolvesse. A opinião do veículo concorda com a importância das Forças Armadas, mas afirma que as "forças desarmadas" também precisavam estar coesas em favor da "Revolução" (*O GLOBO*, 15 ago. 1968, capa), referindo-se, principalmente, ao Legislativo. Após quatro anos de ditadura, o jornal ainda defendia veementemente a "Revolução".

#### **5.1.10 "Simultaneamente ofereceu aos baderneiros de todo país um excelente pretexto"**

O mês entra na reta final com mais conflitos e atentados em São Paulo, sobre os quais o governador afirmou: "os terroristas querem arrastar o Brasil à ditadura" (*O GLOBO*, 20 ago. 1968, capa); ao que Costa e Silva responderia na edição do dia seguinte "Nada me afastará da legalidade" (*O GLOBO*, 21 ago. 1968, capa). A situação era crítica no país inteiro, mas Brasília, talvez pela proximidade física com o governo federal, centralizou alguns acontecimentos importantes para a conjuntura daquele ano. No final de junho, *O Globo* noticiou que cerca de três mil estudantes realizaram uma passeata na cidade, com participação de professores, clero e deputados oposicionistas, na qual eram carregadas bandeiras do Brasil e de Cuba, e retratos de Che Guevara. Com foto em que aparece as bandeiras e o revolucionário O texto indica que a manifestação ocorreu sem intervenção da polícia e que líderes estudantis, como Honestino Guimarães, "que há dias estão sendo procurados pelas autoridades da Polícia Federal e do Exército", discursaram conclamando todos ao XXX Congresso da UNE em agosto (*O GLOBO*, 29 jun. 1968, capa e p. 11). De tempos em tempos o jornal dava alguma informação sobre os movimentos em Brasília, na hierarquia noticiosa estavam as cidades: Rio de Janeiro, São Paulo e, em terceiro, Brasília. Depois dessas, as demais capitais eram mencionadas esporadicamente, inclusive Porto Alegre, que no período era um polo muito importante politicamente.

Em 29 de agosto, Brasília se firmaria de vez como cidade-chave na narrativa do AI-5. No dia seguinte, *O Globo* dava a manchete: "Prisão de líderes estudantis provoca choques em Brasília". Com a foto de estudantes com as mãos na cabeça cercados de policiais, o jornal informa que a Universidade de Brasília foi invadida por "500 policiais civis e militares que apoiavam agentes federais incumbidos de prender

cinco líderes estudantis". O local tornou-se "campo de batalha, de que resultaram vários estudantes feridos gravemente e um tenente da PM baleado". Mais de 500 estudantes foram presos, entre eles o líder estudantil Honestino Guimarães (*O GLOBO*, 30 ago. 1968, capa). Na página 11, o título entrega um pouco mais: "Grave conflito na invasão policial do campus". Descobrimos que o "tenente da PM baleado" da capa foi ferido na mão, mas dentre os estudantes, um deles foi baleado na cabeça. As tropas "usavam metralhadora, bombas de gás e fuzis com baionetas caladas", e os deputados e senadores que se deslocaram até o local, muitos com filhos na UnB, também foram agredidos. O conflito teria iniciado quando 35 policiais federais chegaram à universidade para prender cinco líderes, no que os estudantes reagiram, segundo a PF, colocando fogo em uma das viaturas. O reitor teria negado a busca, pois os estudantes não estariam no campus, e mesmo assim os policiais invadiram o local "disparando armas de fogo, lançando bombas de gás e quebrando móveis e aparelhos". Outro texto informa: "Ministério da Justiça vai processar o reitor por crime de responsabilidade [...] e por haver cedido salas para reuniões consideradas subversivas". Em resposta à versão da PF, professores contestaram que o reitor não havia negado o pedido de buscas, mas ponderado que "seria inconveniente fazer a prisão dos líderes no recinto da Universidade, o que poderia gerar uma reação imprevisível dos estudantes", que não foram cedidas salas para reuniões subversivas e que a prisão de Honestino no campus da UnB "não mostra passividade do Reitor, pois como estudante" ele poderia estar no local (*O GLOBO*, 30 ago. 1968, p. 11). A partir desse dia, o jornal passou a colaborar em uma "caça às bruxas" com diversas matérias que prejudicavam o reitor, Caio Benjamin Dias.

O caso de violência causou revolta entre os parlamentares tanto da ARENA quanto do MDB, que debateram os conflitos no mesmo dia e instauraram CPI para apurar o acontecimento. *O Globo* afirma que a invasão culminou "no espancamento e detenção de vários deputados", e que os discursos na tribuna falavam em "onda de violência e arbitrariedade", "barbaridade", "jamais vista". O Deputado Clóvis Stenzel afirmara na ocasião: "Sou homem identificado com o Governo, representante da 'linha dura' na Câmara, mas jamais tive problemas com estudantes aqui onde sou professor" (*O GLOBO*, 30 ago. 1968, p. 11). A declaração indicava que a ação colocaria a opinião pública contra as forças policiais. Também da parte do Legislativo, foi afirmado temor, pois "sua imunidade garantida

constitucionalmente" seria "letra morta" e grande parte dos congressistas defendia a tese de que:

[...] se o Governo houvesse concedido a anistia há dias rejeitada na Câmara dos Deputados, tais incidentes não se teriam registrado, uma vez que o crime de que são acusados os estudantes com prisão preventiva decretada é de haver participado em movimentos estudantis que se seguiram, em todo o País, à morte de Edson Luís, no Calabouço" (*O GLOBO*, 30 ago. 1968, p. 11).

O governo federal teria declarado que não compactuava com a violência exercida pela polícia e estaria "disposto a apurar o abuso de autoridade em toda a sua extensão, a fim de punir os responsáveis" (*O GLOBO*, 30 ago. 1968, p. 11). Em 3 de setembro, o ministro da Educação condenou a ação da polícia e disse que o presidente só teve conhecimento após acontecido, e que tinha confiança que os culpados seriam punidos. Tarso Dutra relacionou o episódio com a invasão da Tchecoslováquia pelas forças do Pacto de Varsóvia, que teria contribuído para "arrefecer a agitação dos elementos da esquerda radical infiltrados no meio estudantil". Lamentou, o ministro, que, com a invasão da Universidade, "esses elementos voltam a dispor dos meios de que se nutrem para promover agitações" (*O GLOBO*, 3 set. 1968, p. 3).

No editorial "Brutalidade", de 31 de agosto, *O Globo* critica a maneira como agiram as autoridades policiais em Brasília, cuja ordem era "prender de qualquer maneira" cinco chamados agitadores, mas atingiu toda uma comunidade. A opinião da empresa condiciona ao evento sua principal preocupação: "simultaneamente ofereceu aos baderneiros de todo país um excelente pretexto. Donde se conclui que a polícia de Brasília tornou-se cúmplice da agitação" (*O GLOBO*, 31 ago. 1968, capa). A maior preocupação do governo e do jornal sobre a repressão policial era que ela pudesse contribuir para que opinião pública ficasse ao lado dos manifestantes.

Realmente, a invasão da UnB piorou a crise, e no dia seguinte estudantes já protestavam em todo o Brasil. No Rio, cidade-sede do jornal *O Globo*, uma pequena manifestação na UFRJ foi repreendida com violência pela polícia. Em Brasília, professores buscavam a libertação dos alunos presos, enquanto nova manifestação, organizada por secundaristas, foi repreendida com gás lacrimogênio após 15 minutos do início (*O GLOBO*, 31 ago. 1968). Internado, o estudante baleado na



cabeça permanecia inconsciente em situação grave, mas estável, a perspectiva era que, se sobrevivesse, poderia ficar paraplégico (*O GLOBO*, 3 set. 1968, p. 3).

Como adiantado, em setembro uma série de matérias denunciando "sexo, vandalismo e roubos" na Universidade de Brasília ganhou as páginas de *O Globo*, porém, antes disso, era a vez da Universidade Federal do Rio de Janeiro ser acusada pelas reportagens do jornal. Um monge beneditino, parte do corpo docente do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, pediu exoneração alegando que o lugar transformara-se "em reduto de reuniões de alunos esquerdistas que 'orientam' os mestres, vetam os que não lhes agradam, prestigiam os que lhes são favoráveis e dirigem os currículos". O veículo analisado comprou a versão de um único professor, sem contraponto e sem pôr em questão a possibilidade de a denúncia não ser verdadeira. Em editoriais compara a universidade carioca com as de Nanterre e de Moscou, afirmando que "O terror cultural instalado [...] contra um grupo de competentes Mestres é uma demonstração de que a Revolução de Março de 1964 está sendo asfixiada pela Revolução Russa de 1917 aqui em nosso território". E que "o pedido de demissão do monge beneditino D. Irineu Penna [...] escancarou portas e janelas, e a opinião pública pode conhecer a extensão do terror cultural implantado naquela unidade Universitária, financiado, aliás, pelo contribuinte" (*O GLOBO*, 5 set. 1968, capa). Não considera versões de outros professores ou do reitor em sua opinião. Finaliza exigindo: "imediatas providências contra esses extremistas que tentam transformar as nossas escolas superiores em sucursais deploráveis da Universidade Lumumba, de Moscou, especializada no treinamento de ativistas do 'terceiro mundo'" (*O GLOBO*, 6 set. 1968, capa). Ao todo, apenas dois professores, além do monge, concordaram com as acusações feitas.

Já as denúncias contra a UnB começaram a ser veiculadas no dia 18 de setembro, quando a pauta sobre a UFRJ perdeu as forças. "Professor denuncia: sexo, vandalismo e roubos na UNB", destaca manchete do jornal. Em depoimento, o professor disse que a subversão na universidade era completa "de participando professores alunos e funcionários", e que "além das pichações diárias, reuniões de ativistas e doutrinações marxistas, vão desde a 'curra' de alunas até roubos, depredações do patrimônio público e particular, bebedeiras constantes e abortos" (*O GLOBO*, 18 set. 1968, capa). A declaração deveria ser extremamente chocante para os leitores da sociedade conservadora da época. No texto da página 6 (*O GLOBO*, 18 set. 1968), o professor ainda acusava os estudantes de espancarem ele e o

reitor, motivo pelo qual a polícia teria invadido a universidade para prender os líderes estudantis. Uma nova narrativa para o episódio começava a ser criada, com o provável objetivo de ganhar apoio da opinião pública. No editorial do dia 20, *O Globo* enfatizava que “o fato e não a notícia é o que verdadeiramente importa”, lavando as mãos por ter noticiado a manchete do dia 18 de setembro, que estava sendo desmentida por muitos outros docentes, que pediam a expulsão do professor que fez as acusações. Uma nota do jornal afirma que o professor tinha maus antecedentes: “Nessa hipótese, agrava-se a situação da Universidade de Brasília, que manteve em seus quadros um criminoso” (*O GLOBO*, 20 set. 1968, capa). De qualquer forma, a universidade estava errada, na opinião do impresso. O jornal argumenta que “reagiu de imediato contra violências praticadas na Universidade de Brasília quando a pretexto de prender alguns agitadores, certas autoridades policiais excederam-se” (*O GLOBO*, 20 set. 1968, capa), para legitimar suas críticas à reitoria e aos estudantes. Por fim, questiona: “É verdade ou é mentira o que vai aí transcrito?” (*O GLOBO*, 20 set. 1968, capa). Sem *mea culpa* por ter publicado depoimento na íntegra sem provas.

Em matéria do dia 21, na primeira manifestação oficial do governo sobre o caso, o ministro da Educação afirmou que pediria a expulsão do professor de território nacional (ele era espanhol), por ter tentado “‘desmoralizar deliberadamente’ a instituição universitária brasileira, ‘generalizando fatos isolados’ que [...] deverão ser devidamente apurados”. O editorial “Espanquem à vontade”, critica a posição de Tarso Dutra, sem dar argumentos sólidos, dizendo que ele “não quer, pelo visto, apurar coisa alguma” (*O GLOBO*, 21 set. 1968, capa). Não satisfeito com o desenrolar, o jornal analisado fez uma reportagem que, segundo ele, “confirmou a situação de causa insustentável” da UnB, “hoje centro de desmandos e anarquia: desde a seleção e expulsão de professores pelos ativistas, até o uso de apartamentos como bordéis, passando pela violência indiscriminada contra colegas e mestres que não respeitam a ‘lei’ do ‘território livre’”. O texto não comenta as fontes e utiliza a foto de uma passeata para ilustrar, com a legenda: “Passeata estudantil em Brasília: os jovens manifestantes pregam a guerrilha e carregam uma bandeira do vietcong”. Um editorial sobre o mesmo tema garante: “Segundo ‘o Globo’, forçado por um dever público, informa hoje aos seus leitores, fatos espantosos estão ocorrendo na Universidade de Brasília”. O texto explica que estudantes expulsaram “no estilo stalinista” 67 professores, deixando eles e suas

famílias em dificuldades e que uma das vítimas “desse terror” teria sido o professor espanhol (*O GLOBO*, 26 set. 1968, capa).

Figura 10 - *O Globo* denuncia "sexo, vandalismo e roubos" na UnB

# ORGIAS E TERROR DESAGREGAM A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Símbolo da subversão



PASSEATA ESTUDANTIL EM BRASÍLIA: OS JOVENS MANIFESTANTES PREGAM A GUERRILHA E CARREGAM UMA BANDEIRA DO VIETCONG

- Estudantes fecham Faculdade de Arquitetura
- 67 professores já demitidos pelo “soviete”
- A violência sexual comprovada fica impune
- Minoria extremista assume comando da UnB
- A inacreditável história de “João Cabeludo”

ANO XLIV - Rio de Janeiro, 5.ª-feira, 26 de setembro de 1968 - N.º 13 903

## O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO

Director-Assessor: HERBERT MOSES

Director-Executivo: RICARDO MARINHO

Director-Administrativo: ROBERTO MARINHO

A reportagem de O GLOBO confirma a situação de caos insustentável a que a dominação de uma minoria estudantil levou a Universidade Nacional de Brasília, hoje centro de desmandos e anarquia: desde a seleção e expulsão de professores pelos ativistas, até o uso de apartamentos como hotéis, passando pela violência indiscriminada contra colegas e mestres que não respeitam a “lei” do “território livre”, o que se passa na UnB, sob a omissão paternalista dos responsáveis pela direção e manutenção, já atingiu a fase da degradação, com a bandeira do Vietcong como símbolo. (PÁGINA 16)

Fonte: *O GLOBO* (26 set. 1968, capa).

A reportagem que ocupa a página 26 inteira chama a UnB de "centro de irradiação de anarquia e de desmandos, à mercê da dominação de uma minoria". As acusações descrevem um poder muito grande a essa minoria de estudantes que teria obrigado o reitor a demitir 67 professores. (*O GLOBO*, 26 set. 1968, p. 16). O jornal não menciona quais provas ele teria sobre isso e apresenta apenas um ofício de demissão recebido pelos docentes que falava em "reestruturação" da universidade. A narrativa sustenta que os alunos agrediam professores e que "Honestino e seu grupo" (denominação repetida inúmeras vezes) pressionavam para que sindicâncias não fossem levadas adiante e efetuavam "tribunais" para julgar mestres que não seguiam "sua cartilha". Uma carta que teria sido enviada por Honestino ao reitor, ordenando a demissão de um professor é transcrita - fica o questionamento de como o impresso teria acesso ao documento, se fosse verdade. Um dos "julgamentos" do "grupo liderado por Honestino" teria expulsado um professor por "desonestidade intelectual", e teriam sido dadas três horas para ele deixar o alojamento em que vivia com a família. Tendo ele se negado, "foi levado à força por alguns professores e o próprio Reitor pela porta dos fundos", enquanto

"Honestino, à frente de seu grupo, invadia o apartamento" e, na presença da mulher e filhos do professor, "começou a promover o despejo, jogando móveis à rua, rasgando documentos, mapas e livros, nos quais em seguida ateou fogo" (*O GLOBO*, 26 set. 1968, p. 16).

Um *olho* na página assegura que uma moça foi violentada em uma festa por seis colegas - a matéria explica que a polícia abafou o caso e um inquérito foi instaurado -, que festas "de verdadeiras libações e bacanais" aconteciam no território universitário e que "foram montados dois prostíbulos" no campus da universidade "com mulheres trazidas de Anápolis e que eram exploradas comercialmente". Reitera-se repetidas vezes que o reitor sabia de tudo, mas não tinha "condições para impor a ordem" (*O GLOBO*, 26 set. 1968, p. 16). O relato feito pelo jornal soa absurdo e não apresenta a fonte das informações, com exceção do caso de estupro em que a jovem deu entrada no hospital e uma investigação foi feita, responsabilizando rapazes que não aparecem relacionados a "Honestino e sua turma".

No dia seguinte, *O Globo* continuou abordando o tema, sem apresentar os outros lados da história, e acusando os estudantes da Universidade de Brasília. Um editorial critica as manifestações estudantis e afirma que, em todo o mundo, os manifestantes são minoria dos jovens (*O GLOBO*, 27 set. 1968). No dia 28, o jornal anunciou que suas denúncias continuavam repercutindo na Câmara, mencionando que Médici, então chefe do SNI, entregaria ao presidente um relatório sobre as investigações feitas na UnB (*O GLOBO*, 28 set. 1968). Setembro terminou e, com ele, o interesse nas acusações feitas pelo veículo, que não foram comprovadas ou negadas. O importante estava feito: não se falava mais em repressão policial e, provavelmente, a opinião pública passaria a apoiar as invasões nas universidades.

#### **5.1.11 “Os alunos da Filosofia tinham uma fonte inesgotável de ‘munição’”**

A cobertura dos dias de outubro de 1968 de *O Globo* iniciou irradiando o clima antagônico da política no período. Era momento de descer do muro, após quatro anos de regime militar, sem previsão de nova eleição democrática, ou se era a favor ou se era contra. Menos para o jornal analisado, que embora tivesse clara sua posição, insistia em defender que uma manifestação poderia não ter conotação política ou que “canção não é sinônimo de político” – conforme declaração sobre o

episódio em que a música *Sabiá*, de Tom Jobim e Chico Buarque, foi vaiada ao receber o primeiro lugar na etapa nacional do Festival Internacional da Canção, vencendo a preferida pelo público, *Para não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré, adotada como hino contra a repressão política da época pela juventude (O GLOBO, 3 out. 1968, capa).

Apesar de aquele ano ter sido marcado pelo ímpeto de mudança dos jovens, o sentimento não era unânime entre eles, muitos, sem acesso às universidades ou moradores de cidade menores, estavam alheios ao que acontecia e outros compactuavam com o pensamento conservador vigente. Essa divergência marcou um dos episódios mais extremos de 1968 no Brasil, quando alunos da Filosofia da USP e alunos da Mackenzie, universidade particular vizinha da primeira, protagonizaram uma batalha a céu aberto. Na edição de 3 de outubro, dia seguinte ao acontecimento, *O Globo* informava: “Estudantes se ‘guerreiam’ em São Paulo”. Sobre o início do conflito, enquanto os universitários da Filosofia teriam alegado que “os mackenzistas foi que se intrometeram com os secundaristas”, que cobravam pedágio, os alunos da Mackenzie “fazendo questão de não responsabilizar ninguém diretamente pelo incidente, defendem-se, recordando que os ânimos ficaram muito exaltados desde que, na quinta-feira da última semana, os alunos da Filosofia promoveram a depredação do auditório Rui Barbosa da Faculdade de Direito”. A matéria afirma que quando a polícia interveio os alunos da Mackenzie estavam em vantagem, mas que no decorrer do combate houve alternância (O GLOBO, 3 out. 1968, p. 3).

Para compensar a desvantagem, pelo menos quanto ao número de atiradores, os alunos da Filosofia tinham uma fonte inesgotável de ‘munição’, num edifício em construção do outro lado da rua, e o eficiente trabalho das moças que, na retaguarda, providenciavam a quebra e distribuição dos tijolos em pedaços (O GLOBO, 3 out. 1968, p. 3).

Este primeiro texto expõe que apenas seis pessoas ficaram feridas sem gravidade e não menciona nenhuma morte. Já a capa do dia 4 de outubro apresenta a manchete: “Guerra de rua entre estudantes de São Paulo acaba com um morto”. A reportagem da página 3 narra que um estudante, José Guimarães, de 20 anos, foi morto e dois outros ficaram gravemente feridos – todos do lado da USP. O jornal explica que havia uma guerra antiga entre os alunos da USP e os da Mackenzie por causa de suas posições ideológicas. O conflito teria iniciado quando alunos da

Mackenzie atiraram ovos em alunos da USP, que faziam pedágio entre as duas faculdades para levantar fundos para União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES). Os alunos da filosofia da USP “compraram a briga”, tendo ocorrido um primeiro conflito e este último “em proporções mais trágicas”. Segundo o veículo, cerca de cem estudantes da USP abandonaram a batalha para fazer uma passeata “armados de paus, pedaços de ferro e pedras, exigindo dinheiro dos motoristas dos carros que passavam, sob a alegação de que precisavam de fundos para enterrar estudante assassinado”, o impresso cita uma lista de depredações que teriam sido feitas pelos estudantes. Um aluno de direito da Mackenzie teria sido raptado pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), não fazendo muito sentido, já que o grupo era composto por estudantes da faculdade privada. No final, 35 estudantes foram presos. O impresso relata, ainda, que a família do estudante morto “concordou em entregar o corpo do jovem para os estudantes para que façam o velório e enterro. A solicitação teria partido do líder José Dirceu, que desejaria “repetir em São Paulo os mesmos acontecimentos do Rio” (*O GLOBO*, 4 out. 1968, p. 3).

Outro texto, na mesma página, informa que os estudantes da Mackenzie tentaram incendiar a Faculdade de Filosofia que “foi alvo, por mais de uma hora, da depredação dos mackenzistas, que queriam, a todo custo, destruir o ‘reduto comunista’, como chamavam a escola superior da UFSP”. Apesar da violência e das depredações, as tropas de choque assistiram ao conflito “tranquilamente à espera de ordens superiores” para intervir. Em nota oficial, Abreu Sodré argumentou que o governo estadual tentou “encontrar solução conciliatória para a crise, evitando assim a intervenção policial”, mas com a “evolução dos acontecimentos” determinou “o isolamento da área em conflito, a ocupação incontinenti de ambas as faculdades e a repressão com todo o vigor às violências cometidas” (*O GLOBO*, 4 out. 1968, p. 3). Entretanto, as matérias sobre o acontecimento não mencionam interferência das forças policiais, sempre dispostas a reprimir movimentos de oposição ao regime. Apesar da abertura de um inquérito policial, segundo Sodré, o caso não foi mais mencionado por *O Globo*.

#### **5.1.12 “Foi a Revolução que evitou a liquidação da Câmara e do Senado”**

Também no início de outubro, Costa e Silva reafirmava que não toleraria mais ofensas aos poderes militares, segundo ele:

“A nação toda é testemunha das ofensas e das provocações irresponsáveis, já intoleráveis”, dirigidas às Forças Armadas “pelos que parecem ignorar que elas constituem exatamente a garantia maior do regime de liberdade em que vivemos, graças, principalmente, a proteção de suas armas e de sua vocação anti totalitária” (*O GLOBO*, 3 out. 1968, capa).

As ofensas apareciam, sobretudo, em frases marcadas em muros, em cartazes e em gritos durante os protestos. Além de reprimir as manifestações, agora o DOPS e a Polícia Federal uniam-se em uma força-tarefa para coibir pichações de *slogans* subversivos (*O GLOBO*, 4 out. 1968, p. 3). As acusações de ditadura eram refutadas pelo governo: “Por que falam em ditadura se estamos em face de uma das maiores demonstrações democráticas de nosso país? Por que falam em ditadura se aqui, nessa convenção, está presente o povo brasileiro, por seus representantes legítimos?” (*O GLOBO*, 4 out. 1968, p. 6), afirmara o presidente em convenção da ARENA, silenciando sobre o seu posto, cargo máximo da nação, não ter sido designado pela população. Provavelmente ciente de que, apesar da hipocrisia, as pessoas lembravam-se da verdade, ameaçava: “o governo não teme os extremistas da esquerda ou da direita, e não tolera, nem tolerará, a atividade de grupos subversivos, que, à margem dos movimentos de oposição, rondam e ameaçam, de vez em quando, as instituições” (*O GLOBO*, 4 out. 1968, p. 6).

Com o caos político que o Brasil viveu ao longo de 1968 e as constantes ameaças dos militares de “não tolerar subversivos”, o Legislativo esteve em estado permanente de alerta, temendo o fechamento do Congresso, apesar da tentativa de Costa e Silva de garantir, falsamente, que isso não ocorreria. Em 5 de outubro, corria nos bastidores o boato (que hoje sabemos ser verdadeiro) de que alas mais conservadoras do Executivo nacional estavam trabalhando para fechar o Congresso, ao que o presidente rebateu, assegurando que “o Poder Legislativo só desapareceria se ele, Costa e Silva, desaparecesse” (*O GLOBO*, 5 out. 1968, capa e p. 6). Talvez àquela altura ainda não tivesse percebido que, se fosse preciso, a extrema-direita desapareceria, sim, com ele ou mentisse descaradamente para ganhar tempo, de maneira que senadores, deputados e o povo em geral fossem pegos de surpresa, sem ter tempo para reagir ao golpe dentro do golpe. Indiferente do motivo, os “partidos revolucionários” – em especial a ARENA, mas também alguns integrantes do MDB – compravam o discurso (ou fingiam que sim por precaução), a ponto de chamarem as denúncias de “provocações” e “insultos”. O senador Daniel Krieger, presidente arenista e líder do governo no Senado, “frisou

que o Legislativo somente poderia desaparecer com o regime, que está forte, garantindo-o, portanto” (*O GLOBO*, 8 out. 1968, capa). Após o 13 de dezembro, Krieger amarguraria ter sido tão inocente, encabeçando um manifesto contra o novo ato institucional. Já o deputado federal Ernâni Sátiro, líder situacionista na Câmara, disse ao jornal *O Globo* “esperar dos homens responsáveis da oposição, que atuem junto aos seus correligionários mais exaltados, para que acabem as provocações, os insultos e as ofensas ao Governo e às Forças Armadas” (*O GLOBO*, 7 out. 1968, capa). As primeiras denúncias de esquemas terroristas de extrema-direita organizados pelas Forças Armadas haviam sido feitas, e os congressistas da ARENA preferiam acusar os colegas do MDB a assumir que aqueles que defendiam pudessem estar armando sua queda. Nesse momento, também começou a se desenhar a narrativa que serviria de argumento para o quinto ato institucional, falas de dois deputados que passaram despercebidas por mais de um mês seriam usadas para intensificar a crise entre os poderes.

A defesa implacável do grupo de Marinho ao regime de exceção vigente persistia por meio dos editoriais de *O Globo*, iniciativa que seria mantida inclusive após o AI-5. No texto “Um pouco mais de energia”, o veículo alega: “Está em marcha a nova arremetida das forças contrarrevolucionárias. Todos os meios para lograr a divisão entre os protagonistas do 31 de Março vêm sendo usados”. Como argumento, menciona pela primeira vez o discurso feito pelo deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB, em 2 de setembro:

Na Câmara, houve um deputado que classificou o Exército Nacional de “valhacouto de torturadores”, ao mesmo tempo que pedia aos pais que não assistissem ao desfile de Sete de Setembro, pois isso seria auxiliar os “carrascos, os espancadores, os metralhadores dos seus filhos” (*O GLOBO*, 8 out. 1968, capa).

Passados 36 dias desde que as palavras foram proferidas, *O Globo* considerou um bom momento para lembrá-las. O editorial ainda faz coro com a versão oficial:

Como cortina de fumaça, a subversão lança boatos como o do fechamento do Congresso. Ora, a verdade histórica documenta precisamente o contrário: foi a Revolução que evitou a liquidação da Câmara e do Senado, que já se encontravam no corredor da morte, condenados em sentença pública pelo brizolismo em avanço galopante (*O GLOBO*, 8 out. 1968, capa).



O “jornalismo do mato” (LARANGEIRA, 2015) usava e abusava da retórica, invertia os acontecimentos e os papéis dos personagens envolvidos, fortalecia um imaginário a partir de uma narrativa forjada. No dia seguinte, a argumentação continuava: “Há uma fração política especializada na divulgação de rumores falsos, de intrigas, de denúncias fantásticas”. A coluna opinativa seguia criticando a esquerda e os movimentos estudantis, dizia que comprovou o terrorismo cultural nas universidades, e que o Comando de Caça a Comunistas seria uma invenção da esquerda para “abafar a verdade, cuja divulgação não lhes convém”. Finaliza: “A Revolução de 31 de Março está sob a maior das ameaças: a mentira enlatada. Da mistificação fabricada” (*O GLOBO*, 9 out. 1968, capa). As denúncias mais absurdas contra a esquerda, como a de que alunos agrediam e expulsavam professores com a conivência da reitoria ou de que as manifestações ao redor do mundo fizessem parte de uma estratégia comunista, eram plausíveis para Roberto Marinho e companhia, mas qualquer acusação que pudesse prejudicar a imagem da “Revolução” seria enfaticamente contestada por eles.

Em artigo para o caderno de sábado do *Correio do Povo*, em ocasião do aniversário de 50 anos do AI-5, o jornalista José Augusto Ribeiro revelou que inicialmente ninguém soube ou deu importância ao discurso “de menos de cinco minutos para um público de menos de dez pessoas” de Marcito, mas que alguém dentro dos órgãos de informações teve acesso à fala no Diário do Congresso e “milhares de cópias dele foram distribuídas nos quartéis de todo o país”, informação que Ribeiro descobriu ao fim da década de 1990 em pesquisas realizadas para um livro sobre Tancredo Neves, publicado pelo jornalista em 2005 (RIBEIRO, 2018).

Somente em 10 de outubro, a primeira matéria que aborda a possível cassação de Márcio Moreira Alves foi veiculada em *O Globo*. “Gama e Silva quer cassar 2 deputados”, declara a manchete. O texto conta que o ministro da Justiça desejava caçar Moreira Alves e o colega de MDB Hermano Alves com base no artigo 151 da Constituição vigente na época<sup>33</sup>, mas, para isso, precisava de licença

---

<sup>33</sup> “Art 151 - Aquele que abusar dos direitos individuais previstos nos §§ 8º, 23, 27 e 28 do artigo anterior e dos direitos políticos, para atentar contra a ordem democrática ou praticar a corrupção, incorrerá na suspensão destes últimos direitos pelo prazo de dois a dez anos, declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação civil ou penal cabível, assegurada ao paciente a mais ampla, defesa. Parágrafo único - Quando se tratar de titular de mandato eletivo federal, o processo dependerá de licença da respectiva Câmara, nos termos do art. 34, § 3º”. Os §§ afirmavam: “§ 8º - É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto a espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que

da Câmara. Já nesse primeiro anúncio, o indício da posição do Legislativo: os líderes arenistas “desaconselharam a adoção daquela iniciativa” (*O GLOBO*, 10 out. 1968, capa). Hermano publicou um artigo intitulado “Problema de Autoridade” uma semana antes, em 3 de outubro, no *Correio da Manhã* (p. 6), no qual denunciava um esquema político-militar planejado por líderes das Força Armadas, entre eles o general Jaime Portela, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional – o mesmo que organizava os atentados da extrema direita de dentro do Palácio do Planalto (QUADROS, 2018) – e o próprio Gama e Silva para

[...] criar um clima de ‘endurecimento’ capaz de permitir o fechamento do Poder Legislativo, o expurgo político do Poder Judiciário, a intervenção nos Estados, a repressão ao movimento sindical, a censura à Imprensa e o esmagamento dos movimentos de estudantes, intelectuais e artistas (*CORREIO DA MANHÃ*, 3 out. 1968, p. 6).

No opinativo, Hermano ainda alertava, buscando uma maneira de prevenir o mal que estava por vir:

O processo de golpe está desencadeado e, a esta altura dos acontecimentos, a posição do Congresso torna-se de grande importância. É uma vítima em potencial. Ao mesmo tempo, é um centro de decisões que se pode restaurar no instante de grave crise, quando os militaristas e os burocratas civis que os apóiam virem-se – diante dos problemas administrativos, sociais e econômicos – sem outros recursos para a ação, a não ser o golpe imediato (*CORREIO DA MANHÃ*, 3 out. 1968, p. 6).

Para ele, a Câmara (bem como o Senado) deveria reconhecer que estava “cercada, e agir, politicamente, com vontade e coragem”. Acreditava que ainda havia tempo para barrar o golpe, e revelá-lo, mantendo-se firme, poderia trazer para o lado da legalidade as alas mais sensatas das Forças Armadas.

Os grupos que preparam o golpe ainda não estão em condições de desencadeá-lo com a necessária presteza. Se tivessem, não teriam tanto empenho em desmoralizar o Congresso ou a Universidade de Brasília. Teriam fechado, um e outra, pura e simplesmente. Por enquanto, esses

---

cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe. [...] § 23 – É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer. [...] § 27 – Todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem. A lei poderá determinar os casos em que será necessária a comunicação prévia à autoridade, bem como a designação, por esta, do local da reunião. § 28 – É garantida a liberdade de associação. Nenhuma associação poderá ser dissolvida, senão em virtude de decisão judicial” (BRASIL, 1967).

grupos precisam do marechal Costa e Silva, que também sofre pressões no sentido contrário. Se vitoriosos, poderão dispensar os seus serviços [...]. Se a Câmara tiver a sabedoria necessária, o golpe será abortado a tempo (*CORREIO DA MANHÃ*, 3 out. 1968, p. 6).

A mais precisa análise da conjuntura política de 1968 veio de um parlamentar que se considerava apenas “regular”. Sobre o caso, Hermano teria comentado que a iniciativa do ministro da Justiça não era uma medida punitiva contra os atos dos dois deputados, mas sim “mero pretexto pelo qual o Governo procura, mais uma vez, atingir o Congresso e os jornais, a fim de silenciá-los de uma vez por todas” (*O GLOBO*, 10 out. 1968, p. 6). O deputado, que também era jornalista, mencionou os jornais pois seu caso poderia ser enquadrado pela Lei de Imprensa da época, uma vez que a “ofensa às Forças Armadas” havia sido publicada em um veículo noticioso. Apesar da tentativa de censura por Gama e Silva, Hermano publicou outro comentário sobre o caso no dia 10 de outubro, também no *Correio da Manhã*, no qual reafirmava que a “conspiração” para fechamento do Congresso e término do que restava de liberdade civil e política estava “em curso nos meios governamentais” e delatava a violência contra estudantes e oposição. Para o deputado, a necessidade de alguns de fazer permanecer o regime a qualquer preço seria um reflexo dos crimes e excessos que cometeram nos primeiros quatro anos de ditadura. “A consciência dos erros que cometeram, misturada com as críticas generalizadas e com a sensação de que a opinião pública, maciçamente, condena seus atos, está levando ao desespero todos aqueles que cometeram violências”. Por fim, lembrava os militares que se negaram a fazer parte do plano Para-Sar<sup>34</sup> e exaltava a dignidade e a coragem deles que prevaleceriam, fazendo a nação “recompor-se em ordem, em liberdade e em paz” (*CORREIO DA MANHÃ*, 10 out. 1968, p. 6).

### **5.1.13 “A revolução jamais será popular à custa de sorrisos e pancadinhas nas costas”**

Ainda em outubro, um novo episódio daria força à narrativa daqueles que falavam em um plano comunista global. Em 12 de outubro, o XXX Congresso da

---

<sup>34</sup> O caso Para-Sar foi denunciado em 1968, e consistia em um plano para uso do Para-Sar, unidade de paraquedistas das Forças Armadas especializada em busca e salvamento, para a execução de ataques terroristas, de maneira a intensificar o clima de tensão e pressionar o governo por medidas repressivas mais duras (GASPARI, 2014a).

UNE, que estava sendo realizado em Ibiúna, cidade do interior de São Paulo, foi descoberto pela polícia. Dos cerca de mil estudantes presentes, 739 foram presos pelas autoridades, entre eles os principais líderes estudantis que ainda estavam em liberdade: Vladimir Palmeira (que conseguira *habeas corpus* em 18 de setembro), Luís Travassos, José Dirceu e Jean Marc Von Der Weig<sup>35</sup>. A invasão da polícia aconteceu no sábado, sem edição no domingo, *O Globo* publicou informações sobre o acontecimento na segunda-feira, 14 de outubro, com a manchete “Agitadores estudantis começam a depor hoje”, a qual informa que os estudantes presos durante a “fulminante ação da polícia” em Ibiúna começariam a ser ouvidos, entre eles, os “principais agitadores do meio estudantil” (*O GLOBO*, 14 out. 1968, capa). Na página 4, a matéria aparece em um box – as linhas que delimitam o texto fogem do estilo gráfico usado pelo impresso – e reforça que todos os participantes foram presos em uma ação policial que transcorreu “na mais perfeita ordem, sem violência”. Entre as pessoas levadas ao presídio da Avenida Tiradentes, em São Paulo, estavam alguns jornalistas, mas os “principais detidos foram encaminhados ao DOPS”. O texto apresenta uma citação de Vladimir Palmeira, que teria dito: “Nunca poderíamos supor que fôssemos cair assim de forma tão vexatória”. A partir da frase, o veículo narrou as falhas do movimento estudantil ao organizar um evento tão grande em uma cidade pequena e em um sítio sem estrutura e sem segurança (*O GLOBO*, 14 out. 1968, p. 4).

As prisões e apreensões feitas em Ibiúna abririam brechas para inúmeras acusações das autoridades, muitas das quais talvez não fossem verdadeiras. Como um envelope que estaria endereçado a Luís Travassos com documentos com “diretrizes para os movimentos estudantis no Brasil, ‘proclamando chegada a hora de levar para as ruas a luta pela libertação do Povo contra a ditadura de traição nacional’”. A mensagem teria sido enviada de Cuba e possibilitou uma manchete apelativa: “Mensagem de Cuba apreendida em Ibiúna – Ordem de Havana a estudantes do Brasil: levem a revolução à rua”. O grupo *Globo* não perdeu tempo em comprar a versão militar, e em um editorial deu como certa a “submissão vil” dos brasileiros à comunista Cuba (*O GLOBO*, 16 out. 1968, capa). Outro editorial chamou o sentimento da oposição de “ódio importado”, fazendo alusão à suposta

---

<sup>35</sup> Nas eleições efetivadas no encontro, Dirceu foi eleito presidente da UNE com apoio de Palmeira, vencendo Von Der Weig, que era apoiado por Travassos.

relação entre as manifestações estudantis daqui e o país de Fidel Castro (*O GLOBO*, 23 out. 1968, capa). Já o de 17 de outubro defendeu:

A revolução jamais será popular à custa de sorrisos e pancadinhas nas costas. Terá de se afirmar no domínio das realizações incontestáveis e claras aos olhos da maioria [...] A revolução vive agora o seu momento mais difícil. É preciso que haja, lá em cima, consciência disso. (*O GLOBO*, 17 out. 1968, capa).

Mais uma vez o jornal de Marinho cobrava dureza do governo Executivo, e logo seu desejo seria realizado. No dia 19, *O Globo* publicava uma chamada sobre a UNE em espaço noticioso, apesar de usar um tom opinativo:

*Abandonando os subterfúgios com que sempre tentou iludir a opinião pública – e principalmente a juventude –, a extinta UNE solicitou a convocação de elementos estrangeiros para dirigir os movimentos de agitação estudantil no Brasil e em outros países da América Latina (*O GLOBO*, 19 out. 1968, capa, grifo nosso).*

Menciona, novamente, os tais documentos que teriam sido apreendidos durante ação no Congresso em Ibiúna. Contribuindo para fortalecer a teoria de um plano comunista mundial. Mais para o final do mês, armamentos foram apreendidos em posse de célula do Partido Comunista chinês na cidade do Rio de Janeiro. No conteúdo, o periódico informa que “80 bananas de dinamite, detonadores, pavios, impressos louvando Mao tsé-tung e Lin Piao, dois mimeógrafos e materiais de impressão” foram encontrados (*O GLOBO*, 25 out. 1968, capa). A pressão das alas conservadoras e da imprensa “amiga” estava surtindo efeito, logo foi marcada uma reunião do alto comando das Forças Armadas, na qual “foram debatidas as causas da inquietação militar ante os últimos acontecimentos nas áreas políticas estudantis e traçadas normas para enfrentar os planos de violência elaborados por alguns dirigentes da extinta UNE” (*O GLOBO*, 22 out. 1968, capa).

Apesar de tudo estar contra os planos do movimento estudantil, os jovens ainda tinham garra para se organizar e lutar por sua causa. No dia 16 de outubro, cerca de mil estudantes ocuparam a antiga sede da “ex-UNE”, na Praia do Flamengo, na Guanabara, fazendo comícios contra a intervenção policial no congresso da entidade. Em outros estados também houve passeatas, greves ou reuniões para preparar manifestações (*O GLOBO*, 17 out. 1968, capa). Em 23 de outubro, um protesto de alunos da Escola de Medicina da UEG foi violentamente reprimido, deixando “um estudante morto com um tiro na cabeça, mais cinco

baleados e quatro policiais feridos a pedradas” (*O GLOBO*, 23 out. 1968, capa). A vítima fatal foi Luís Paulo Cruz, secundarista de Medicina, que seria defendido pelo impresso nos dias seguintes como “democrata e contra badernas”, cuja “presença no local do tumulto só poderia ter sido para dissuadir os companheiros e chamá-los à razão” (*O GLOBO*, 24 out. 1968, capa). No dia seguinte, mais um confronto: “Cerca de 200 manifestantes [...] acabaram travando sangrento conflito [...] com choques da Polícia Militar, do qual resultou um comerciário e um operário morto a tiros e inúmeras pessoas, inclusive jornalistas, feridos a bala e pedradas” (*O GLOBO*, 24 out. 1968, capa). A violência entre polícia e manifestantes não parecia ter fim.

#### **5.1.14 “Somos fortes e nossa reação também será sempre forte”**

Apesar dos artigos de Hermano e da vontade por parte do governo executivo em puni-lo, logo o foco passou a estar somente sobre Márcio Moreira Alves. Ainda em outubro, *O Globo* noticiava na capa do dia 22 que Costa e Silva “reafirmou seu empenho em que seja o parlamentar do MDB punido pelas injúrias que atacou contra as forças armadas” (*O GLOBO*, 22 out. 1968, capa). A declaração do presidente era uma resposta a uma carta de Daniel Krieger, presidente da ARENA, que tentava dissuadir o governante de processar o deputado, argumentando que “o princípio da inviolabilidade parlamentar deve prevalecer sobre qualquer outro”. O chefe do governo rebateu: “o artigo 151 estabelece claramente a possibilidade da punição”. (*O GLOBO*, 22 out. 1968, p. 10). A coluna “Política”, também na página 10, relata que os parlamentares estavam se manifestando pouco sobre esse ou qualquer tópico e que, em tribuna, discutiram hipóteses sobre o que poderia acontecer caso negassem a licença para o processo. Entre as possibilidades, muitos acreditavam em um agravamento da crise político-militar e retaliações, inclusive com suspensão das garantias constitucionais.

Apesar de Costa e Silva insistir que o governo visava apenas punir um “mau parlamentar”, e não atingir o Legislativo, como um todo, era de conhecimento de todos que a crise não se limitava ao caso de Marcito e que o alto escalão buscava maneiras de fazer com que a “Revolução” prosperasse, indiferente da vontade popular. “A informação é de que em todos os núcleos e guarnições militares sobe a temperatura, e que o sentimento geral é para o Governo dar um basta”, publicava a

coluna de política do jornal analisado (*O GLOBO*, 22 out. 1968, p. 10). Se parecia neutro até aquele momento, em outubro, o presidente deixou claro qual briga comprara, afinal, como lembra *O Globo*, o Marechal Costa e Silva era um chefe militar. Estava “bem clara” a posição dele, “que desta vez ficou ao lado de seus camaradas, exigindo uma punição” (*O GLOBO*, 24 out. 1968, capa) do deputado escolhido pela ira dos comandantes das Forças Armadas. Mesmo assim, possivelmente buscando diminuir as tensões às vésperas da visita da Rainha Elizabeth II ao Brasil, o presidente da ARENA ainda garantia que o sítio não era uma opção considerada pelo governo.

Acredita-se que a visita da monarca inglesa, que conheceu algumas cidades e acompanhou o início das obras da Ponte Rio-Niterói, foi um dos motivos para que o golpe fosse adiado. No dia que ela chegou ao país, o pedido de licença à Câmara para que a Procuradoria Geral da República processasse os deputados Márcio e Hermano tramitava no Supremo Tribunal Federal. Segundo *O Globo*, o governo não pretendia “no momento” suspender os direitos políticos de outros parlamentares (*O GLOBO*, 1 nov. 1968, capa). Na mesma data, o vice-presidente da República declarou ao jornal que um novo Ato Institucional só poderia ser feito “subversivamente”:

– Sempre que leio uma notícia de que se pretende alterar a Constituição mediante a promulgação de um ato, fico certo de que o que se pretende é a subversão da ordem constitucional vigente – disse. – Pouco importa o adjetivo que se escolha para qualificar o ato, seja institucional, seja adicional. O que importa é saber o que aquele ato contém, é a substância do próprio ato, pois se o conteúdo tiver a pretensão de revogar ou modificar qualquer dispositivo constitucional, quem estiver fazendo a sugestão do ato ou revela ignorar a própria Constituição ou, então, está tendo uma iniciativa de caráter subversivo (*O GLOBO*, 1 nov. 1968, p. 6).

Ainda que fizesse parte da cúpula que promulgou o AI-5, Pedro Aleixo manteria sua posição um mês mais tarde na reunião do Conselho de Segurança Nacional em que foi votado o texto do ato, sendo o único presente a ser contra a medida.

Nesta oportunidade, pois, o que me parecia aconselhável, seria antes do exame de um Ato Institucional, seria a adoção de uma medida de ordem constitucional que viesse a permitir o melhor exame do caso em todas as suas consequências [sic]. Essa medida seria a suspensão da Constituição por intermédio do recurso do estado de sítio.

Acrescento senhor presidente, que, da leitura que fiz do Ato Institucional, cheguei à sincera conclusão de que o que menos se faz nele é resguardar a

Constituição, que no seu artigo 1º declara-me preservada. [...] Porque, da Constituição que, antes de tudo, é um instrumento de garantia de direitos da pessoa humana, de garantia de direitos políticos, não sobra, nos artigos posteriores, absolutamente nada que possa ser realmente apreciável como sendo uma caracterização do regime democrático. [...] Pelo Ato Institucional, o que me parece, adotado esse caminho, o que nós estamos é com uma aparente ressalva da existência dos vestígios de poderes constitucionais existentes em virtude da Constituição de 24 de janeiro de 1967, e instituindo um processo equivalente a uma própria ditadura. Se é necessário fazê-lo, se esta é uma contingência da necessidade, então o problema se apresenta sob um outro aspecto. Mas, do ponto de vista jurídico, eu entendo que, realmente, o Ato Institucional elimina a própria Constituição. [...] Eu não posso, efetivamente, compreender nenhum Ato Institucional que não seja o ato de uma nova revolução, que para mim não é a revolução de 31 de março de 1964, porque essa declarou-se institucionalizada na Constituição de 31 de março... 24 de janeiro de 1967 [sic] (ALEIXO, 1968).

A opinião defendida pelo jurista no dia 13 de dezembro de 1968 sentenciou à morte sua parceria com os militares, com o afastamento de Costa e Silva no ano seguinte, Aleixo foi impedido de assumir a Presidência por meio do AI-12.

O pedido referente à Marcito chegou ao Congresso Nacional no dia 6 de novembro, e foi diretamente encaminhado pelo presidente da Câmara, José Bonifácio, à Comissão de Justiça. A edição desse dia explica o processo: após o recebimento do pedido pela Comissão, o presidente desta deveria designar o relator em até 48 horas, que examinaria a matéria e abriria processo à defesa do deputado, com prazo de dez dias; a partir do retorno, o relator daria seu parecer. Também contabiliza os prazos dos trâmites e sugere a possibilidade de Convocação Extraordinária<sup>36</sup> do Congresso para que o caso fosse votado ainda em 1968. Apesar de a responsabilidade de licenciar fosse da Câmara, senadores favoráveis também se pronunciaram sobre a ação, como Clodomir Millet, da ARENA, que afirmou ao jornal que a situação deveria ter uma solução positiva rápida “para benefício do regime e do País” (*O GLOBO*, 7 nov. 1968, p. 10).

A dissimulação de algumas figuras do governo que diziam, às vésperas do AI-5, defender a legalidade chega a exasperar quem recupera a narrativa daquele ano. O ministro do Exército, Lyra Tavares<sup>37</sup>, por exemplo, afirmava que “[...] as ofensas ao exército e as agitações estimuladas para que o Brasil não corrija, sobretudo nas

<sup>36</sup> “É o funcionamento do Congresso Nacional fora do período da sessão legislativa ordinária. [...] O Congresso também pode ser convocado, em caso de urgência ou interesse público relevante, pelo presidente da República e pelos presidentes da Câmara e do Senado, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional” (CONVOCAÇÃO..., [2019?]).

<sup>37</sup> Em *O Globo* e em algumas fontes, a grafia do nome aparece como “Lira”.



suas causas sociais e econômicas, os males do passado, como o governo vem procurando fazer" deveriam ser combatidas pela "Revolução" com "as armas *legais* por ela dadas ao Executivo" (*O GLOBO*, 8 nov. 1968, capa, grifo nosso). Cinco semanas depois declararia, sem ressalvas, ser favorável ao AI-5, com o seguinte discurso:

Também devo declarar de acordo com as palavras do ministro da Marinha, que ouvi com grande e merecido respeito, os conceitos de jurista, com a responsabilidade de vice-presidente, Doutor Pedro Aleixo, mas devo declarar que, se ele tivesse, diretamente, a responsabilidade de manter esta nação em ordem, ele não se ateria tanto aos textos respeitabilíssimos do direito e das leis. Nós estamos agora perdendo condições, e reconhecemos isso, e o excelentíssimo senhor presidente sabe disso, perdendo condições de manter a ordem neste país (TAVARES, 1968).

Nesse trecho é possível perceber que limites *legais* não interessavam ao general, que, além de excluir a autoridade de Pedro Aleixo no governo, anunciava o verdadeiro problema enfrentado pelos militares: "Nós estamos agora perdendo condições [...] de manter a ordem neste país". A afirmativa tinha também um caráter pessoal, ele próprio havia perdido o controle de seus subordinados do exército - àquela altura provavelmente já tinha conhecimento dos atentados terroristas organizados de dentro de seus quartéis.

Com semelhante hipocrisia, o ministro dos Transportes, Mário Andreazza, que deu um dos votos mais curtos a favor do AI-5 - "Estou de pleno acordo com a proposição feita, porque acho que o momento, que no momento [sic], há uma contestação ao processo revolucionário" - defendia à imprensa ao final de novembro: "A Revolução é a própria Constituição vigente, que traduz com propriedade os seus princípios e objetivos, e o Presidente jamais pensou ou admite editar atos institucionais ou dispositivos extralegais" (*O GLOBO*, 20 nov. 1968, p. 6). De maneira contrária, havia quem assumisse o que muitos pensavam, como o ministro do Interior, Affonso Albuquerque Lima, o qual assegurou a um grupo de jornalistas políticos recebidos em seu gabinete: "A Revolução está em marcha [...] e seus interesses é que dirão se a Constituição basta ou não. Se seu poder é suficiente ou não. Uma coisa é certa: a Revolução não se deterá diante de nada" (*O GLOBO*, 20 nov. 1968, p. 6).

Em 15 de novembro, as eleições municipais foram interpretadas pelos governos executivos como uma demonstração de que o povo estava ao lado do

regime. Costa e Silva comemorava que as vitórias da ARENA consolidavam a “Revolução” (*O GLOBO*, 18 nov. 1968, capa). Abreu Sodré, governador de São Paulo, também celebrou os resultados, afirmando que “Essa foi uma resposta democrática do Povo aos totalitários que pregam a abstenção”, citou a vitória do “partido revolucionário” no ABC paulista, tradicionais “redutos da Oposição”, “como prova do engajamento popular nas teses da Revolução” (*O GLOBO*, 19 nov. 1968, capa). O quarto poder não ficou de fora dos festejos, em editorial, *O Globo* analisa o pleito:

Não há deformação que conta a verdade essencial: o povo, chamado às urnas, votou. E votou livremente, cercado de todas as garantias democráticas em onze Estados, alguns dos quais de peso na política nacional, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Paraná. Portanto, a primeira constatação a fazer é esta: os que falam em ditadura não conseguem provar o que sustentam. Um país onde a imprensa é livre e onde se vota com plena liberdade é um país democrático. [...] Passamos a outro ponto. O que disse o povo nas urnas? O eleitorado desses onze Estados não desprezou a Revolução. [...] Se o MDB vencesse por larga margem, confirmar-se-ia o que os extremistas sustentam, ou seja, que os brasileiros desprezariam o movimento revolucionário. No entanto, a vitória – e parece que esmagadora da ARENA – pelo menos significa que o povo encara a Revolução com naturalidade e dela continua a esperar a reforma do País”. [...] Se o voto de 15 de novembro não foi de aplauso – e poderá ter sido –, certamente não deixou de ser um sólido voto de confiança” (*O GLOBO*, 19 nov. 1968, capa).

Apesar de toda a exaltação com as eleições, a situação não era tão favorável assim, o mesmo editorial admite que “seria falsear a realidade se aqui viéssemos proclamar que o povo ‘consagrou’ o 31 de Março. Trata-se de pleito estadual, em que prevalecem, fortes, as injunções paroquiais” (*O GLOBO*, 19 nov. 1968, capa). Afinal, em matéria na página 6 da mesma edição, o impresso noticia que o MDB avançou, sendo eleito em cidades importantes de São Paulo, como Santos, Campinas, Taubaté e Franca. Do total de 121 municípios com pleitos no estado paulista, 107 foram vencidos pela ARENA, mas desses, 73 não tinham candidatos do MDB, tornando subjetivo o resultado. Em Porto Alegre, capital do estado em que Costa e Silva e tantos outros líderes da “Revolução” nasceram - seis dos 24 participantes da reunião em que o AI-5 foi aprovado eram gaúchos, Daniel Krieger, presidente da ARENA, também era -, o MDB manteve a maioria na Câmara de Vereadores, o prefeito seria nomeado pelo governador Walter Peracchi Barcelos, por sua vez nomeado pelo governo Castello Branco, no qual foi ministro do Trabalho e Previdência Social. O partido de oposição venceu em quase metade dos

municípios do Rio Grande do Sul, “com maior evidência, principalmente nas grandes cidades e nos municípios considerados como ‘área de segurança nacional’” (*O GLOBO*, 20 nov. 1968, p. 6). O que reforça a denúncia de que a medida a qual estipulou essas áreas, cujos prefeitos seriam indicados, visava controlar territórios em que o executivo provavelmente seria derrotado.

Paralelamente, o pedido de licença para o processo de Marcito corria pela Câmara. Dia 19 de novembro, *O Globo* destaca em título “Comissão de Justiça concede a licença”, antecipando acontecimentos, uma prática recorrente – e nada ética – do jornalismo praticado pelo veículo no período. A realidade era apresentada no texto, o *lead* conta que o líder em exercício do governo na Câmara, Geraldo Freire, declarou “não haver dúvidas de que a Comissão de Constituição e Justiça [...] concederá a licença para que o Deputado Márcio Moreira Alves seja processado”, e lembrava que esse era o primeiro anúncio nesse sentido, todos os outros previam a negativa. Mais abaixo, a citação do deputado: “– Ainda é cedo para definições – observou o Sr. Geraldo Freire – [...] Além do mais, como a votação, na Comissão de Justiça e no plenário, é secreta, muita coisa pode acontecer” (*O GLOBO*, 19 nov. 1968, p. 6). Na data em que Freire conjecturava o futuro, publicado como presente, Moreira Alves entregava sua defesa prévia à Secretaria da Câmara, a qual direcionaria à Comissão para que o parecer fosse dado.

O parecer do relator da Comissão de Constituição e Justiça, Lauro Leitão, foi entregue dia 21 de novembro. Nele, o deputado da ARENA expôs o acontecimento e desenvolveu teses a favor e contra. A neutralidade surpreendeu o partido situacionista e o jornal analisado, “cento e vinte laudas mimeografadas para não dizer nem sim nem não à concessão” (*O GLOBO*, 22 nov. 1968, p. 8). A votação do órgão técnico, que ocorreria em seguida, foi adiada pelos pedidos de vista<sup>38</sup> de parlamentares do MDB, o que *O Globo* considerava como uma confirmação da “tendência pró-concessão da licença” (*O GLOBO*, 22 nov. 1968, p. 8). A licença realmente passou pela Comissão, mas não sem grande esforço da oposição para barrá-la. Quando foi finalmente aprovada, em 10 de dezembro, após dias de

---

<sup>38</sup> “Solicitação feita pelo senador para examinar melhor determinado projeto, adiando, portanto, sua votação. Quem concede vista é o presidente da comissão onde a matéria está sendo examinada, pelo prazo improrrogável de até cinco dias” (PEDIDO DE VISTA, [2019?]).

obstrução<sup>39</sup> pelo MDB, por 19 votos contra 12, o presidente do órgão técnico, Djalma Marinho, pediu a renúncia do cargo, sendo seguido por todos os parlamentares do partido opositor que compunham a Comissão.

A pressão no Legislativo era grande. Se aprovassem a licença para processo contra Marcito, abririam um precedente contra eles mesmos, se recusassem, era provável uma reação dura do Executivo. Os militares ameaçavam, exagerando o significado do discurso do deputado. No início de dezembro, o Presidente alegou “estarem, ele e os parlamentares, diante de um problema grave”, que deveria ser resolvido dentro da legalidade. “Se a área política compreender bem essa gravidade – afirmou –, por certo emprestará toda sua colaboração para solucioná-la” (*O GLOBO*, 2 dez. 1968, capa). Caso não compreendessem, que estivessem avisados: “Não pensem que podem agir à vontade contra as instituições e que ficaremos de braços cruzados. Somos fortes e nossa reação também será sempre forte” (*O GLOBO*, 2 dez. 1968, capa).

No mesmo sentido, os ministros continuavam a dar declarações aos veículos sobre o caso, em 4 de dezembro, alegando o caráter democrático da iniciativa do governo. Passarinho, ministro do Trabalho, que andava desaparecido das manchetes depois de grande exposição durante as greves, jogava com a retórica: “os subversivos gozam de ampla liberdade para conspirar contra o regime, enquanto os democratas enfrentam dificuldade para defendê-lo”. Assegurava crer que a Câmara não iria julgar o parlamentar, “mas dizer se concorda ou não com que ele afirmou das Forças Armadas” (*O GLOBO*, 4 dez. 1968, capa). Por sua vez, Lyra Tavares voltava a se pronunciar, em nota à imprensa, na qual apelava à moral: “o exército, unido e coeso, não se conforma com a afronta pública feita a seus bríos e à sua dignidade, e não acredita que a lei democrática acoberta impunidade de quem quer que dela abuse”. (*O GLOBO*, 4 dez. 1968, capa).

Finalmente, em 12 de dezembro foi a pleito na Câmara de Deputados o pedido de licença para processar Márcio Moreira Alves, e a maioria do plenário votou contra, 216 votos contra 141. Desses votos, 93 foram de arenistas. Doze deputados votaram em branco e mais de duas dezenas não compareceram. O jornal alega que muitos votos foram revertidos nos últimos minutos pelo depoimento de

---

<sup>39</sup> “Recurso usado para evitar a votação de determinada matéria. É anunciada pelo líder do partido ou do bloco, fazendo com que os parlamentares liderados se retirem do Plenário. Apenas o líder do partido ou do bloco em obstrução permanece em Plenário” (OBSTRUÇÃO, [2019?]).

Marcito, no qual o deputado negou a intenção de ofender as Forças Armadas. O veículo afirma, também, que o governador de São Paulo, Abreu Sodré, teria pedido à bancada paulista que votasse contra, informação proveniente dos bastidores e que não chegou a ser confirmada (*O GLOBO*, 13 dez. 1968).

Na capa de *O Globo*, uma foto dos deputados aplaudindo de pé o resultado e indagações sobre as consequências do resultado. Os congressistas e os presentes nas galerias, em sua maioria estudantes, comemoraram o resultado. O veículo narra abraços entre rivais políticos, “cenas até então nunca imaginadas” (*O GLOBO*, 13 dez. 1968, p. 18). Alguns teriam exclamado: “até que enfim, pagamos para ver”. Passada a euforia, começaram as hipóteses do que poderia acontecer, no momento em que “um grande número de parlamentares dirigia-se rapidamente para a agência do Banco do Brasil, um andar abaixo, limpando suas contas” (*O GLOBO*, 13 dez. 1968, p. 18). Apesar do discurso de Marcito, a decisão “desencadeou grande inquietação nas Forças Armadas” e sabia-se que viria resposta. “O Presidente Costa e Silva deverá optar por uma dessas duas fórmulas: 1) Recesso do Congresso através de Ato Institucional; 2) Decretação do estado de sítio”, conjecturava o veículo (*O GLOBO*, 13 dez. 1968, capa).

#### **5.1.15 “Ato Institucional visa a preservar a Revolução e a defender o regime”**

A resposta foi rápida. Apesar de terem recebido o resultado com “surpresa e indignação” (*O GLOBO*, 13 dez. 1968, p. 18), os militares já começaram a se organizar logo após a votação. No Rio de Janeiro e em Brasília, o exército ficou de prontidão, segundo *O Globo* (13 dez. 1968), que também afirmou que houve intensa movimentação do governo ao término da plenária. O presidente teria ouvido o resultado pelo rádio do carro que o deslocava do aeroporto ao Palácio das Laranjeiras. Em seguida, reuniu-se com o ministro do Exército, Lyra Tavares, o chefe da SNI e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) – órgão de assessoramento do presidente da República existente de 1946 a 1999 –, e ao término do encontro, os presentes diziam-se tranquilo e alegaram não terem conhecimento da decisão tomada pelo Congresso. Seguiram-se diversas reuniões do alto comando do país, alguns militares que estavam em Brasília, como Gama e Silva, voaram ao Rio de Janeiro. O jornal narra minuciosamente a movimentação a partir de informações de bastidores (*O GLOBO*, 13 dez. 1968).

A capa da edição do dia seguinte traz o resultado da movimentação: o Ato Institucional n. 5 e o Ato Complementar n. 38. Ambos foram reproduzidos na primeira página do veículo, juntos à foto de uma televisão em que o discurso do ministro da Justiça, Antônio da Gama e Silva, que anunciava as medidas, era transmitido. No interior do jornal, o título dá voz ao ministro: “Gama e Silva: Ato Institucional visa a preservar a Revolução e a defender o regime” (*O GLOBO*, 14 dez. 1968, p. 10). A matéria conta que às 22h55m da noite anterior, as emissoras de rádio e televisão, em cadeia, veicularam a fala da autoridade. O enunciado começou enaltecendo a “Revolução”, que “logrou indiscutivelmente os melhores êxitos, assegurando à família brasileira ordem, tranquilidade e justiça social”. Continuava alegando que Costa e Silva havia realizado uma gestão “segura, sempre respeitando a ordem, democrática”. Entretanto, “muitos não quiseram compreender a Revolução, e, pouco a pouco, forças adversas iniciaram um processo de agitação e subversão” dando início a uma “verdadeira guerra revolucionária”. O discurso mencionava a reunião da alta cúpula do governo que votou o novo ato, assegurando que a medida daria às autoridades “os meios necessários e os instrumentos legais para realizar os propósitos da Revolução” (*O GLOBO*, 14 dez. 1968, p. 10).

No subtítulo “A transmissão”, o veículo informa que a transmissão via televisões ocorrera graças à TV Globo, que instalou duas câmeras no Salão Nobre do Palácio das Laranjeiras, de onde foram pronunciadas as medidas (*O GLOBO*, 14 dez. 1968, p. 10). A informação parece perdida no meio do texto, como se o jornal quisesse deixar clara a participação do grupo Globo no processo de resolução.

A edição do dia 14 de dezembro ficou marcada também como a última em que abordaria uma sessão em muitos meses. Intitulado “Câmara teve última sessão já em clima de nervosismo” (*O GLOBO*, 14 dez. 1968, p. 10), um texto narra os momentos finais do Legislativo nacional, que só voltaria a ser convocado em outubro de 1969 para eleger Emílio Garrastazu Médici presidente. Com poder para cassar membros do legislativo, Costa e Silva fechou 1968 com a cassação de 11 deputados federais, dentre eles Márcio Moreira Alves e Hermano Alves, e suspendeu os direitos políticos de Carlos Lacerda e do Desembargador Sousa Neto por dez anos (*O GLOBO*, 31 dez. 1968). Ao longo de 1969, mais de três centenas de políticos também teriam seus direitos suspensos. Entre a promulgação do AI-5 e o ano novo, *O Globo* continuou fazendo um jornalismo baseado em declarações oficiais, presentes em quase todas as capas. Não houve mais editoriais do jornal naquele

ano, o Grupo Globo não precisava dizer mais nada, sua preocupação com a conjuntura política havia sido resolvida, muitos outros anos de regime estavam garantidos. O resultado fora melhor que a encomenda, nem Marinho, que tanto pedira, poderia prever o quão duro seria o governo nos anos seguintes.

## 5.2 DESENTRANHAMENTO

O terceiro procedimento proposto pelas narrativas do vivido é o retorno do entranhamento, momento em que o observador volta ao seu lugar. Silva (2010) enfatiza que é essencial que algo em relação ao objeto analisado tenha mudado no olhar do pesquisador. O êxito da imersão na narrativa de *O Globo* efetuada neste capítulo está no que sabemos agora que não sabíamos no início do processo. Partimos de uma visão prévia originada por meio da bibliografia consultada e, também, do senso comum. Sabíamos que a morte de Edson Luís desencadeou outros eventos que também marcaram 1968. Imaginávamos uma abordagem dramática pelos veículos de comunicação da época, assim como eles ainda hoje procedem em muitos casos. Conhecíamos a história de cada um dos acontecimentos e muitos dos personagens envolvidos. Entendíamos que a sequência desses eventos resultaria no AI-5. Reconhecíamos o apoio do Grupo Globo ao golpe de 1964 e ao regime instaurado a partir dali.

Todavia, com nosso mergulho, identificamos a construção narrativa da conjuntura política de 1968, vimo-la ser (re)produzida dia após dia nas notícias do jornal. A narrativa marginaliza os movimentos sociais e nega o protagonismo e a autonomia dos jovens envolvidos. A construção é gradual, primeiro insinua-se em uma fala secundária, depois aparece em discurso oficial, até o sentido ser frequente nas manchetes e editoriais. O imaginário do perigo comunista é onipresente no discurso. Muitos dos acontecimentos são justificados ou atenuados a partir desse imaginário, que também é relacionado a uma ideia de influências soviética e cubana sob os estudantes do Brasil e do mundo.

Como esperado, há dramaticidade na cobertura do assassinato de Edson Luís, mas após um tempo, questiona-se o motivo da presença dele no restaurante universitário e, inclusive, sua condição de estudante. Isso acontece no mesmo momento em que o Calabouço começa a ser retratado como reduto de agitadores comunistas, que treinavam os colegas e perseguiram os que demonstrassem ter

opinião política diferente. As matérias mobilizam o imaginário de que as manifestações, que inicialmente constituíam um movimento de estudantes em prol da educação, foram usurpadas por agitadores violentos. Nesse imaginário há os “verdadeiros estudantes” e há os outros. Em diversas passagens, é negada também aos líderes das manifestações a posição de alunos. Quem se levanta contra o regime imposto não é nada além de subversivo.

Assim como Daniel Cohn-Bendit foi eleito pelos meios de comunicação da França para ser a cara dos rebeldes franceses, aqui, o protagonista escolhido foi Vladimir Palmeira. O líder estudantil foi um personagem recorrente na narrativa jornalística analisada e os discursos sobre ele são contraditórios. *O Globo* o chama de agitador e o relaciona às denúncias contra o Calabouço. Ele seria um dos jovens a pregar o comunismo e a luta armada. Todavia, nas coberturas de protesto os discursos dele citados sempre pediam que os manifestantes não depredassem os prédios e patrimônios públicos. O imaginário de Palmeira como cabeça do movimento é acessado com nitidez na reportagem sobre a Marcha dos Cem Mil, na qual ele ganha, inclusive, dois intertítulos: “líder” e “Vladimir em Frases”. Sua imagem está em fotos na capa e no interior da edição. Apesar de vários participantes discursarem na ocasião, o pronunciamento dele ganha maior destaque, sendo transcrito quase por inteiro. O veículo o apresenta como intocável, diz que chegou cercado de seguranças e que reclamava das pessoas que tentavam se aproximar. Esse sentido se opõe ao que Palmeira pregou em sua fala: o uso de nós e nosso, a união e organização do povo, e que todos os manifestantes seriam protegidos como lideranças.

Na cobertura das manifestações, a violência policial é atenuada ao serem colocadas em um mesmo patamar a força repressiva e a força estudantil. O paralelo é feito sempre que falas oficiais justificam as agressões pela presença de um grande número de manifestantes, quando o uso de paus e pedras é comparado ao de gás lacrimogênio e armas de fogo e, ainda, quando se fala de armamentos e munições encontradas com a esquerda. Os atentados terroristas noticiados, sempre atribuídos à oposição, aparecem como ações profissionais de rebeldes treinados, também indicando uma grande força da esquerda comunista, que deve ser detida a qualquer custo. Vemos ainda hoje esse tipo de argumento, legitimado pela Lei da Anistia<sup>40</sup>,

---

<sup>40</sup> Promulgada em 1979, pelo presidente militar João Figueiredo, A Lei n. 6.683 concedeu anistia a todos que cometeram crimes políticos entre setembro de 1961 e agosto de 1979 (BRASIL, 1979).



como quando comparam as ações da resistência armada às dos torturadores durante o período de ditadura militar.

Um dos episódios de maior violência policial foi a invasão da UnB, da qual não escaparam nem parlamentares, que teve grande repercussão, pois foi amplamente denunciada no Congresso. Na ocasião, o veículo critica a ação, alegando, no fim, que colocava a opinião pública ao lado dos agitadores. Nas semanas seguintes, inicia uma tentativa de justificar a necessidade da polícia estar nos campi das universidades por meio de denúncia contra a UFRJ e contra a própria UnB. Levanta-se o imaginário da juventude transviada, promíscua e violenta, que teria mais poder que os reitores. Fala-se em terror, horror, orgia, estupro, violência, dominação e anarquia.

Por meio de nosso entranhamento, percebemos também que as greves, episódios que mostraram que outras categorias sociais além da estudantil se organizavam contra o governo, enquanto acontecem, são abordadas como um problema apenas econômico, não político. Entretanto, à medida que o apelo do jornal por maior endurecimento do regime se intensifica, as paralizações são lembradas como levantes antirrevolucionários e são associadas a forças comunistas.

A crescente perda de controle do governo sobre um cenário político caótico e a falta de coesão dos membros é evidenciada na narrativa jornalística, sempre associada ao imaginário de que as Forças Armadas eram a solução. A pesquisa de doutorado de Camila Kieling (2017) desvela que o imaginário da coesão e do rigor dessa instituição como salvadores da ordem nacional foi emanado pela imprensa em outros momentos da ditadura militar, além de 1968, o que indica a cristalização dele na sociedade. Para *O Globo*, havia a necessidade de tomar medidas para salvaguardar a “Revolução”, o que só podia ser feito pela imposição e pelo endurecimento do regime. O AI-5 foi uma medida extrema, mas necessária para isso.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Marielle Franco, presente! Anderson Gomes, presente!*

Chegamos ao fim desta jornada, após um mergulho intenso no ano de 1968, tanto por meio da historiografia quanto por intermédio de nosso objeto de pesquisa. Partimos de duas questões, que nortearam nosso percurso: 1) *Como o jornal impresso O Globo narrou os principais acontecimentos políticos que antecederam o Ato Institucional n. 5 (AI-5) em 1968?* 2) *Quais camadas de real e de imaginário nos são possíveis des(en)cobrir na narrativa jornalística analisada?* Trilhamos nosso caminho teórico-metodológico tencionando respondê-las. Usamo-lo como lentes para ajudar-nos a enxergar o fenômeno estudado para além de nosso olhar próprio.

Neste sentido, buscamos entender o ano que tange nossa pesquisa para além de nossa visão prévia e da obtida a partir da narrativa jornalística analisada. Debruçamos-nos em obras de diferentes historiadores sobre a década de 1960, especialmente seus últimos anos, e em memórias de quem viveu o período. Mil novecentos e sessenta e oito reuniu acontecimentos entrelaçados tão complexamente que o tornam difícil de assimilar e relatar. Foi um ano que marcou não só o Brasil, mas o mundo. Apesar de ser lembrado pelo mês de maio, reuniu lutas sociais de janeiro a dezembro.

Em nosso país, os movimentos foram protagonizados por jovens que assistiam ao progressivo fechamento político, por isso não se limitaram a conflitos de gerações. Diferentemente de como foi em outros solos, nosso 1968 iniciou com um fato concreto, que entregou à juventude uma grande carga de dramaticidade e revolta. O assassinato de Edson Luís pela polícia militar e seus desdobramentos nos permitem aplicar a hipótese do excedente de significação de Silva (2017). O acontecimento foi carregado de significado, foi hiperdimensionado. Quando apropriado pelo jornalismo de *O Globo*, sofreu uma transmutação, ressurgiu como algo novo. Absolutamente, não é nossa intenção diminuir o episódio, mas dentre outras mortes semelhantes naquele ano, esta se destacou, recebendo um sentido próprio e uma dimensão extraordinária. Na narrativa analisada, conseguimos distinguir oito das nove etapas de canalização e disseminação (SILVA, 2017) do imaginário que encobre a morte do jovem – a saber, vazamento, infiltração, acumulação, evocação, transbordamento, deformação, transfiguração e metáfora..

A partir do assassinato de Edson, o país mergulhou em violência de origem política, não somente por parte da repressão policial, mas também dos civis. Embora os acontecimentos que marcaram o ano tenham criado uma conjuntura que possibilitou o golpe dentro do golpe, é provável que uma medida extrema fosse tomada de qualquer maneira. A pesquisa de Gaspari (2014) e algumas notícias de *O Globo* indicam que providências para um recrudescimento do regime já eram estudadas nos bastidores do poder desde o início de abril. Demorou oito meses para que o ato fosse efetivado e, a despeito do clima de tensão que predominou por esse período, pegou muitos de surpresa.

Nas páginas do periódico, é perceptível que os militares perdiam o controle da situação. O próprio jornal clamava em seus editoriais por mais dureza por parte de Costa e Silva e maior coesão entre os membros do Executivo para salvar a “Revolução”. Os atentados terroristas intensificavam a narrativa do descontrole nacional. Defendeu-se de forma veemente serem obras da esquerda, mesmo quando a polícia já tinha informações sobre o envolvimento de sujeitos ligados ao governo. É possível que o jornal também tivesse pistas sobre isso, afinal tinha uma grande proximidade com o alto escalão federal. O presidente, inclusive, legalizou a associação do grupo de Marinho com o grupo estadunidense Time-Life, o que violava a legislação que regulamentava as concessões de radiodifusão, apesar do parecer contrário de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada.

Nosso aporte teórico também contribui para entendermos a relação de proximidade entre a imprensa brasileira e os agentes políticos. No resgate feito sobre a história da imprensa, que recorre às contribuições de Nelson Werneck Sodré (2011) e de Marialva Barbosa (2007), vimos que a imprensa nacional consolida, na década de 1960, um processo de transforma o, no qual as reda o es mudaram seus processos em busca da chancela da neutralidade. As moderniza o es técnicas importadas dos Estados Unidos não vieram acompanhadas da implementa o de uma imprensa *watchdog*, de um jornalismo que defende a sociedade. Aqui, os cães de guarda defendiam o sistema político que os beneficiava, como bem mostra Kushnir (2004) no estudo que aponta a presença de censores atuando como jornalistas nas reda o es. O jornalismo daqui não se profissionaliza sob o princípio da liberdade de imprensa, ao contrário, diferentes formas de governo censuraram nossos profissionais ao longo da história. No Brasil, imprensa e políticos

mantiveram-se sempre muito próximos, e, muitas vezes, os jornais assumiram lugares decisivos nos eventos, como foi no golpe de 1964.

Ainda que o jornalismo passasse a buscar a objetividade, a opinião do jornalista e/ou da empresa jornalística não foi excluída por completo da narrativa, ao contrário, foi revestida com ares de neutralidade e verdade absoluta, o que é muito prejudicial à sociedade. Um bom exemplo nos é dado por Larangeira (2014), que resgata dados de duas pesquisas do IBOPE feitas às vésperas do golpe midiático-civil-militar. Embora muitos veículos publicassem incessantemente que o povo brasileiro não aprovava o governo de Jango e pediam sua renúncia, as respostas às sondagens indicavam o contrário. No mais, a técnica não garante a neutralidade, pois a técnica não é neutra, elucida Heidegger (2007). Ela até pode levar o jornalista ao exato, mas não garante o verdadeiro. Corresponder à realidade não é, necessariamente, ser verdade. “Com frequência, o que é dito num jornal é exato. Mas não é a verdade. O jornalismo produz versões” (SILVA, 2003, p. 104). Na narrativa jornalística analisada percebemos essa diferença. Não há, até onde sabemos, mentira, mas angulação e omissão. Os conteúdos são exatos, mas não são a verdade (SILVA, 2010).

Para compreender aspectos que perpassam o jornalismo, nos debruçamos na perspectiva narratológica de Motta (2005; 2013), que propõe o estudo de sistemas narrativos inseridos em contextos sociais. Desse ponto de vista, o enunciado é entendido como mediador entre traços e valores de uma sociedade e a interpretação desses pelo sujeito leitor. São por meio das narrativas, entre elas as jornalísticas, que significamos nossas vivências, os fatos só existem sob esse tipo de materialidade. O jornalismo narra as práticas humanas, organizando-as no espaço-tempo. O que difere o discurso informativo da ficção é que o primeiro tem como referência um acontecimento sócio-histórico, “algo que aconteceu num aqui e agora da vida social” (SODRÉ, 2009, p. 37), mas mesmo assim não deixa de ser uma construção da realidade. O relato jornalístico é cercado de dramaticidade, de elementos que geram sentido. Os acontecimentos são cobertos por camadas de real e imaginário. Apesar da impossibilidade de retorno total ao vivido no campo político brasileiro em 1968, procuramos captar a complexidade do período por meio da narrativa jornalística analisada, contemporânea aos eventos.

Sob a luz das contribuições de Silva (2003; 2010; 2017) descobrimos que o imaginário e o real são coisas diferentes, que se opõem e se completam.

Compreender essa premissa certamente foi uma das maiores dificuldades deste trajeto. Lemos, releemos, olhamos para o nosso objeto, voltamos aos livros. A tentativa era de racionalizar o que não pode ser racionalizado. A noção de imaginário foi sendo elucidada no fazer, ao olhar o objeto e “deixá-lo falar”. O entranhamento na narrativa do jornal mostrou os sentidos atribuídos por ela aos nossos acontecimentos-chave. Sentidos, esses, que irrigaram a bacia semântica do cenário político de 1968. O impresso analisado é entendido como uma tecnologia do imaginário, dispositivos de produção e cristalização “de mitos, de visões de mundo e de estilos de vida” (SILVA, 2003, p. 22).

Os eventos políticos tiveram grande destaque, tanto no espaço noticioso quanto nos editoriais do veículo, e ambos os formatos foram analisados nesta dissertação. Examinamos 307 edições de *O Globo*, das quais 97 foram citadas. Olhamos dia a dia a construção narrativa, desvelando os imaginários encobertos. O jornal marginaliza os movimentos sociais, nega o protagonismo aos jovens, atenua a violência da polícia. No imaginário do veículo haviam os verdadeiros estudantes e os outros, esses eram quem se manifestasse contrário ao regime vigente, para eles era delegada apenas a condição de agitadores. O perigo comunista está presente em conteúdos manifesto e latente. Inclusive, as manifestações seriam coordenadas por países socialistas. O país estava mergulhado em caos e o governo já não tinha autoridade. Era preciso salvar a “Revolução” e a única maneira era por meio das Forças Armadas. O imaginário delas como salvadoras estava cristalizado no Brasil dos anos 1960. E, mais uma vez, elas não falharam. Tomaram as rédeas e fizeram o que era preciso, endureceram ainda mais a ditadura.

Percebemos que as respostas às nossas questões são tão subjetivas quanto os próprios conceitos de imaginário e real. Não há como quantificar camadas de real ou de imaginário em narrativas, é preciso compreender o que se diz e o que se quer dizer, compreender o que está escrito e o que se lê. Sem dúvidas, há um real incontornável em cada um dos eventos narrados pelo nosso objeto de pesquisa, mas também há carga imaginal em todos eles. As camadas de real encontradas são todos os acontecimentos em seus estados brutos: o estudante morto; as pessoas fugindo da polícia após a missa de 7º dia enquanto cavalariões as perseguiram; a violência da polícia e de manifestantes pelas ruas do Rio de Janeiro; os trabalhadores paralisados; as milhares de pessoas marchando juntas; o discurso em

que Gama e Filho proíbe manifestações; a fala de um parlamentar em plenário. As camadas de imaginário são mais sutis, mas geraram sentidos aos episódios.

O relato cheio de dramaticidade sobre a morte de Edson Luís; a caracterização do jovem por meio de aspectos de sua personalidade e história que são ressaltados pelo *O Globo*; as justificativas que tentam amenizar a violência policial ou equipará-la a dos militantes de esquerda; o medo sempre presente do comunismo; o perfil despolitizado que é dado às greves; a paz com que marcharam os cem mil manifestantes e, também, a maneira como os “agitadores” teriam desvirtuado o movimento; a ofensa de um parlamentar às Forças Armadas. Esses e tantos outros níveis desvelados em nossa pesquisa configuram-se em atributos que geram sentimento sobre o que aconteceu, ou seja, camadas de imaginário.

Nos anos 1980, houve derretimento e evaporação. As Forças Armadas, por exemplo, perderam a aura heroica. Mas como bem avisa Silva (2017), o imaginário é cíclico, já percebemos um retorno dessa significação. A abertura política, alcançada por meio da pressão popular sobre um regime já desgastado, colocou novamente em pauta as demandas sociais. A despeito do período de chumbo, o germe da mudança comportamental que ganhou o mundo estava entre os brasileiros. Voltamos às ruas, lutamos pelas eleições diretas. Com sede de viver tudo que a ditadura não permitiu, fizemos dos anos 1990 uma explosão de sexualidade e, sem censura, assistimos tudo pela televisão. Nos anos 2000, parecia que a utopia dos jovens estava próxima a se realizar, vimos um metalúrgico, líder sindical que foi preso durante a ditadura, chegar à presidência e ser reeleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Tivemos avanços sociais significativos. Vivemos um período de renovação imaginal que nos levou a olhar e repudiar o regime militar. Elegemos a primeira mulher presidente, também de esquerda e do PT, que participou da luta armada, foi presa e torturada durante a ditadura. Também a reelegemos.

Mas o imaginário é dinâmico e diferentes visões de mundo podem coexistir. Nos últimos anos, houve um avanço do conservadorismo e questões que se acreditavam superadas voltaram com força. Nós não resolvemos nosso passado. Nossa lei da anistia funcionou como uma política de esquecimento. Organizações de direitos humanos e familiares de presos políticos pediam uma anistia ampla, geral e irrestrita, mas a lei assinada por um presidente militar, João Figueiredo, avalia a historiadora Caroline Bauer (2006; 2011), foi restrita e parcial, pois não se contemplava os “crimes de sangue”, a saber, sequestros e assassinatos. Assim, ela

não se estendia a todos os presos políticos, apesar de anistiar todos os agentes do Estado. Além disso, os militares nunca foram oficialmente responsabilizados por seus crimes, a lei foi “muito mais um indulto do que uma anistia porque para haver anistia é necessário um crime” (BAUER, 2011, p. 247).

O silenciamento sobre o nosso passado certamente contribuiu para o retorno de medidas e posições que deveriam ter ficado lá atrás. Em 2018, iniciamos o ano com uma nova intervenção militar, que, em poucos meses no Rio de Janeiro, levantou muitos questionamentos, suscitou violência e pouco resolveu o problema. Em 2016, como lembrado em nossa introdução, um parlamentar ao votar pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que, conforme já exposto, foi torturada pelo regime militar, homenageou um torturador: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”, declarou Jair Bolsonaro, do PSL (Partido Social Liberal) no Congresso Nacional, sendo transmitido televisivamente em rede nacional. Esse mesmo político, hoje presidente da República, afirmou em uma entrevista de rádio que “o erro da ditadura foi torturar e não matar”. A eleição dele para o mais alto posto é uma demonstração clara de que o imaginário da ditadura como um período bom para o Brasil tem um forte peso em nossa sociedade.

Em 2018, outro acontecimento nos remeteu aos tempos de terror. No dia 14 de março, Marielle Franco, vereadora no Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi executada, junto do motorista do carro em que estava, Anderson Gomes. O crime teve conotações políticas, uma vez que a vereadora era ativista social e dos direitos humanos, e estava atuando contra a intervenção federal em seu estado. No momento em que esta dissertação é finalizada, 11 meses depois do assassinato, não há respostas consistentes das autoridades.

Os temas que envolvem a ditadura militar estão longe de serem esgotados. A relação entre mídia e política tem muitos desdobramentos a serem explorados e debatidos. Pensar os meios de comunicação como tecnologias do imaginário é uma maneira de olhar para além do que está na superfície do discurso. Acreditamos que a pesquisa acadêmica possa ser um espaço de luta, sem prejuízo ao seu valor científico. Produzimos esta dissertação com rigor e comprometimento, explicitamos todos os nossos processos e disponibilizamos o material analisado para o exame de quem nos lê. Mas também a posicionamos como uma força política em prol da democracia e da justiça.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. In: FICO, Carlos; CASTRO, Celso; MARTINS, Ismênia de Lima et al. **1964-2004 – 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 15-25.
- ALEIXO, Pedro. A reunião. 1968 – Ato Institucional nº 5. **Folha**, São Paulo, 2008. 1968. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/reuniao](http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/reuniao). Acesso em: 28 jan. 2018.
- ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. Disponível em: [www.marciomoreiraalves.com/downloads/68-mudou-o-mundo.pdf](http://www.marciomoreiraalves.com/downloads/68-mudou-o-mundo.pdf). Acesso em: 11 dez. 2018.
- ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: s.n., 1996. Disponível em: [www.marciomoreiraalves.com/downloads/torturas-e-torturados.pdf](http://www.marciomoreiraalves.com/downloads/torturas-e-torturados.pdf). Acesso em: 11 dez. 2018.
- AMATO, Gabriel Amato. Integrar o Brasil, combater a “subversão”: universitários e militares na criação do Projeto Rondon (1967-1969). In: Seminário 1964-2014: um olhar crítico, para não esquecer, 2014. Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: [www.academia.edu/9250922/Integrar\\_o\\_Brasil\\_combater\\_a\\_subvers%C3%A3o\\_estudantes\\_e\\_militares\\_na\\_cria%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Projeto\\_Rondon\\_1967-1969\\_](http://www.academia.edu/9250922/Integrar_o_Brasil_combater_a_subvers%C3%A3o_estudantes_e_militares_na_cria%C3%A7%C3%A3o_do_Projeto_Rondon_1967-1969_). Acesso em: 15 jan. 2019.
- APOIO ao golpe de 64 foi um erro. Erros e Acusações falsas. Memória. **O Globo Online**. 1 set. 2013. Disponível em: [memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/primeira-sede-9657099](http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/primeira-sede-9657099). Acesso em: 10 jan. 2019.
- APOIO EDITORIAL ao golpe de 64 foi um erro, reconhecem as Organizações Globo. **Jornal Nacional**. **G1**. 2 set. 2013a. Disponível em: [g1.globo.com/jornal-nacional/videos/t/edicoes/v/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-reconhecem-as-organizacoes-globo/2798447](http://g1.globo.com/jornal-nacional/videos/t/edicoes/v/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-reconhecem-as-organizacoes-globo/2798447). Acesso em: 10 jan. 2019.
- APOIO EDITORIAL ao golpe de 64 foi um erro. Memória O Globo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 set. 2013b. País, p. 15.
- ARISTÓTELES. **Arte Poética**. São Paulo: Marin Claret, 2003.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARTHES, Roland et al. **Análise Estrutural da Narrativa**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BARTHES, Roland. Introdução à Análise Estrutural da Narrativa. In: BARTHES, Roland et al. **Análise Estrutural da Narrativa**. Petrópolis: Vozes, 1972. pp. 19-60.



BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. 2006. 282 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. 2011. 445 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: USP, 2008.

BRASIL. **Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968**. Decreta o recesso do Congresso Nacional. 1968b. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ACP/acp-38-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-38-68.htm). Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. 1964a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm). Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 25 de outubro de 1965**. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. 1965. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm). Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. **Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966**. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. 1966a. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-03-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm). Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. **Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966**. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discursão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. 1966b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-04-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-04-66.htm). Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. 1968a. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos. v. 3. Brasília: CNV, 2014b.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório. v. 1. Brasília: CNV, 2014a.

BRASIL. **Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. 1979. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm). Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. 1964b. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1950-1969/L4464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4464.htm). Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Nossa História**. Brasília, [2019?]. Disponível em: [projektorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default](http://projektorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default). Acesso: 31 jan. 2019.

BROSSAT, Alain. Violência e política. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice. **1968: Rebeldes e Contestadores: Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1998. p. 35-42.

CARDOSO, Lucileide Costa Cardoso. Ecos de 1968: 40 anos depois. **Revista do Centro de Artes**, Humanidades e Letras. v. 2, n. 1. 2008. p. 5-12.

CHAPARRO, Carlos Manuel. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

CIRCULAÇÃO de jornais impressos cai nos últimos três anos no Brasil. **Coletiva.net**. Porto Alegre, 5 fev. 2018. Disponível em: [coletiva.net/jornalismo/circulacao-de-jornais-impressos-cai-nos-ultimos-tres-anos-no-brasil-234568.jhtml](http://coletiva.net/jornalismo/circulacao-de-jornais-impressos-cai-nos-ultimos-tres-anos-no-brasil-234568.jhtml). Acesso: 20 dez. 2018.

CONVOCAÇÃO extraordinária. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Assessoria de Imprensa**. Brasília, [2019?]. Disponível em: [www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/convocacao-extraordinaria](http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/convocacao-extraordinaria). Acesso: 31 jan. 2019.

COSTA, Cristiane. **As manchetes do golpe**. Rio de Janeiro, 11 jul. 2007. Disponível em: <http://blogdabrhistoria.blog.uol.com.br>. Acesso em: 28 jun. 2018. Blog: BR HISTÓRIA.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: 2017.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. As Reformas de Base. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – **CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, [2018?]. Disponível em: [cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base). Acesso em: 29 abr. 2018.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HEIDEGGER, Martin. A questão da Técnica. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. 14. ed. São Paulo: Ortiz, 2009.

JOFFILY, Mariana. Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-Codi). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – **CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, [2019?]. Disponível em: [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi). Acesso em: 15 jan. 2019.

KIELING, Camila Garcia. **Imprensa e rupturas institucionais: narrativas do vivido e do imaginário sobre o Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil e a Revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal**. 2017. 315 F. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LABAKI, Amir. **1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAMARÃO, Sérgio. Manifesto dos coronéis. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – **CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, [2019?]. Disponível em: [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-coroneis](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-coroneis). Acesso em: 15 jan. 2019.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LARANGEIRA; Álvaro Nunes; MUSSE; Christina Ferraz; SILVA, Juremir Machado da. (Orgs.) **1968, de maio a dezembro**: jornalismo, imaginário e memória. Porto Alegre: Sulina, 2018.

LINHA DO TEMPO. Memória. **O Globo Online**. 1 set. 2013. Disponível em: [memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226](http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226). Acesso em: 10 jun. 2018.

MAFFESOLI, Michel. “O imaginário é uma realidade” (entrevista a Juremir Machado da Silva). **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, ago. 2011.

MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo retorna**: formas elementares da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MAIORES JORNAIS do brasil. **Associação Nacional dos Jornais (ANJ)**. Site. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 2 nov. 2017.

MATTOS, Olgária de. Tardes de Maio. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice. **1968: Rebeldes e Contestadores: Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1998. p. 181-192.

MATTOS, Sergio. As Organizações Globo na Mídia Impressa. In: BRITTOS, Valério; BOLÃO, César Ricardo Siqueira (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 268-285.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: [www.portalintercom.org.br/eventos/congresso-nacional/2005](http://www.portalintercom.org.br/eventos/congresso-nacional/2005). Acesso em: 15 out. 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: UnB, 2013.

MÜLLER, Luana Chinazzo; PETRICK, Manuel; SANTOS, Mauren de Souza Xavier dos. Censura vivida e imaginário da censura: memória de gaúchos nas redações de 1968. In: LARANGEIRA; Álvaro Nunes; MUSSE; Christina Ferraz; SILVA, Juremir Machado da. (Orgs.) **1968, de maio a dezembro**: jornalismo, imaginário e memória. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 268-286

OBSTRUÇÃO. In: BRASIL. Senado Federal. **Glossário Legislativo**. Brasília, [2019?]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo>. Acesso: 31 jan. 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. Introdução. In: HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra. **1968: contestação e utopia**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 9-18.

PERRONE, Fernando. **Relatos de guerra**: Praga, São Paulo, Paris. São Paulo: Busca Vida, 1988.

PONGE, Robert; ZEMOR, Fernando. Da Primavera de Praga às barricadas de Paris. In: HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra. **1968**: contestação e utopia. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 43-42.

QUADROS, Vasconcelos. Atentados de direita fomentaram AI-5. **Pública**, Agência de Jornalismo Investigativo, São Paulo, 1 out. 2018.

REVIVENDO A HISTÓRIA. **Varre, varre, vassourinha!** Jingle de Jânio Quadros. 2013. (1m39s). Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=ucrG-sOxgXE](http://www.youtube.com/watch?v=ucrG-sOxgXE). Acesso em: 29 abr. 2018.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação (ECO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. O contexto de 1968. In: HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra. **1968**: contestação e utopia. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 19-26.

RIBEIRO, José Augusto. A noite que esperou a Rainha ir embora. **Correio do Povo**, Porto Alegre, Caderno de Sábado, 8 dez. 2018.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. Campinas: Papyrus, 1994.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo II. Campinas: Papyrus, 1995.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.

ROBERTO MARINHO influenciou durante sete décadas. **Folha de S. Paulo Online**. Rio de Janeiro: Folha de S. Paulo, 2003. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u52057.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u52057.shtml). Acesso em: 1 jul. 2018.

ROSA, Bruno. Grupo Globo é o 17º maior conglomerado de mídia do mundo. **O Globo Online**. Disponível em: [oglobo.globo.com/economia/grupo-globo-o-17-maior-conglomerado-de-midia-do-mundo-16159426#ixzz4xJi1BgVX](http://oglobo.globo.com/economia/grupo-globo-o-17-maior-conglomerado-de-midia-do-mundo-16159426#ixzz4xJi1BgVX). Acesso em: 10 jun. 2018.

SANDER, Roberto. **1968**: quando a Terra tremeu. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2018.

SÃO PAULO, Assembleia Legislativa do Estado de. **Lei n. 2.034, de 30 de dezembro de 1924**. Reorganiza a Polícia do Estado. 1924. Disponível em: [www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-2034-30.12.1924.html](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-2034-30.12.1924.html). Acesso em: 5 jan. 2019.

SILVA, Juremir Machado da. **1964**. Golpe midiático civil-militar. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Juremir Machado da. 1968: O ano zero do resto das nossas vidas. **Correio do Povo**, Caderno de Sábado, Porto Alegre, 5 mai. 2018.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SILVA, Juremir Machado da. **Diferença e descobrimento**. O que é o imaginário? A hipótese do excedente de significação. Porto Alegre: Sulina, 2017.

SILVA, Juremir Machado da. Em torno de uma noção de imaginário. In: TONIN, J.; AZUBEL, L. (Orgs.). **Comunicação e imaginário**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 59-68.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer?** Porto Alegre: Sulina, 2010.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUZA, Suzana Bleil de. O México rebelde e o Uruguai da transição. In: HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra. **1968**: contestação e utopia. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 67-78.

TAVARES, Flávio. **1964**: o golpe. Porto Alegre: L&PM, 2014.

TAVARES, Lyra. A reunião. 1968 – Ato Institucional nº 5. **Folha**, São Paulo, 2008. 1968. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/fohla/treinamento/hotsites/ai5/reuniao](http://www1.folha.uol.com.br/fohla/treinamento/hotsites/ai5/reuniao). Acesso em: 28 jan. 2018.

TIRAGEM impressa dos maiores jornais perde 520 mil exemplares em 3 anos 2018. **Poder 360**. Brasília, 31 jan. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos>. Acesso: 20 jan. 2019.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: A democracia golpeada. **Jornal da Unicamp**, 29 mar./4 abr., 2004. Disponível em: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/jornalPDF/ju246pag02.pdf](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju246pag02.pdf). Acesso: em: 29 abr. 2018.

TRUONG, Nicolas. Europe: ce qui oppose Daniel Cohn-Bendit et Alain Finkielkraut. M Idées, **LeMonde.fr**. Paris: Le Monde, 2014. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/idees/article/2014/02/01/europe-ce-qui-oppose-daniel-cohn-bendit-et-alain-finkielkraut\\_4358142\\_3232.html](https://www.lemonde.fr/idees/article/2014/02/01/europe-ce-qui-oppose-daniel-cohn-bendit-et-alain-finkielkraut_4358142_3232.html). Acesso em: 5 jul. 2018.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

VENTURA, Zuenir. **1968**: O que fizemos de nós. São Paulo: Planeta, 2008.

VIEIRA, André Guirland. Do Conceito de Estrutura Narrativa à sua Crítica.  
**Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2001, n. 14, v.3, p. 599-608, 2001.

## EDIÇÕES O GLOBO CITADAS

- |  |  |
|--|--|
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 1 set. 2013.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 22 jun. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 26 jan. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 24 jun. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 31 jan. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 25 jun. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 15 mar. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 26 jun. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 29 mar. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 27 jun. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 30 mar. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 29 jun. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 1 abr. 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 3 jul. 1968.  |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 2 abr. 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 5 jul. 1968.  |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 3 abr. 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 6 jul. 1968.  |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 4 abr. 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 9 jul. 1968.  |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 5 abr. 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 13 jul. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 6 abr. 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 17 jul. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 8 abr. 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 30 jul. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 9 abr. 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 5 ago. 1968.  |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 15 abr. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 6 ago. 1968.  |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 16 abr. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 7 ago. 1968.  |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 17 abr. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 9 ago. 1968.  |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 18 abr. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 10 ago. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 19 abr. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 14 ago. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 22 abr. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 15 ago. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 23 abr. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 20 ago. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 24 abr. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 21 ago. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 25 abr. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 30 ago. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 30 abr. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 31 ago. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 2 mai. 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 3 set. 1968.  |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 8 maio 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 5 set. 1968.  |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 30 maio 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 6 set. 1968.  |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 3 jun. 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 11 set. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 4 jun. 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 18 set. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 5 jun. 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 20 set. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 7 jun. 1968.  | O GLOBO. Rio de Janeiro, 21 set. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 12 jun. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 26 set. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 14 jun. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 27 set. 1968. |
| O GLOBO. Rio de Janeiro, 20 jun. 1968. | O GLOBO. Rio de Janeiro, 28 set. 1968. |



O GLOBO. Rio de Janeiro, 3 out. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 4 out. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 5 out. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 8 out. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 9 out. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 10 out. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 14 out. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 16 out. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 17 out. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 19 out. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 22 out. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 23 out. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 24 out. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 25 out. 1968.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 1 nov. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 7 nov. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 8 nov. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 18 nov. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 19 nov. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 20 nov. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 22 nov. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 2 dez. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 4 dez. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 7 dez. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 13 dez. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 14 dez. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 31 dez. 1968.  
O GLOBO. Rio de Janeiro, 13 dez. 2018.

### **OUTROS JORNAIS CITADOS**

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 31 mar. 1964.  
CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1 abr. 1964.  
JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 3 abr. 1968.  
JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 18 abr. 1968.

## **ANEXO – EDIÇÕES CITADAS**

O jornal *O Globo* mantém seu acervo fechado, sendo disponível apenas aos assinantes. Para que os leitores desta pesquisa possam ter acesso ao material analisado, reunimos todas as páginas citadas em um acervo particular on-line. É possível acessá-lo em: <http://bit.ly/acervo1968>.